

PRISCILA FERNANDA FERREIRA

**A CIDADE EM DISCUSSÃO:
DINÂMICA URBANA E REDES SOCIAIS EM JARDINÓPOLIS-SP (1926-1987)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA – MG
2017

PRISCILA FERNANDA FERREIRA

**A CIDADE EM DISCUSSÃO:
DINÂMICA URBANA E REDES SOCIAIS EM JARDINÓPOLIS-SP (1926-1987)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA – MG
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383c Ferreira, Priscila Fernanda, 1992-
2017 A cidade em discussão : dinâmica urbana e redes sociais em
Jardinópolis-SP (1926-1987) / Priscila Fernanda Ferreira. - 2017.
167 f. : il.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Jardinópolis (SP) - História - Teses. 3. Cidades
e vilas - Brasil - História - Teses. 4. Espaço urbano - Jardinópolis (SP) -
História - Teses. I. Carneiro, Deivy Ferreira. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

PRISCILA FERNANDA FERREIRA

**A CIDADE EM DISCUSSÃO:
DINÂMICA URBANA E REDES SOCIAIS EM JARDINÓPOLIS-SP (1926-1987)**

Dissertação aprovada para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 06 de março de 2017.

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
(Orientador)

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. Marcelo de Souza Silva
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

AGRADECIMENTOS

Durante o tempo que morei em Uberlândia criei laços com algumas pessoas que não posso deixar de associar ao processo de vivência do mestrado. À Raiza, Nathi, Rômulo, Le, Breno e Gui, sou grata pela amizade e parceria intensa que tivemos no decorrer de cinco meses, que ainda permanecem.

Crises, choros, angústia e desespero podem ser sentimentos quase inerentes à escrita de uma dissertação, logo, se não temos em quem nos apoiar, essa etapa parece impossível de ser prosseguida. Portanto, meu amor, carinho e gratidão infinitos à Carol, e especialmente, ao André, que seguraram a barra comigo quando mais precisei.

Pela ajuda na construção do meu projeto, pelas leituras do meu texto e orientações que foram fundamentais para a aceitação do mesmo no processo de seleção do mestrado, agradeço ao Cardoso. Meu obrigado também ao Paziani, que sempre se colocou a disposição para me auxiliar na pesquisa, apontando sugestões, dividindo experiências e sendo sempre muito solícito. Aproveito também para fazer um agradecimento especial ao Humberto, excelente professor, que orientou minha monografia no curso de História em 2012, na qual iniciei a pesquisa do tema que compõe essa dissertação. Registro meu apreço pelos três, Cardoso, Paziani e Humberto, pois esse carinho e admiração que guardo por cada um deles teve início quando compuseram minha banca de monografia e daquele momento em diante escolheram acreditar no meu potencial e me incentivaram a continuar fazendo pesquisa.

Pelos momentos leves, regados a cerveja (ou não), que tantas vezes compartilhamos na mesa do Creatures, agradeço ao Lucas, ao Cardoso, ao Bill e ao Yuri.

Pelas conversas feministas, desabafos e apoio, agradeço à Ju e à Re, amigas e mulheres maravilhosas.

À Ci e à Dri, por tornarem as coisas simples quando elas parecem tão difíceis e complexas.

À minha família, por respeitar minhas escolhas, se colocar e permanecer ao meu lado em todos os momentos do mestrado, meu amor incondicional. Um agradecimento especial ao meu irmão, Leandro, pela edição das plantas utilizadas no texto.

Esse trabalho não existiria se não tivesse havido pesquisa, e muita. Por isso, quero registrar meus agradecimentos à dona Teresa, que sempre me atendeu muito bem todas as vezes que fui à Casa da Cultura para consultar jornais. Agradeço também aos párocos Leandro e Luiz, por permitirem o acesso ao arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, e à secretária Vanessa, por sempre ter se colocado a disposição para me receber.

Meu obrigado ao Ricardo e ao Bidi, que me disponibilizaram seus arquivos de fotos pessoais. Aos funcionários do cartório de imóveis de Jardinópolis, muito gentis, que além de possibilitar o acesso a documentos, ainda tiveram paciência para me dar explicações e esclarecer informações acerca dos mesmos.

Agradeço ao Luiz Francisco, pelo olhar manjado, que me ajudou a compreender a grafia de alguns registros de batizado e casamento. E também, por ter contribuído com seu conhecimento sobre a história do município, o que me levou a fazer consultas essenciais para a pesquisa.

Quero agradecer também à Talita, bibliotecária de Jardinópolis, pelos bons papos e contribuições nos momentos de pesquisa.

À Marcela e à Yara, pela revisão e correção do texto.

Pontuo novamente minha gratidão ao André, meu companheiro, que além de estar presente nas situações difíceis, ainda me ajudou na construção das redes que compuseram parte importante do meu trabalho analítico.

Sou grata a todas as professoras que ministraram as disciplinas que cursei, em especial, à Dilma, que fez render excelentes aulas, proporcionando discussões que sempre me fizeram refletir. Além de que, comomembro da banca de meu exame de qualificação, apontou críticas e sugestões que foram muito bem vindas.

Agradeço também ao professor Sérgio Paulo pela participação na minha banca de qualificação. Algumas indicações de leituras feitas por ele foram essenciais para a conclusão da dissertação.

Aos colegas de pós – que não nomearei porque são muitos – pelas conversas, cervejas no bar da Tonha e do Jorge, almoços no r.u., roles ruins, trocas de referências e demais experiências compartilhadas, nunca me esquecerei.

Para concluir,registro minha gratidão ao meu orientador, Deivy. Agradeço pela paciência que teve quando ultrapassei nossos prazos de entrega, pela autonomia que me deu no desenvolvimento da dissertação, pelo apoio nos meus momentos de crise, pela dedicação em ler e corrigir meus textos, e por fim, por ter me escolhido para ser sua orientanda. Obrigada por ter feito parte desse processo comigo, ter enriquecido meu universo como historiadora e ter contribuído para afiar meu olhar para a pesquisa.

Às quartas-feiras, elas nunca morrerão.

À memória de meus avôs, Altamir e Geraldo.

“A história é busca, portanto escolha. Seu objeto não é o passado [...]. Seu objeto é o ‘homem’, ou melhor, ‘os homens’, e mais precisamente ‘homens no tempo’.”

(Marc Bloch)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo traçar uma interpretação acerca da dinâmica urbana no município de Jardinópolis entre os anos de 1926 a 1987.

Na tentativa de alcançar tal intento, reunimos diversas fontes: jornais, plantas da cidade, fotografias, leis, projeto de lei, registros paroquiais e cartoriais.

Nesse sentido, na primeira parte de nossa dissertação, pretendemos caracterizar o projeto de urbanização que foi sendo implantado na cidade desde o início do século XX, assim como identificar aos interesses de quais grupos a concretização dessa tarefa atendia.

De maneira mais específica, no segundo capítulo, buscamos abordar o episódio em que ocorreu a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, sendo os mesmos deslocados do centro para a periferia de Jardinópolis, no ano de 1964. Nessa etapa de nossa análise trabalhamos com a composição de redes, a fim de reconhecer o protagonismo dos atores sociais nesse processo de transformação da cidade.

Ao final de nosso texto, intencionamos demonstrar como a configuração urbana de Jardinópolis foi alterada após a criação de uma periferia até então inexistente no município. Apontamos que, a partir da consolidação do bairro “Vila Reis” – antiga “Cidade Operária” –, a cidade foi sendo expandida para novas áreas, cada vez mais afastadas do centro, onde a demanda de casas populares era atendida. Em meio a tanto, procuramos expor a propagação positiva da imagem pública de Newton Reis – prefeito autor do projeto de lei que intencionava retirar os moradores da “Vila Sebosa” do centro e transferi-los para a “Cidade Operária” – como um dos melhores políticos que Jardinópolis presenciou, destacando como essa promoção foi feita após a concretização do episódio apresentado.

Palavras-chaves: Jardinópolis-SP; História local; Redes sociais; Cidade e urbano.

ABSTRACT

The present work aims to present an interpretation about the urban dynamics in the county of Jardinópolis, between the years of 1926 to 1987.

In order to achieve this, we have collected a variety of sources: newspapers, city plans, photographs, laws, bills and parish records.

In this sense, in the first part of our dissertation, we intend to characterize the urbanization project that had been implemented in the city since the beginning of the 20th century, as well as to identify the interests of which groups the accomplishment of this task served.

More specifically, in the second chapter, we intended to address the episode in which the transference of the residents of “Vila Sebosa” to the “Cidade Operária” occurred, being moved from the center to the peripheral area of Jardinópolis in 1964. In this phase of our analysis, we work with the composition of networks, in order to recognize the central role of the social actors in this transformation process of the city.

At the end of our text, we intend to demonstrate how the urban configuration of Jardinópolis was changed after the creation of a periphery that, until then, did not exist in the county. We point out that, as a result of the consolidation of “Vila Reis” neighborhood - formerly “Cidade Operária” - the city has been expanding to new areas, increasingly distant from the center, where demand for popular houses was met. In the meantime, we sought to expose the positive propagation of the public image of Newton Reis - mayor who was the author of the law project which intended to remove the residents of “Vila Sebosa” from the center to the “Cidade Operária” - as one of the best politicians that Jardinópolis has ever had, highlighting how this promotion was made after the realization of the episode presented.

Keywords: Jardinópolis-SP; Local History; Social networks; City and urban.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 – A “Cidade Jardim” em construção: o espaço urbano e as práticas sociais em Jardinópolis	22
1.1. Contribuições para uma discussão sobre cidade e urbano	25
1.2. Jardinópolis: uma cidade moderna, progressista e civilizada (?)	33
1.3. Práticas sociais, reclamações e reivindicações	41
1.3.1. Os moleques incivilizados, maus hábitos e brincadeiras de mau gosto	41
1.3.2. Pelas ruas e logradouros públicos	48
1.4. O combate a desordem: legislação, práticas sociais e infrações	61
Capítulo 2 – Do centro à periferia: o desaparecimento da “Vila Sebosa” e a criação da “Cidade Operária”	67
2.1. Por uma interpretação do espaço urbano e um esclarecimento sobre redes sociais	70
2.2. Os espaços privilegiados e os lugares de exclusão	76
2.3. O centro da cidade: estabelecimentos comerciais e seus proprietários	82
2.3.1. Manoel Bernardes dos Reis	85
2.3.2. As famílias italianas	87
2.3.3. Os sírios-libaneses	90
2.4. A segregação da cidade: a “Vila Sebosa” desaparece, surge a “Cidade Operária”	97
2.5. Os atores sociais e suas redes	103
Capítulo 3 – Uma vila chamada “Reis”: a consolidação do bairro e a figura política de Newton	126
3.1. Modificações no campo, alterações na cidade	128
3.2. Um retrato da Vila: aspectos urbanos e sociais	132
3.3. A propagação da imagem de Newton Reis nos jornais	145
Considerações finais	153
Bibliografia	158
Fontes	163

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Destaque do município de Jardinópolis no estado de São Paulo	14
Figura 2 – Vista aérea de Jardinópolis, 2011	15
Figura 3 – Planta da cidade de Jardinópolis, s/d	78
Figura 4 – Planta aproximada da cidade de Jardinópolis, s/d.	79
Figura 5 – Cine Brasil, 1959	84
Figura 6 – Vista da “Paulicéia” pela rua Américo Salles, s/d.	88
Figura 7 – Inauguração da Primeira Bomba de Gasolina em Jardinópolis, 1929	92
Figura 8 – Fábrica de Chapéus Londrinos, s/d.	96
Figura 9 – Planta da cidade de Jardinópolis, s/d.	101
Figura 10 – Relações dos vereadores com as famílias italianas anteriores a 1964	118
Figura 11 – Relação entre as famílias Reis, Princivalli e Saud anteriores a 1964	119
Figura 12 – Relações das famílias Rassi, Saud e Reis após 1964 e até 1987.....	125
Figura 13 – “Bidi” na “Vila Reis”, s/d.	141
Figura 14 – Planta da cidade de Jardinópolis, 2011	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Jardinópolis, 1908-1960. Índices populacionais	129
Tabela 2 – População de Jardinópolis, 1960 a 1980	133

INTRODUÇÃO

O município de Jardinópolis, à primeira vista, não possui nada de impressionante. Situado a 335 quilômetros da capital São Paulo, a 18 quilômetros de Ribeirão Preto e a 22 quilômetros de Sertãozinho – polo sucroalcooleiro da região –, apresenta população estimada em 42358 mil habitantes no ano de 2016. Quanto à produção agrícola, conta com pequenas plantações de algodão, milho, abacate e manga e, mais exponencialmente cana-de-açúcar, além de pequena criação de aves e gado. O comércio interno e externo¹, hotéis e o turismo – principalmente o religioso² – também favorecem o desenvolvimento econômico desse lugar. Durante sua história, Jardinópolis já recebeu o título de “Terra da manga”, por isso seus conterrâneos são apelidados de “boca amarela”.

No que tange o assunto religioso, alguns trabalhos foram realizados a fim de abordar essa temática sob diferentes perspectivas. O trabalho de Bruna Zanata se preocupou com a história do Apostolado da Oração da Igreja Matriz de Jardinópolis, no início no século XX³, enquanto que o de Biara Bighi se deteve à história do Colégio Sagrado Coração de Jesus, entre 1935-1960⁴ e, por fim, Vânia Gobi abordou a trajetória da festa religiosa em louvor ao Senhor Bom Jesus da Lapa, desde 1935 até 2005⁵. Além desses trabalhos que tiveram a religião como foco principal, existe ainda o de Karina Araújo, que fugiu desta temática e tratou do jornalismo na cidade de Jardinópolis, entre 1910-1929⁶. Todos eles foram

1 Em 1898, o imigrante italiano Romano Garotti e sua família vieram para Jardinópolis onde estabeleceu a fábrica de sapatos Garotti. A fábrica existe até os dias atuais e tem repercussão nacional e internacional. Informações retiradas do site: <http://garotti.com.br/sobre-a-garotti>. Acessado em 15 de fevereiro de 2017.

2 A festa religiosa em louvor ao Senhor Bom Jesus da Lapa acontece todo ano do dia 28 de julho a 06 de agosto, desde 1913, e recebe fieis de várias localidades do país a fim de pagar e fazer promessas, agradecimentos, participar da novena, procissão e afins. Além da parte religiosa, a festa conta com parque de diversões, quermesse, música ao vivo e demais atrações. A tradição tem origem na história de Pequena do Nascimento, cega, que teria saído da Bahia com uma imagem do Senhor Bom Jesus da Lapa e feito a promessa de erguer uma capela no local onde recuperasse sua visão, o que teria acontecido em Jardinópolis. A festa acontece em Jardinópolis e no município Bom Jesus da Lapa, localizado na Bahia, onde a tradição origina-se.

3 ZANATA, Bruna Amanda. *O Apostolado da Oração da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis*: Primeira metade do século XX. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2009.

4 BIGHI, Biara. *História do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Jardinópolis (1935-1960)*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2009.

5 GOBI, Vânia. *O Senhor Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis*. De Capela a Santuário (1935-2005). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2009. Sobre esse assunto existem também as seguintes produções: CORREIA, Pe. Francisco de Assis. *A Pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis (1913-1950)*. Brodowski: Grafcolor, 2005; GAÊTA, Maria Aparecida da Veiga. *Caminhando, Cantando e Agradecendo: o culto ao Bom Jesus da Lapa como uma experiência do sagrado – um estudo sobre formas de religiosidade “popular” no nordeste paulista (1909-1996)*. Tese de Livre-Docência. Franca: UNESP, 1997; GAROTTI, Iversen. *Pequena do Nascimento: história da Lapa, memórias*. Jardinópolis: Gráfica e Editora Lima, 2002.

6 ARAÚJO, Karina Aparecida Leme de. *O jornalismo em Jardinópolis entre 1910 e 1929*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2010.

monografias apresentadas como Trabalhos de Conclusão do Curso em História – Licenciatura Plena do Centro Universitário Barão de Mauá.

Encontramos também uma dissertação de mestrado na área de Geografia, escrita por Sandra Lencioni, em 1985⁷. Em sua pesquisa, a autora abordou o processo de capitalização do campo ocorrido em Jardinópolis, a partir dos anos 1950 até 1980, e como o mesmo contribuiu para a modificação da configuração urbana desse local. Esse trabalho, em especial, é bastante utilizado em nossa dissertação, pois apresenta dados, informações e considerações relevantes para a discussão que buscamos fazer.

Existem ainda dois livros sobre Jardinópolis escritos por memorialistas. O primeiro é o “Viajando na história: Jardinópolis 100 anos”, da autoria de Roberto Elias⁸. Esse livro narrou a história da cidade, contando os principais acontecimentos, apontados de ano a ano, desde a origem até o ano do centenário em 1998. O segundo é o “Jardinópolis: das origens ao centenário (1859-1998)”, do autor Jorge Saquy Sobrinho⁹. Sua narrativa foi feita por meio de famílias e personagens que contribuíram para a constituição do município, em sua dinâmica política, econômica, social e cultural, dos primórdios até o início do século XXI. Utilizamos ambos em nosso trabalho, especialmente o segundo, como fonte de informações sobre Jardinópolis e sua população.

Figura 1 – Destaque do município de Jardinópolis no estado de São Paulo.



Fonte: Imagem extraída do site Wikipedia. Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu.

7 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização. A capitalização do campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar*. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH, USP. São Paulo, 1985.

8 ELIAS, Roberto. *Viajando na História: Jardinópolis 100 anos*. Jardinópolis: Gráfica Lima Ltda., 1998.

9 SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis: das origens ao centenário (1859-1998)*. Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora, 2007.

Figura 2 – Vista aérea de Jardinópolis, 2011.



Fonte: Google Earth.

Contudo, a discussão que ainda não foi feita, seja pelos memorialistas locais, seja no âmbito acadêmico, é sobre a dinâmica urbana e a construção da cidade de Jardinópolis. Desse modo, o objetivo de nosso trabalho é caracterizar o projeto de urbanização colocado em prática, a partir do início do século XX em Jardinópolis, assim como identificar aos interesses de quais grupos a realização dessa tarefa atendia. De maneira mais específica, nossa preocupação volta-se para buscar possíveis interpretações que possam responder por quais razões o lugar conhecido como “Vila Sebosa”, que era localizado no centro da cidade, desapareceu no ano de 1964, sendo seus moradores transferidos para o local denominado “Cidade Operária”, construído no mesmo ano, instalado na periferia do município.

É importante registrarmos nosso acordo com as afirmações atribuídas aos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, de que toda história é social e contemporânea. Nesse mesmo sentido, Bernard Lepetit constatou que “a postura do historiador modifica-se quando ele considera, no processo histórico, um presente em andamento”¹⁰. As referidas proposições contribuem para a construção de nosso trabalho à medida que ele é pensado a partir de inquietações do tempo presente. Nesse sentido, o que desencadeou a busca pela compreensão do episódio descrito anteriormente, foi uma discussão iniciada no ano de 2011, no grupo da

10 LEPETIT, Bernard. A história leva os atores a sério? In: *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação de Heliana Angotti Salgueiro. Tradução de Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.227.

rede social “Facebook”, com o nome de “Jardinópolis”, em que alguns munícipes expuseram suas versões acerca da criação do bairro atualmente chamado “Vila Reis”, antigamente denominado “Cidade Operária”. Vejamos a seguir a reprodução da discussão mencionada:

Adriana Cristina Thomaz: nossa a respeito da vila reis minha avó fala que antes era a vila cebosa que ficava onde hoje é o supermercado dia e que o newton reis a pedido de algumas famílias ricas de nossa cidade queria aquilo fora dali e onde ele criou a vila reis que ficava totalmente isolada do resto da cidade onde o prefeito amontuou as famílias... [...]

19 de agosto de 2011 às 21:57.

Lucas Reis: Adriana, não é bem assim. A Vila Sebosa era uma verdadeira favela, imunda, sem estrutura alguma. O Newton Reis construiu um bairro inteiro, com casas, infraestrutura, água, eletricidade e destinou para a população da Vila Sebosa. E, se não me engano, com isenção fiscal e tributária. Cabe analisar se isso é amontoar famílias pobres.

19 de agosto de 2011 às 22:16.

Paulo César Saud Reis: Cara Adriana, nao tente resgatar o ódio ou desconhecimento se [de] sua avó com inverdades. É justamente o contrário: Newton Reis sempre governou pelos pobres. [...] Minha arma é a palavra e meu conhecimento, e só apareço aqui para defender o melhor pai e o melhor e maior prefeito que Jardinópolis já teve. Não quero debater com quem não tem conhecimento da história verdadeira. Seria uma enorme perda de tempo para nós todos além de um desrespeito com os demais participantes deste grupo. Mas quando alguém citar NR com desrespeito ou inverdades, como foi o caso aqui, também por respeito aos demais, vou sim dar as respostas doa a quem doer. [...]

Peço que não continuem a me citar nem ao maior de todos os prefeitos de Jardinópolis. Outra coisa, não use o nome de Jesus Cristo em vão. Adeus.

19 de agosto de 2011 às 22:25.¹¹

No período em que tais publicações foram feitas, eu era participante do referido grupo. Elas despertaram meu interesse em conhecer um pouco mais sobre a história exposta e, principalmente, em tentar entender por que esse assunto ainda causava incômodo e era alvo de discordâncias entre a população de Jardinópolis¹². Ao observarmos os comentários feitos por

11 Não pretendemos usar o facebook como fonte legítima. Apenas acreditamos que essa conversa é conveniente para evidenciar as inquietações que ainda perpassa sobre nosso tema, seja por parte de quem representa aqueles que promoveram a transferência dos moradores da “Vila Sebosa”, seja por parte de quem representa aqueles que sofreram a mudança promovida. Publicações extraídas do grupo “Jardinópolis” da rede social “Facebook”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/179639045387593/255392021145628/>. Acessado em 18 de setembro de 2011.

12 Ao concluir meu curso de graduação no Centro Universitário “Barão de Mauá” em 2012, entreguei a monografia intitulada “As vilas de Jardinópolis (SP): modernidade, urbanização e exclusão numa localidade”, em que introduzi a discussão acerca da transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, em 1964. Cf. FERREIRA, Priscila Fernanda. *As vilas de Jardinópolis: modernidade, urbanização e exclusão*

Lucas Reis¹³, Paulo César Saud Reis¹⁴ e Adriana Cristina Thomaz, percebemos que eles não possuíam harmonia ou concordância sobre a transferência dos moradores da “Vila Sebosa”.

Por parte de Adriana, a transferência dos moradores da vila foi apresentada segundo a versão de sua avó que, por sua vez, foi moradora do local e vivenciou o processo de mudança. Ficou evidente a insatisfação contida na sua escrita ao mencionar que o acontecimento em questão foi desenrolado para atender aos interesses de famílias ricas do município, que não estavam satisfeitas com a presença da “Vila Sebosa” no centro.

Por outro lado, Paulo César e Lucas Reis demonstraram orgulho pelos feitos de Newton Reis, prefeito no ano de 1964. Seus posicionamentos como familiares desse personagem político, apresentaram a criação da “Vila Reis” – assim denominada no ano de 1965 – como um ato relacionado à preocupação de Newton com os pobres da cidade que, segundo os dois, foram abrigados de melhor maneira em sua atual localização do que quando moravam na “Vila Sebosa”. Ademais, Paulo atribuiu veracidade somente a sua versão do acontecimento, ignorando qualquer outra que se posicionasse ao contrário, como ficou clara em sua exposição.

A relevância de propor uma discussão acerca da cidade e da dinâmica urbana de Jardinópolis se justifica pela atualidade que tal tema carrega. Percebemos nas publicações feitas pelos munícipes no grupo do “Facebook”, que há divergência de opiniões quanto ao processo de transferência dos moradores da vila e o desaparecimento dessa, o que indica para nós a ausência de um entendimento harmônico entre os diferentes grupos sociais sobre a apropriação da urbe. Além disso, elas trazem à tona algo sufocado na memória de alguns jardinopolenses, o que caracteriza o episódio em questão como um acontecimento que ainda não esgotou suas possibilidades investigativas na história do município.

Na tentativa de perseguir os objetivos apresentados para nossa pesquisa, foi importante reconhecermos a participação do sujeito na história. A admissão de seu protagonismo contribui para a fuga de uma análise limitada às estruturas em que a integração social e a ação humana são desvalorizadas¹⁵. Nesse sentido, esses apontamentos são válidos para refletirmos o papel dos atores sociais envolvidos no processo de criação da “Cidade Operária” e desaparecimento da “Vila Sebosa”. No caso, especificamente, do prefeito Newton Reis e dos

numa localidade paulista. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2012 (Trabalho de Conclusão de Curso em História – Licenciatura Plena).

13 Lucas Reis é neto de Newton Reis, filho de José Fernando Saud Reis.

14 Paulo César Saud Reis é filho de Newton Reis.

15 LEPETIT, Bernard. A história leva os atores a sério?... Op. cit.

vereadores que exerciam o cargo quando, sob aprovação e autorização dos mesmos, ocorreu a transferência dos moradores da vila do centro da cidade, passando os mesmos a residirem na periferia da urbe.

A fim de traçarmos uma interpretação que caracterizasse as motivações e os interesses para que a “Vila Sebosa” deixasse de existir no centro de Jardinópolis, a identificação dos membros do poder executivo e legislativo do município se mostrou interessante. No decorrer de nossa pesquisa, fomos percebendo os vínculos que Newton Reis e alguns vereadores mantinham com famílias tradicionais, fosse por parentesco, casamento ou apadrinhamento. A reconstituição dessas relações contribuiu para que pudéssemos fazer indicações, apontamentos e considerações acerca da influência que essas famílias mantiveram na cidade, desde sua fundação, seja na ocupação de cargos políticos ou na participação ativa na economia jardinopolense e, por vezes, atuando em ambos os setores.

Nesse sentido, a perspectiva historiográfica que nos inspiramos para desenvolver nosso trabalho, levando em conta nosso compromisso com a História Social e com a ação dos sujeitos no processo histórico, foi a micro-história. Reunindo forças a partir dos anos 1970, a microanálise tem como principais interlocutores os historiadores Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi. Os estudos de Grendi sobre o movimento operário inglês, com o auxílio da antropologia para melhor absorção e compreensão de seu objeto, mostrou sua preocupação com a “história vista de baixo”, o que era comum entre os acadêmicos da historiografia inglesa da história social de orientação marxista. A atenção dada por Grendi à antropologia – aproximando-se das análises do antropólogo Polanyi – serviu de base para seus estudos na micro-história, dando valor às ações dos sujeitos históricos, às suas experiências, vivências e cotidiano¹⁶.

Por sua vez, Giovanni Levi é conhecido como sendo um dos maiores expoentes da micro-história italiana. Em seu texto publicado no livro “A escrita da História”, de Peter Burke, ele a apresenta como uma prática historiográfica, em que o historiador deve estar aberto para a utilização de métodos variados na pesquisa, não havendo necessidade de aprisionar as propostas dentro de um quadro estático¹⁷.

16 LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Tese de Doutorado em História. IFCH, UNICAMP, Campinas, 1999.

17 LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. Novas perspectivas (tradução: Magda Lopes) São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.133.

Desse modo, queremos deixar claro para o leitor que a micro-história não é sinônima de história local, a redução da escala de uma perspectiva macro para uma micro, por vezes, é feita pelo historiador para reconstruir trajetórias e relações de atores sociais em determinada localidade e período. No entanto, trabalhar com microanálise presume o esforço de reunir grande quantidade de fontes, exaurindo as informações contidas nas mesmas por meio de uma análise qualitativa. Mesmo levando esse exercício à exaustão, é importante registrar que a centralidade da discussão em uma pesquisa, comprometida com a micro-história, não é o descobrimento da verdade ou do que realmente aconteceu, mas sim a procura por desvendar possíveis interpretações sobre determinado processo histórico. As possibilidades investigativas e as considerações acerca do objeto escolhido pelo historiador surgem no curso da análise empírica, por meio da utilização do método indutivo¹⁸.

Considerando esta última passagem, apresentamos a contribuição do paradigma indiciário¹⁹, termo cunhado por Carlo Ginzburg. Ao descrever sobre Freud, Morelli e Conan Doyle – todos tendo em comum serem médicos – Ginzburg apresenta como estes homens se utilizaram de uma análise indiciária para alcançar seus objetivos. Para o psicanalista Freud, os sintomas eram os elementos importantes a serem levados em conta; para o historiador da arte Morelli, os signos pictóricos que eram relevantes; e para o personagem fictício de Doyle, Sherlock Holmes, o rastreio de pistas e indícios é que levavam a resolução de seus casos. O autor fundamenta sua proposta baseado na semiótica, fazendo contraponto ao “método galileano”, que utilizava uma abordagem racional, quantitativa e exata. Ele ressalta que “o que caracteriza esse saber [paradigma indiciário] é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”²⁰. Ao optar por essa perspectiva analítica, o historiador deve se aventurar, seguir rastros, sinais, indícios, ter um caráter venatório, ser um detetive para fazer considerações acerca do objeto estudado, dessa forma, sua busca por resultados pode ser mais intensa e comprometida.

18 Cf. FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análises: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15 n.28, p.57-72, jul. 2008; GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

19 GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-179.

20 GINZBURG, Carlo. Sinais... Op. cit., p.152.

O paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg contribui para nosso trabalho à medida que nos faz refletir sobre como encarar as fontes de nossa pesquisa. A ideia de um olhar mais atento e cuidadoso sobre elas faz com que questionamos o óbvio, não nos deixando levar pelo que simplesmente está em evidência, mas buscando construir interpretações a partir de indícios e informações que sob, e apenas, em um primeiro olhar não demonstram relevância.

A seguir, faremos uma breve apresentação do que procuramos desenvolver em cada capítulo de nossa dissertação. Por escolha nossa, não entramos em detalhes sobre a produção dos mesmos, sobre seus aspectos teóricos, metodológicos e afins, optamos por realizar essa tarefa no transcorrer de cada um. Ao longo de nosso texto, poderemos perceber de maneira mais evidente o diálogo que procuramos manter com a perspectiva metodológica e historiográfica que foi exposta nessa introdução.

No primeiro capítulo, buscamos fazer uma análise do processo de construção da cidade de Jardinópolis desde as primeiras décadas do século XX até a década de 1960. Nesse exercício analítico, consideramos como elementos essenciais para nossos objetivos o projeto de configuração urbana que foi sendo implantado na cidade e as práticas sociais da população nesse cenário de transformação. As fontes que utilizamos para realizar tal tarefa foram jornais, do ano de 1926 até 1961, o *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto*, de 1913, e o Código de Posturas de Jardinópolis, publicado em 1917, esses documentos contribuíram para que fosse possível alcançar os objetivos que traçamos.

No segundo capítulo, percorremos um caminho que possibilitasse promover uma discussão acerca do episódio central de nossa pesquisa: a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, sendo deslocados do centro para a periferia da cidade no ano de 1964. Nesse sentido, nos detivemos na caracterização do espaço urbano de Jardinópolis e suas especificidades, apontando a segregação ocorrida na cidade com a consolidação de uma periferia até então inexistente no município. Ainda nessa etapa de nosso trabalho, procuramos reconstituir as relações sociais do prefeito Newton Reis e dos vereadores em exercício no ano de 1964. A partir da identificação dos vínculos de parentesco, casamento, apadrinhamento e amizade de nossos atores, fizemos indicações dos possíveis interesses que permearam a aprovação do projeto de lei – de autoria de Newton Reis – que intencionava transferir os moradores da “Vila Sebosa” para longe do centro, resultando no desaparecimento da mesma. As fontes utilizadas nesse capítulo foram diversas: plantas e

fotografias da cidade de Jardinópolis, um jornal de 1987, arquivos paroquiais e cartoriais, lei e projeto de lei que autorizaram a criação da “Cidade Operária”.

No terceiro e último capítulo de nossa dissertação, abordamos a consolidação do bairro “Vila Reis” – até 1965 com a denominação de “Cidade Operária” – e pontuamos aspectos sobre a figura política de Newton, idealizador do projeto que criou o referido local. Nesse sentido, a fim de alcançar esses intentos, indicamos características urbanas e sociais da vila, desde sua criação até a década de 1980, a fim de compor um retrato sobre a mesma, demonstrando como sua localização contribuiu para a marginalização do bairro e para a repercussão de uma imagem negativa do mesmo. Fizemos uso de jornais, uma planta da cidade e uma fotografia para compor a discussão das questões assinaladas e finalizar nossa dissertação.

Feita a apresentação do tema de nossa pesquisa e as considerações teóricas e metodológicas que a permearam, partiremos então para o primeiro capítulo de nosso trabalho.

CAPÍTULO 1

A “CIDADE JARDIM” EM CONSTRUÇÃO: O ESPAÇO URBANO E AS PRÁTICAS SOCIAIS EM JARDINÓPOLIS

Neste primeiro capítulo, pretendemos apresentar a cidade de Jardinópolis nas primeiras décadas após sua criação até o início dos anos de 1960. Nesse sentido, nossos objetivos são dois, que se complementam em suas finalidades. O primeiro é discutir os comportamentos e as práticas sociais evidenciados nos jornais durante o período em questão. O segundo é buscar caracterizar o projeto de configuração urbana que foi sendo implantado na cidade desde o início do século XX. O ponto de intersecção de ambos se encontra à medida que buscaremos abordar como a tentativa de concretizar um modelo urbano divulgado, propagado e estabelecido em Jardinópolis afetou e influenciou a vivência e a dinâmica dos moradores da mesma.

Tomando os registros do período que pesquisamos como referência, podemos entender esse modelo urbano que citamos no parágrafo acima como sinônimo de “moderno”. Ele carregava essa nomenclatura por contar com serviços até então inexistentes na cidade de Jardinópolis, como: instalação de iluminação elétrica, asfaltamento e calçamento de ruas e logradouros, definição de sarjetas e guias, a construção de praças e lugares públicos, entre outras modernizações, que se tornavam comuns em diversas cidades desde o final do século XIX. Essa transformação frequentemente ocorrida no espaço urbano jardinopolense era vista e anunciada de maneira elogiosa nas publicações feitas nos jornais que circulavam no município e em uma revista da região, todavia, algumas práticas e comportamentos sociais denunciados no jornal local contrariavam essa perspectiva positiva acerca da cidade, pois indicavam as limitações da concretização do projeto de urbanização que tinha como alvo, também, a modificação de hábitos e costumes da população.

Diante dessa exposição, ao longo do capítulo desenvolveremos nossa análise a partir dos elementos apresentados, de forma que a faremos em diálogo com algumas leituras sobre o tema.

As obras que abordam ou perpassam o tema *cidade e urbano* no Brasil, compreendendo as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX são essenciais para que possamos identificar quais elementos, práticas e comportamentos eram considerados parte do espaço urbano e quais não eram vistas como apropriadas para o mesmo. É fundamental salientar que a classificação dessas ações como pertencentes ou não à urbe não era feita de maneira harmônica entre seus habitantes, mas que partia de uma hierarquia social que atendia aos interesses das classes dominantes.

Desse modo, palavras como – ou que representam o sentido de – “civilização”, “moderno”, “progresso”, “melhoramento”, entre outras, eram muito usadas – e estão muito presentes nas fontes que utilizamos – nesse contexto para dar legitimidade ao projeto urbano que tentava ser implantado por determinação de grupos com influência política e econômica na cidade. Colocá-las em discussão, portanto, também é tarefa crucial nesse capítulo para que não façamos uma leitura naturalizada dos usos que delas eram feitos, evitando generalizações e/ou falta de caracterização em suas abordagens.

No intuito de identificar e caracterizar a existência das transformações urbanas no município de Jardinópolis no decorrer da década de 1920 até 1961, assim como as práticas e os comportamentos sociais relacionados diretamente a essas transformações, selecionamos uma série de fontes. O primeiro conjunto de documentos que podemos citar são os jornais, provenientes da Casa da Cultura de Jardinópolis, onde conseguimos acesso aos periódicos de 1926 até 1961, último ano antes da transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, pois, posterior a esse ano, existiu um intervalo de dez anos sem veiculação de jornais no município.

A utilização de jornais em nosso capítulo torna possível indicar as práticas e os comportamentos sociais que não eram bem vistos e bem quistos pela população, especialmente pelas pessoas que deles se utilizavam para reclamar, queixar-se e denunciar situações que lhes eram desagradáveis. Outro ponto vantajoso do uso dos jornais é a possibilidade de identificar medidas e aplicações tomadas pelas autoridades municipais, com o propósito de dar continuidade ao processo de urbanização que estava em andamento na cidade de Jardinópolis. Dessa forma, os objetivos que traçamos para esse capítulo tornam-se possíveis de serem alcançados.

No que diz respeito à coleta e seleção das fontes, optamos por analisar três meses de jornais a cada ano, dessa forma podemos obter fontes suficientes para fazer as inferências e análises que desenvolvemos²¹. Foi possível fazê-lo, pois tivemos acesso somente a um periódico em circulação no período que corresponde a nossa pesquisa, o *O Correio da*

21 No ano de 1926 pesquisamos e recolhemos fontes de todos os meses, pois ainda não tínhamos definido uma metodologia. De 1927 até 1961, optamos por consultar três meses de cada ano, seguindo a ordem consecutiva. Por exemplo, em 1927 analisamos os meses de janeiro até março; em 1928 abril até junho, e assim por diante. Não tivemos acesso somente ao ano de 1948 porque o mesmo não constava no acervo. Optamos por fazer a seleção dessa forma, pois, não seria viável, em decorrência do pouco tempo, consultar todos os anos dos jornais do período referido.

*Semana*²², e as edições eram publicadas uma vez na semana. Além dos jornais, utilizamos também o Código de Posturas de Jardinópolis de 1917 e a edição de 1913 do *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto*.

O Código de Posturas contribuiu para identificar o projeto de construção urbana que as autoridades municipais, as quais faziam parte da classe dominante do município, buscavam alcançar nas primeiras décadas do século XX, por meio da promulgação de uma legislação específica. A partir disso, podemos confrontá-lo com as práticas sociais da população, as queixas e as reclamações publicadas nos jornais e demonstrar as limitações e os esforços da aplicação do Código no município ao longo do período que determinamos.

No *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto*, foram publicadas quatro páginas sobre Jardinópolis, que intencionavam propagandeá-la como uma “cidade moderna”. Pretendemos utilizá-las para apontar e discutir a repercussão de uma imagem construída da cidade que era veiculada em municípios vizinhos, ou ao menos foi, em Ribeirão Preto.

Debruçando o olhar sobre os documentos que apresentamos articulados com a bibliografia sobre o tema, buscaremos apontar uma possível leitura sobre a dinâmica urbana vivenciada em Jardinópolis. Considerando sempre que essa dinâmica é composta da ação e interação de diferentes grupos e indivíduos, com interesses, perspectivas, expectativas e comportamentos que podem divergir uns dos outros e que, por sua vez, são fatores extremamente relevantes para serem levados em conta na nossa análise. Do contrário, nossa leitura ficaria restrita a uma reprodução das estruturas e discursos dominantes, de maneira que os atores envolvidos seriam movidos por determinações sociais em vez de serem sujeitos das ações.

1.1. Contribuições para uma discussão sobre cidade e urbano

A bibliografia que perpassa a questão urbana no Brasil em finais do século XIX e início do XX é extensa, compreendendo obras que tratam desde aspectos socioculturais das grandes capitais até cidades médias brasileiras, estas principalmente do nordeste paulista.

22 O proprietário do jornal “O Correio da Semana” era Olivério Gomes. Tendo nascido em Franca no dia 06/04/1889, mudou-se para Jardinópolis aos 20 anos para trabalhar com João Rocha em uma tipografia. Iniciou seu próprio jornal, “Correio da Semana”, em 23 de maio de 1914, tendo circulado até 1961. As edições contavam em média de oito a doze páginas; apresentava quase sempre uma coluna ou texto do editorial, programação dos cinemas e teatros da cidade e propagandas. Constava também, em alguns periódicos, colunas policiais, ações e medidas (elogiosas) do poder público para a cidade e, por vezes, artigos de opinião sobre algum assunto ou tema, geralmente sob um viés conservador.

Inicialmente, apresentaremos algumas obras que tratam das transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e as influências do projeto de urbanização de Haussmann nesse conjunto de ações. Essas obras tiveram contribuição na escrita do nosso projeto de pesquisa, pois foram nosso ponto de partida para buscar entender o processo moderno²³ de construção urbana no Brasil, por isso julgamos ser importante a apresentação das mesmas.

O projeto de remodelação urbana conduzido pelo barão Haussmann – prefeito de Paris entre 1853 e 1870 na segunda metade do século XIX – refletia o desejo do que podemos chamar de “cidade iluminista”²⁴, considerada uma perspectiva moderna de urbanização, pois contemplava a racionalização da utilização do espaço público.

A ação de Haussmann [...], apresenta-se como uma revisão da cidade antiga, uma intervenção que retifica a trama existente, que funciona sob o binômio “correção/manutenção, aceitação/violência”, contradições que se conciliam na ambivalência própria do século XIX. As demolições de Paris são parciais, se bem que inscritas numa perspectiva de intervenção global e em nome de uma nova organização da circulação formada pelas percées que fracionam e abrem a cidade em direção à periferia. O método é interpretado como cirúrgico, aplicado ao tratamento de uma cidade doente, como costumava dizer na época²⁵.

As contradições alertadas no trecho acima nos indicam a ambivalência e a contradição do projeto de urbanização, pois ao mesmo tempo em que era marcado pela instauração da salubridade, higienização e beleza em uma parte da cidade, abria espaço em direção à periferia, transferindo as mazelas e a pobreza de um lugar para outro da cidade, e não as combatendo de fato²⁶. Como é apontado no artigo de Dominique Kalifa, a topografia do crime e da violência, do vício e da delinquência em Paris foi profundamente afetada pelas amplas transformações urbanas comandadas por Haussmann, no século XIX. Houve, portanto, um

23 Usamos a nomenclatura “moderno” para nos referir ao modelo urbano que foi sendo concretizado na Europa – e depois nas Américas – após as revoluções industriais que, por sua vez, contribuíram para as transformações nas cidades, colocando-as a serviço da reprodução do capitalismo.

24 ROUANET, Sérgio Paulo. A cidade iluminista. *Revista Usp*, São Paulo, n.26, junho/agosto, p.154-163, 1995.

25 SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Haussmann. Os limites da comparação. A Cidade, A Arquitetura e os Espaços Verdes (o caso de Belo Horizonte). *Revista Usp*, São Paulo, n.26, junho/agosto, p.196, 1995.

26 A obra de Maria Stella Bresciani é uma das que buscam demonstrar a situação dos mais pobres, dos operários, das prostitutas, dos “marginais” diante das transformações do século XIX, tanto em Paris quanto em Londres. Cf. BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

deslocamento da criminalidade e da violência para lugares periféricos da cidade, em vez da extinção dessas²⁷.

O impulso econômico que parte da Europa viveu entre 1871-1914 estava fortemente presente em Paris e foi em grande parte responsável pela concretização do projeto urbano de Haussmann. Esse período, marcado pela abundância, pelo luxo e esbanjamento da elite, que seriam evidenciados em suas práticas cotidianas, seja na moda, na arquitetura, na arte ou no comércio e na indústria, ficaria conhecido como *Belle Époque*²⁸.

Por sua vez, no final do século XIX, o Brasil passava por transformações políticas devido à recém-instaurada república, demonstrando-se desejoso em fazer parte dos “belos tempos”, que parte do ocidente estava inserida. O país se encontrava em grande agitação financeira, devido à inflação sofrida no governo de Campo Sales (1898-1902). Por meio do aumento de impostos e da redução do capital circulante, ele tentou melhorar as condições econômicas do país. Seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, conseguira equilibrar isso, porém, a custo da miséria da população, que sofria com o aumento de impostos e redução de empregos²⁹. Nesse período de crise econômica, assumiu o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), que financiado por capital estrangeiro – inglês e americano – objetivou promover mudanças na estrutura da sociedade, realizando obras públicas aos moldes das transformações urbanas parisienses.

Rodrigues Alves deu ordens para que cortiços e casebres fossem demolidos para serem substituídos por grandes e largas avenidas. Segundo ele, esse processo melhoraria o desenvolvimento do comércio, o acesso ao porto e a circulação de mercadorias pela cidade. Além disso, tomou providências para combater as epidemias e acabar com a visão que os estrangeiros tinham do Rio de Janeiro, apelidando a cidade de “túmulo dos estrangeiros”, por causa do elevado número de mortes causadas pelas doenças. Não por acaso, Rodrigues Alves

27 KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n.28, p.287-307, jan./jun. 2014. Outra importante obra que discute o crime e marginalidade no Rio de Janeiro em finais do século XIX e início do XX e contribui para a compreensão das transformações ocorridas na capital federal nesse período é: MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

28 Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988; SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (org.) *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol. 3, p.7-48.

29 CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In: _____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 91-139.

nomeou o engenheiro e prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, que esteve em Paris e acompanhou o projeto urbanístico de Haussmann, para encarregar-se das reformas. Esse processo foi chamado pela grande imprensa de “Regeneração” e, para aqueles que sofreram com as demolições, ficaria marcado como “Ditadura do bota-abaixo”, pois, sendo despejados de suas casas, não houve nenhum tipo de indenização ou apoio aos moradores³⁰.

Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose [...]: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense³¹.

Em nome do progresso, Rio de Janeiro se tornou a capital do arrivismo, importando a cultura europeia em um lugar permeado de passado colonial. A *Belle Époque* tropical foi mais do que a sensação do luxo, do gozo e do esbanjamento da elite, foi uma espécie de obrigação que servia à estruturação desse grupo na hierarquia social. Foram criadas leis para fazer-se obrigatório o uso de paletós e sapatos em certos lugares da cidade e, sob a mesma rigorosidade, o violão, os seresteiros, o carnaval de rua, o jogo do bicho e quaisquer tipos de manifestações populares eram sinônimos de vadiagem. Nesse sentido, configuravam-se “duas cidades” no Rio, sendo que uma sofria diretamente com a prosperidade da outra.

Enquanto uma cidade dourada se desfaz em festas, uma outra moureja de sol a sol. O Rio esconde duas cidades em suas entranhas. A burguesa, da Rua do Ouvidor, que Machado de Assis apelidara de “via dolorosa dos maridos pobres”, com suas lojas caras, de inspiração francesa, como a Notre Dame, a Casa Clark e a Torre Eiffel. A cidade das casas de chá, confeitarias e cafés, como o Paris, a Deroche, o Provence, a Colombo e Menères. A cidade dos clubs, cassinos, teatros e temporadas líricas, momento da parada das elegantes, vestidas com tecidos como surá, faille, chamalote, tafetá, e dos elegantes de cartola, polainas e bengala, que fumam em smoking rooms, aplaudem nos teatros ou pontuam nas mesas de poker. Rio de Janeiro dos palácios e palacetes. Da garçonnière e da maisonnette.

30 SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso... Op. cit.; _____. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

31 _____. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.35-94, p.43.

Mas essa cidade disputava febrilmente a visibilidade com outra cidade: a dos trabalhadores de pés descalços, dos quiosques lamacentos no cais do porto, dos muquifos, dos mafuás, das feiras livres, dos zungus, estalagens e casas de cômodo. Rio de Janeiro das favelas e dos cortiços. Do samba e do jogo do bicho. Do malandro e da navalha. Dos analfabetos e da cusparada no chão³².

Sendo assim, a cidade que os grupos dominantes do Rio de Janeiro tentavam concretizar como ícone da urbanização moderna aos moldes de Paris, se tornava a principal inspiração para as demais cidades brasileiras, como foram os casos de algumas cidades do nordeste paulista.

Sobre essa região, podemos citar alguns trabalhos como exemplos, pois tratam-se de cidades geograficamente próximas a Jardinópolis. A tese de doutorado do historiador Humberto Perinelli Neto buscou traçar uma interpretação da dinâmica socioeconômica da pecuária no centro sul brasileiro e da modernidade promovida pela riqueza cafeeira paulista, levando em conta a maneira pela qual essas historicidades foram vivenciadas pelos moradores de Barretos entre 1854-1931³³. Já o historiador Rodrigo Ribeiro Paziani se preocupou em pesquisar a história de Ribeirão Preto sob a ótica das ações do prefeito Joaquim Macedo Bittencourt, que foi uma figura atuante na política local e agente modernizador responsável pelas transformações urbanas realizadas nas primeiras décadas do século XX³⁴. Ainda podemos citar o também historiador Rafael Cardoso de Mello, que em sua dissertação de mestrado propôs compreender as representações sociais que versam sobre Iria Alves Ferreira, reconhecida como “Rainha do Café”, durante o final do século XIX, começo do XX, na cidade de Ribeirão Preto³⁵. Assim como outros autores, que tiveram em seus trabalhos temáticas semelhantes de outras cidades do nordeste paulista: a dissertação de Cláudia Regina Vargas buscou analisar as tentativas de modernização do espaço urbano de Araraquara, destacando a figura de Bento de Abreu Sampaio Vidal como político e agente modernizador

32 PECHMAN, Robert Moses; LIMA JÚNIOR, Walcler de. *Flirts no footing da Avenida Central ou a belle époque nos trópicos*. In: FIGUEIREDO, Luciano. (org.) *A França nos trópicos*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p.60.

33 PERINELLI NETO, Humberto. *Nos quintais do Brasil: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade – Barretos (1854-1931)* Tese de Doutorado em História. FHDSS, UNESP, Franca, 2009.

34 PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Tese de Doutorado em História. FHDSS, UNESP, Franca, 2004.

35 MELLO, Rafael Cardoso de. *Um “coronel de saias” no interior paulista: a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, UNESP, Franca, 2009. Existem também outros trabalhos sobre a cidade de Ribeirão Preto que são importantes para somar à discussão sobre cidade e urbano. Cf. SILVA, Adriana Capretz Borges da. *Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do Antigo Barracão*. 1ª ed. Ribeirão Preto, SP: Editora COC, 2006; FARIA, Rodrigo Santos de. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção: o discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização entre rios (1895-1930)*. São Paulo: Annablume, 2010.

da cidade no início da Primeira República³⁶. A também dissertação de Fabiano Junqueira de Freitas abordou a tríade: política, economia cafeeira e modernização urbana, como elementos centrais de seu trabalho, no esforço de compreendê-las a partir da cidade de Patrocínio Paulista e da figura do coronel Estevam Marcolino de Figueiredo³⁷.

Os trabalhos que citamos acima estabeleceram alguns pontos comuns. Todos seus autores integravam o Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café (CEMUMC), o qual tinha como pretensão analisar o processo de modernização ocorrido nas cidades do interior paulista, que vivenciaram as benesses trazidas pelos tempos auspiciosos da economia cafeeira. Nesse sentido, os trabalhos consentem nos elementos centrais de suas análises, havendo particularidades na construção dessas e nas diferentes localidades pesquisadas. Entender o processo de transformação ocorrido na virada do século XIX para o XX como fruto da chegada da modernidade no Brasil, assim como abordar suas experiências no nordeste paulista a partir do enriquecimento proporcionado pela economia cafeeira, faziam parte dos objetivos das pesquisas integradas ao CEMUMC. A centralidade da discussão desse processo em torno de figuras políticas locais – e que, por vezes, estendiam suas relações em dimensões estadual e nacional – também constituiu ponto principal em algumas pesquisas, como foram os casos de Joaquim Macedo Bittencourt, Iria Alves Ferreira, Bento de Abreu Sampaio Vidal e Estevam Marcolino de Figueiredo, personagens centrais em alguns trabalhos que citamos.

Na pretensão de seguir o rastro da chamada modernidade no interior paulista, membros do CEMUMC cunharam o conceito de “*belle époque* caipira”, que foi utilizado como embasamento teórico nos trabalhos que propunham analisar o contexto das transformações promovidas pela riqueza cafeeira do nordeste paulista. Tal conceito é entendido como:

36 VARGAS, Cláudia Regina. *As várias faces da cidade: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: UNESP/FHDSS/CAPES, 2000 (Dissertação de Mestrado em História).

37 FREITAS, Fabiano Junqueira de. *A mão oculta: Estevam Marcolino: política e modernidade no interior paulista (1889-1914)*. Franca: UNESP, 2008 (Dissertação de Mestrado em História). Outras dissertações que apresentam considerações acerca da modernização de outras cidades do interior de São Paulo podem ser acrescidas no rol de pesquisas realizadas sobre o nordeste paulista, como: ALMEIDA, Osana de. *Uma ponte entre o arcaico e o moderno: José Gabriel de Oliveira e Souza e a modernização urbana em Santa Bárbara D'Oeste (1892-1920)*. Franca: UNESP/FHDSS/FAPESP, Franca, 2003 (Dissertação de mestrado em História); AZEVEDO, Veruschka de Sales. *Entre a tela e a platéia: theatros e cinematographos na Franca da Belle Époque (1890-1930)*. Franca: UNESP/FHDSS/CAPES, 2001 (Dissertação de Mestrado em História).

A Belle Époque caipira era constituída especialmente pela ação de uma elite desejosa de modernizar-se. Desobrigados de qualquer ética, derribavam as matas, levando destruição, morte e grilagem às terras férteis do sertão. Tal qual verdadeiros flibusteiros, adentravam a hinterlândia e agiam com violência, amparados na legitimidade de um discurso constituído a partir da significação social positiva atribuída ao moderno³⁸.

Portanto, a *belle époque* caipira buscava traçar uma base para as interpretações acerca das experiências da modernidade em cidades do interior de São Paulo que foram contempladas com a riqueza proporcionada pelo café. No centro da análise, encontrava-se uma elite desejosa de modernizar-se aos moldes da capital francesa. Figuras públicas – como citamos – não mediam esforços na tentativa de concretizar o projeto de atribuição moderna nas cidades que passavam por transformações entre o final do século XIX e o início do XX, valendo-se de posturas arrivistas ao almejam alcançar tal intento.

A relevância de apresentar esses trabalhos que tratam de cidades do nordeste do estado de São Paulo, consiste em apontar a presença de um modelo de urbanização – semelhante ao instaurado no Rio de Janeiro desde o século XIX – também em cidades médias e pequenas do interior paulista, principalmente levando em consideração a proximidade que as mesmas possuem de Jardinópolis. Nossa intenção não é utilizar dos mesmos mecanismos teórico-metodológicos que se valeram os trabalhos que mencionamos, mas apenas demonstrar a existência de um modelo urbano que vinha sendo implantado nas cidades, de modo a atender a conservação das classes dominantes no topo da hierarquia social e as demandas para a reprodução do capital.

Nesse sentido, na busca para encontrar um caminho que atendesse coerentemente aos nossos objetivos, uma obra em particular contribuiu para definirmos a maneira como trabalhamos com nossas fontes e as discussões que fizemos em torno delas. O livro de Fraya Frehse, intitulado “O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império”³⁹ nos serviu de inspiração para compor os elementos que foram desenvolvidos ao longo desse capítulo. A autora propõe novas interpretações acerca das transformações urbanas que a cidade de São Paulo vivenciou em finais do Império, colocando em questão a categoria “modernidade”,

38 DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. *A Belle Époque Caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852/1930) - a proposta do CEMUMC*. *Revista Brasileira de História*, v.53, 2007, p.95.

39 FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

abrindo espaço para a discussão sobre o que significa modernidade e ser moderno no Brasil, especificamente em São Paulo em finais do Império, para uma população que não a compreendia e não tinha como vivenciá-la. Desse modo, ela nos convida a pensar o tempo, não como algo estrutural e linear, mas em suas especificidades, na maneira como a sociedade o “preenche” com seus diferentes comportamentos e formas de sociabilidade, assim como as suas particularidades desenrolam-se em diferentes locais.

Como parte da discussão que Fraya faz, a análise de fontes em sua obra é intensa e extensa, levando o leitor a percorrer as ruas de São Paulo de fins de Império. Ela mostra de forma competente a existência de elementos trazidos principalmente com o avanço econômico do café, como iluminação elétrica, aumento do número e do tamanho das ruas, melhor pavimentação, bondes, locomotivas, telégrafo, gás, telefone, fonógrafo, fotografia, aumento do setor comercial, entre outros, entendidos como modernizações, que colocaram São Paulo na categoria de “cidade moderna”. No entanto, ela também reúne uma série de fontes que evidenciam a permanência de práticas ligadas ao rural, comportamentos que eram considerados incivilizados e alvos de críticas e reclamações nos jornais, inclusive queixas da população com a insatisfação dos serviços, que tinham começado a ser prestados com o avanço de novas técnicas e tecnologias. Por fim, a minuciosidade com que tal análise e discussão é feita na obra, possibilitou alguns questionamentos em nossa pesquisa. Afinal, como dar conta da complexidade desses elementos que compõem a cidade? E ainda, como discuti-los tratando-se de Jardinópolis, uma pequena cidade do interior paulista?

Para tanto, identificar as práticas e os comportamentos sociais, analisar as queixas, as declarações das autoridades municipais e demais fontes que poderiam somar para compor o cenário urbano jardinopolense e colocá-lo em discussão, tornou-se essencial para que desenvolvêssemos nosso trabalho sem reproduzir categorias e conceitos prontos e não transferisse a realidade de um local, seja Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto e demais cidades para Jardinópolis, que acabaria por inseri-la no mesmo contexto.

Portanto, o que buscaremos por meio das fontes que reunimos em diálogo com a perspectiva apresentada, é caracterizar o projeto de configuração urbana que foi sendo implantado em Jardinópolis desde o início do século XX e identificar as práticas sociais da população nesse contexto de transformação da cidade. Por meio da análise dos jornais, do Código de Posturas e do *Almanach de Ribeirão Preto*, foi possível perceber o esforço das classes dominantes de Jardinópolis em promovê-la como sinônimo de moderna, assim como

também pudemos mapear nos documentos indicações que contrariavam essa tentativa de promoção.

Sem mais delongas, passemos, então, para o próximo tópico de nosso capítulo, no qual discutiremos algumas fontes que versam sobre a propagação de uma imagem positiva de Jardinópolis, classificando-a por vezes como moderna, outras como progressista, ou ainda, como civilizada, associando-a a elementos e serviços que transformavam a paisagem e a vida urbana da cidade.

1.2. Jardinópolis: uma cidade moderna, progressista e civilizada (?)

A cidade tem 494 predios, dos quais os mais notáveis são: Grupo escolar, construído recentemente pelo empreiteiro Vicente lo Giudice, Posto Policial; Teatro Ápolo, de propriedade da Empresa Alfano & Torraca, inaugurado em novembro do ano passado, Teatro da S. M. Fratellanza Italiana, onde funciona o Cinema Pathé, cujo proprietário é o sr. Manoel Bernardes dos Reis, Sub-estação da Empresa de força e Luz de Ribeirão Preto, Loja maçônica Estrêla do Rio Pardo, e alguns outros particulares.

Tem 26 ruas alinhadas: 11 de Junho, 13 de Maio, S. Sebastião, Liberdade, Silva Jardim, Coronel José Teodoro, Coronel Clementino, 7 de Setembro, Prudente de Moraes, Marechal Deodoro, Afonso Pena, General Osório, Saldanha Marinho, Amador Bueno, Alfredo Élis, Ruí Barboza, Americo Sales, Altino Arantes, 15 de Novembro, Albuquerque Lins, Campos Sales, 24 de Maio, Tabatinguera, Antonio Pereira, Joaquim Araujo.

Avenidas: Italia e Visconde do Rio Branco.

Praças: Coronel João Guimarães, Domiciano de Assis, Republica e Tiradentes.

À praça Domiciano de Assis, a mais central e movimentada da cidade, ergue-se o edifício da matriz, de recente construção, e nela se encontram as três farmacias do lugar [...]

A população da cidade é computada em 3000 almas e a do município em 18000.[...]

[...] é servida de agua encanada [...], tem iluminação electrica, inaugurada em 1911 [...]

E dentro em pouco estará concluído o serviço de esgotos [...]

A realização desses melhoramentos obedece a um plano delineado desde adiministração do sr. dr. Lincoln Guimarães, e a actual Camara tem prestado todo o apoio ao atual prefeito, dr. Pedro Albernaz, para que não sejam adiados esses melhoramentos.

[...] ve-se que o município tem 453 contribuintes do imposto de Industria e Profissão, 180 de imposto de café; 295 do imposto pastoril e 494 do imposto predial. [...]⁴⁰.

40 *ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO*. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913, p.128. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

É uma cidade moderna, saneada, e só lhe falta o calçamento que a Prefeitura espera iniciar em breve. Os bons edifícios vão surgindo com rapidez, e ainda assim a falta de casas é grande, pois a população aumenta extraordinariamente⁴¹.

Encontramos as citações acima no *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto*, publicado no ano de 1913, e tais citações estão contidas em um texto de quatro páginas dedicadas a Jardinópolis. Como podemos perceber, o autor – que assinou como “E. Vassimon”⁴² – teceu elogios à cidade, exaltando aspectos relacionados à modernização de estruturas físicas do município e, também, melhorias de serviços de infraestrutura. O texto completo ainda apresentou: máquinas de beneficiar arroz e café, casas bancárias, comércio, tipografias, imprensa, médicos, cirurgiões dentistas, advogado, prefeitura e câmaras municipais, automóveis, hotéis, bandas de música, juizado de paz, cartório de paz, agência do correio, coletoria estadual e federal, estrada de ferro Mogiana, posto anti-tracomatoso, hospital de caridade, associações, rendas municipais, fotografias, diretório político, população e saúde pública. Ao final de todos esses elementos, o autor afirmou que Jardinópolis tratava-se de uma cidade moderna, ademais, reverenciou as administrações dos prefeitos envolvidos nesse projeto de “melhoramento” urbano junto à Câmara Municipal, atribuindo a responsabilidade da execução desse plano aos indivíduos atuantes nesses núcleos de poder.

Se nos atentarmos ao texto, podemos indicar quais as características que o autor acreditava ser parte de uma “cidade moderna”. A presença dos prédios na cidade: o teatro, o cinema e a empresa de força e luz – além dos demais elementos que listamos – eram sinônimos de modernização e progresso, pois se tratavam de locais que representavam as novidades trazidas, principalmente com o avanço econômico do café no estado de São Paulo e, também, da tecnologia a partir do século XIX. O cinema e o teatro moderno faziam parte de um universo cultural frequentado por grupos sociais que tinham condições financeiras de

41 *ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO*. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913, p.131. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

42 O autor da publicação citada se chamava Eduardo Vassimon. Ele foi colaborador do jornal jardinopolense “Correio da Semana” e escrivão do Cartório de Registros de Hipotecas da Comarca de Sertãozinho. Essas informações podem ser encontradas no seguinte livro: SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit., p.394. Eduardo Vassimon também consta como secretário da prefeitura de Jardinópolis no ano de 1915, no *ALMANAK LAEMMERT*. Annuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil para 1915. Obra estatística para consulta fundada em 1844. 71º ano, 1º volume. Estado de S. Paulo. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=72332&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>, p.5224. Acesso em: 01 de novembro de 2016.

fazê-lo, muitas cidades contavam com essas atrações no período em questão⁴³. Assim como a subestação da empresa de Força e Luz indicava que a iluminação elétrica – uma grande inovação, fruto das revoluções industriais – foi trazida para Jardinópolis nas primeiras décadas do século XX, como sugere a publicação. O grupo escolar e o posto policial faziam parte de algumas das concepções republicanas que estavam atreladas em maior escala com a laicização do ensino e o monopólio da violência, respectivamente – ainda que a concretização de ambas não tenha se apresentado de maneira satisfatória e eficiente no Brasil. A presença dessas instituições, somadas aos demais locais que apresentamos, poderia indicar para o autor que Jardinópolis acompanhava o ritmo das mudanças ocorridas no ocidente a partir do século XIX, o que a colocaria, segundo essa perspectiva, no patamar de cidade moderna.

Outros elementos “modernos” presentes na afirmação do autor eram as ruas alinhadas, as avenidas, as praças e as casas comerciais. Todas elas apontavam para um processo de mudanças que ocorria na cidade com a intenção de transformá-la em um centro urbano. A presença de serviços de água encanada e iluminação elétrica também eram novidades que somavam para essa caracterização.

Observando sob a perspectiva de Eduardo Vassimon, Jardinópolis era uma cidade em ascensão. Contava com uma população de 18000 habitantes em 1913, sendo 3000 na área urbana, o que indicava que a maior renda do município derivava do campo, especialmente do café.

A inserção de Jardinópolis na economia cafeeira foi responsável pelo alto fluxo de migração para a mesma no início do século, registrando um crescimento de 16117 habitantes em 1908 para 19382, em 1914. Esses dados não obtiveram um crescimento progressivo ao longo dos anos, havendo muitas variações, inclusive diminuição da população entre os anos de 1920 e 1950, especialmente após a derrocada do café como economia predominante no início da década de 1930. Todavia, a informação que nos interessa no momento é que, mesmo havendo essas oscilações no censo populacional do município, o número de pessoas transferindo-se para a área urbana só aumentou. Em 1934, a população urbana era de 3841; em 1940, de 4067; em 1950 de 4251 e em 1960, de 7522⁴⁴.

43 Os trabalhos que apresentamos anteriormente que trata de algumas cidades do nordeste paulista indicam a presença de teatros e cinemas nesses locais desde o final do século XIX, início do XX.

44 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. A capitalização do campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH, USP. São Paulo, 1985, p.17.

Esses dados populacionais são importantes para detectarmos o crescimento do contingente urbano de Jardinópolis, significando, conseqüentemente, transformações na cidade, modernizações que proporcionaram maior atividade urbana e a expansão de serviços que, até então, eram incipientes ou não existiam.

Por exemplo, uma notícia do jornal “Correio da Semana”, do ano de 1929, afirmou que Jardinópolis fechava contrato para fornecimento de iluminação elétrica com a empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto⁴⁵. Diante desse documento, podemos indicar que, mesmo a cidade contando com esse serviço desde 1911, – conforme apontou a fonte que analisamos anteriormente – seu crescimento populacional demandava maior expansão desse. Esse processo de urbanização do município foi ocorrendo aos poucos e constantemente, havendo sempre o interesse político em divulgar uma imagem positiva, de moderna, progressista e civilizada da cidade.

Prefeitos, vereadores e demais autoridades municipais eram alvos de elogios sempre que se comprometiam em realizar “melhoramentos” em locais públicos, quase sempre se tratando de mudanças estéticas que compunham a paisagem urbana.

Bemfeitorias

Graças a boa vontade do nosso esforçado Prefeito Municipal, sr. cel. Pacífico José Nogueira, os trabalhos de assentamentos de guias e sargeteamento da rua Cel. Clementino, compreendidos da praça Commendador Guimarães até a rua Américo Salles, estão terminados.

Esse melhoramento veio dar indiscutivelmente, um outro aspecto á referida rua, cujo transito popular tende a aumentar de dia para dia.

Continue o sr. Prefeito Municipal a adaptar ás ruas de nossa cidade com melhoramentos de que necessitam, que só receberá applausos em sua administração⁴⁶.

Como podemos notar na citação acima, serviços como assentamentos de guias e colocação de sarjetas nas ruas eram descritos como “melhoramento” e “benfeitorias” necessárias para o funcionamento do trânsito que crescia, e elogios eram feitos à figura do prefeito coronel Pacífico José Nogueira, por promovê-las sob sua administração. O autor do anúncio enxergava com bons olhos a concretização de medidas que promoviam a urbanização, inclusive incentivava a sua continuação para que a cidade se adaptasse a essa transformação.

45 Jornal *Correio da Semana*, 07/07/1929.

46 Jornal *Correio da Semana*, 20/11/1926.

Em vários documentos encontramos o mesmo perfil de abordagem do jornal: o incentivo às medidas “modernizadoras” e aos “melhoramentos”, que eram vistos como necessários para que o município se transformasse em um centro urbano, e o agradecimento ou reverência aos líderes municipais envolvidos na promoção dessas medidas. Encontramos quatro recortes pequenos em diversos jornais do ano de 1926, que são significativos para demonstrar essa característica.

Jardim

Graças aos esforços e boa vontade do sr. Cel. Joaquim Pereira Lima⁴⁷, Presidente do Directorio Politico local e da Camara Municipal, muito em breve a praça Domiciano de Assis será ajardinada, o que de facto, é um dos grandes melhoramentos que ha muito está sendo reclamado para aquelle logradouro publico⁴⁸.

Melhoramentos locais

Ainda esse anno, serão atacados os serviços de assentamento de guias na rua Cel. Clementino, desta cidade, mandados fazer pela nossa digna Prefeitura, que não esmorece em dotar a nossa cidade com os melhoramentos que necessita.

Um bravo aos sr. cel. Pacifico José Nogueira, nosso esforçado Prefeito Municipal e aos seus dignos auxiliares, pela maneira brilhante com que estão agindo em prol do progresso de Jardinópolis⁴⁹.

Melhoramentos locais

Já foram iniciados os trabalhos de assentamento de guias na rua cel. Clementino desta cidade, o que apraz-nos dizer que muito em breve aquella rua ostentará commodos e estheticos passeios, attrahindo por certo, maior numero de transeuntes⁵⁰.

Melhoramentos locais

Já se acham bastante adiantados os serviços de assentamento de guias na rua cel. Clementino desta cidade, emprehendidos pelo nosso digno prefeito municipal sr. cel. Pacifico José Nogueira⁵¹.

Em alguns anos da década de 1930, o jornal utilizava a mesma maneira ao referir-se às

47 O coronel Joaquim Pereira Lima era pai de Julieta Pereira Lima, que se casou com Altino da Silva Reis, irmão de Newton Reis, prefeito em 1964 e autor do projeto de lei que autorizou a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” do centro para a “Cidade Operária”.

48 *Jornal Correio da Semana*, 06/03/1926.

49 *Jornal Correio da Semana*, 15/05/1926.

50 *Jornal Correio da Semana*, 12/06/1926.

51 *Jornal Correio da Semana*, 14/08/1926.

transformações que Jardinópolis vinha passando, de forma a atender o aumento da demanda populacional e, também, a um padrão estético urbano muito presente nas cidades após as revoluções industriais. Nesse sentido, ele tratava de maneira elogiosa a reforma que o coreto da praça central passava, enxergando-a como um embelezamento necessário para a população⁵², do mesmo modo, abordava a construção de jardins nas principais praças, especialmente um que passou a existir em frente à estação de trem Mogiana⁵³. Considerando que eram lugares onde circulavam muitas pessoas, a atenção dispensada a esses locais era vista como importante para a população que o jornal representava. Especialmente porque pessoas desembarcavam na estação de trem e, logo em frente, encontrava-se um “largo poeirento no tempo da seca e horripelmente lamacento no período das chuvas”⁵⁴. A transformação desse local em um jardim era apreciada como um aspecto de elegância, necessário para aquela área.

No ano de 1939⁵⁵, começou a ser noticiado o possível calçamento das ruas da cidade e sua concretização foi iniciada em 1949:

Calçamento da cidade

Já estão sendo colocados sobre os passeios da rua Cel. José Teodoro, os paralelepípedos para o calçamento daquela via pública, a primeira a ser calçada. [...]

Cidade calçada é cidade civilizada⁵⁶.

A frase “Cidade calçada é cidade civilizada”⁵⁷ é emblemática para nós, pois, aqui, civilização foi entendida como própria da cidade, da estrutura urbana, de modo que a atribuição de “civilizada” se deu aos aspectos materiais em transformação no município. Nessa caracterização, foram, pois, ignoradas as práticas sociais das pessoas que viviam nesse ambiente e que, por sua vez, participavam ativamente desse processo de mudança. Nos deteremos sobre esse aspecto nos tópicos posteriores de nosso capítulo.

Os assentamentos de guias voltam a aparecer como pauta do jornal em 1954⁵⁸, sendo descritos como um melhoramento do panorama urbanístico de Jardinópolis. As ruas

52 *Jornal Correio da Semana*, 05/10/1930.

53 *Jornal Correio da Semana*, 22/05/1932; *Jornal Correio da Semana*, 11/11/1934; *Jornal Correio da Semana*, 23/12/1934; *Jornal Correio da Semana*, 01/08/1937.

54 *Jornal Correio da Semana*, 23/12/1934.

55 *Jornal Correio da Semana*, 22/01/1939.

56 *Jornal Correio da Semana*, 26/06/1949.

57 *Jornal Correio da Semana*, 26/06/1949.

58 *Jornal Correio da Semana*, 01/08/1954.

mencionadas para a realização de tais serviços, eram todas centrais, algumas circundavam a praça central e outras situavam-se um pouco mais distantes da mesma. Considerando que o perímetro urbano da cidade era pequeno, toda essa área era compreendida como centro, o que é relevante para percebermos a manutenção que era dada ao cenário central. O assentamento de guias foi iniciado no ano de 1926, conforme demonstramos nas fontes anteriores, e a continuidade desse serviço, indicado em 1954, aponta para a importância que o aspecto estético tinha para a construção urbana. Além, é claro, das condições econômicas, posto que o alinhamento de guias e sarjetas beneficiavam as casas comerciais e onde havia transações de mercadorias.

Essa valorização do centro da cidade foi demonstrada também na mudança feita na praça Domiciano de Assis, onde o coreto existente no local foi demolido para ser substituído pela fonte luminosa, em 1954.

A fonte luminosa e o coreto da praça N.S. Aparecida

[...] O velho coreto, de tradições saudosas é um monstrengo em meio a beleza panorâmica do principal logradouro público de Jardinópolis.

A alavanca do progresso que destroi para edificar, que arraza para embelezar, necessita ser posta em ação na praça N.S. Aparecida, demolindo o velho coreto, cujo aspecto é desolador, para ser construído no local a maravilhosa fonte luminosa que será um justo prêmio à população desta terra que merece um melhoramento deste quilate[...] ⁵⁹.

Em 1930, o coreto passava por uma reforma vista como um melhoramento em sua estética, o qual era um símbolo para a população e para os grupos musicais que se apresentavam na praça central, onde as pessoas poderiam desfrutar de noites de entretenimento. Ao longo do tempo, porém, notamos que o coreto se tornou obsoleto e a fonte luminosa tornou-se o novo símbolo naquele local, segundo o jornal. O coreto foi retratado como um “monstrengo” e a fonte como representação do “progresso”, um “melhoramento” necessário para o aspecto da cidade. No mesmo dia que essa publicação foi feita, um texto de João B. Berardo⁶⁰, com o título “Arborização”, em uma coluna chamada “As imagens de Jardinópolis”, foi publicado⁶¹, tal texto tinha a intenção de apresentar o serviço de arborização que estava sendo implantado em Jardinópolis, todavia, o autor aproveitou para elogiar o quão

⁵⁹ Jornal *Correio da Semana*, 15/08/1954.

⁶⁰ João Batista Berardo era vereador de Jardinópolis quando a notícia foi publicada, no ano de 1954. Tendo sido eleito para o mandato de 1952 a 1956.

⁶¹ Jornal *Correio da Semana*, 15/08/1954.

progressista o município era, “não só devido ao esforço e dedicação impar dos poderes públicos municipais, mas também pela cooperação de todos os seus filhos⁶²”. Nesse sentido, ele também exaltou a figura do prefeito Almerindo Francisco Mariani⁶³ pela eficiente administração e por promover a política urbanística de arborizar a cidade.

Há ainda uma matéria do jornal *Correio da Semana*, de 1957, de quase uma página inteira, nomeada “O progresso de nossa terra”, que listou inúmeros elementos existentes no município sugerindo que a presença dos mesmos era sinônimo de progresso para Jardinópolis. Começando pela apresentação do setor agrícola – o texto o apontou como principal responsável pelo desenvolvimento da cidade, sendo a manga o produto de maior lucro no período da publicação – o autor citou a construção e o melhoramento de edifícios (tanto os públicos, como o Ginásio Estadual e o Parque Infantil, quanto os particulares, como casas residenciais e comerciais), a substituição dos postes telefônicos de madeiras pelos de cimento, o aumento das mesas de serviço telefônico e a instalação de (mais) uma agência bancária no município. Após toda essa apresentação, o texto foi finalizado: “Fizemos o nosso roteiro, enalteçemos a grandeza de nossa terra e de sua gente e, terminando, reafirmamos que é uma realidade o progresso em Jardinópolis”⁶⁴.

Percebe-se que a imagem de Jardinópolis estava em constante construção e a cidade, por sua vez, passava por sucessivas transformações, que indicavam sua transição de rural para urbana. Simultaneamente, o jornal veiculado no município endossava essas transformações, caracterizando-as sempre como benéficas para a população. O que nos resta tentar desvendar é se esses benefícios foram compartilhados por todos, se a população de forma abrangente ocupava esses mesmos espaços que estavam em constante processo de mudança e se ela se mostrava satisfeita com os serviços que eram prestados nesse novo cenário urbano.

A seguir, trataremos das práticas sociais, comportamentos e posturas da população nos espaços públicos da cidade. Isso porque, mesmo com o plano e a execução de um projeto urbanístico que tentava direcionar Jardinópolis para o “moderno”, o “progresso” e a “civilização”, era recorrente a presença de determinados hábitos, sobretudo, populares e rurais, que não condiziam com essas características e demandas.

62 Jornal *Correio da Semana*, 15/08/1954.

63 Vide Figura 9 para observar a posição de Almerindo nas relações que traçamos entre as famílias de Jardinópolis que serão discutidas no capítulo dois.

64 Jornal *O Correio da Semana*, 12/05/1957.

Dessa forma, essas atitudes entendidas como incompatíveis com o novo cenário que se configurava eram alvos de reclamações que partiam de pessoas pertencentes a grupos influentes da cidade, que tinham acesso ao jornal e o utilizavam como porta-voz de suas insatisfações, com o intuito de cobrar providências das autoridades perante as situações que elas apresentavam.

1.3. Práticas sociais, reclamações e reivindicações

1.3.1. Os moleques incivilizados, maus hábitos e brincadeiras de mau gosto

Como dissemos em nosso numero passado, os larapios continuam a operar em pleno coração da cidade...

Dessa vez arranjaram um *geitinho* e penetraram numa das casas commerciaes desta praça, donde furtaram diversos objectos no valor aproximado de 600\$000⁶⁵.

Alguns garotos, talvez influenciados pelas fitas cinematographicas de aventuras e mau humor, andam em turmas praticando furtos nas vitrines dos estabelecimentos commerciaes da cidade.

Alguns delles já tem sido pilhados com a bocca na botija, e devidamente castigados; porem, como são criados á solta, não se emendam e continuam nessas façanhas vergonhosas, que vem de encontro aos nossos foros de civilisação.

E' de necessidade corrigir o quanto antes esses malandrinhos⁶⁶.

Mais roubos

Quando por essas columnas dissemos que de tempo a esta parte, tem-se registrado em nossa cidade vários casos de roubos, não mentimos, pois continuam ainda a operar na cidade com certa audacia e desrespeito as nossas leis, os amigos do alheio. [...]

O delegado de polícia dr. David Jardim, tomou conhecimento do facto, fez algumas diligencias afim de descobrir o paradeiro do larapio ou larápios que audaciosamente, praticaram semelhante roubo.

Urge, portanto, uma medida enérgica contra esses malfeitores, a bem do socego e da tranqüilidade de nossa população⁶⁷.

As publicações que reproduzimos têm em comum a narração de roubos e furtos ocorridos na cidade no decorrer de janeiro e fevereiro de 1926. Apesar da primeira e da terceira notícia não atribuírem a responsabilidade dos atos diretamente aos “garotos” – como

65 Jornal *O Correio da Semana*, 31/01/1926.

66 Jornal *O Correio da Semana*, 06/02/1926.

67 Jornal *O Correio da Semana*, 20/02/1926.

foi feito na segunda – provavelmente faziam referência a eles, pois, citaram o registro de vários casos que a cidade vinha presenciando em um curto espaço de tempo.

Percebemos que mais do que narrar os acontecimentos, as notícias traziam consigo opiniões pessoais de quem as escrevia e, também, cobranças de atitudes que deveriam ser tomadas pelas autoridades municipais diante das situações apresentadas.

Na segunda notícia, o jornal mencionou que, em ocasiões passadas, os garotos que estavam furtando os estabelecimentos comerciais foram devidamente castigados por terem sido pegos praticando os mesmos atos. No entanto, o castigo não tinha solucionado o problema, já que houve a reincidência dos furtos. Isso se dava, segundo o texto, porque os garotos eram “criados à solta”, comentário passível de ser interpretado como uma crítica à falta de controle que as famílias tinham sobre os menores e a educação a eles não dada, de modo que isso atrapalhava a ordem da cidade.

Nesse sentido, pedidos eram feitos para que as autoridades municipais tomassem medidas contra os indivíduos que praticavam os roubos e os furtos, de modo que a população se sentisse sossegada e tranquila. O que se nota é que, apesar do jornal utilizar-se de um discurso em defesa dos “foros da civilização” jardinopolense, as práticas e os comportamentos sociais vivenciados na cidade não condiziam com esses valores. O que, portanto, resultava na exigência de que fosse exercido o combate a essas incongruências vistas como um empecilho para o progresso de Jardinópolis.

Vejamos outras reportagens que corroboram esse ponto de vista.

Queixas

Diversos moradores desta cidade, queixaram-nos de que meninos sem ocupação alguma, andam a arrombar muros de quintaes, naturalmente com o fito de furtar fructas ou qualquer outro motivo.

Será muito louvavel que a nossa digna autoridade, cujo desempenho do cargo vem sendo feito com zelo e critério, tendo uma vez conhecimento desses factos, impessa que taes anormalidades continuem, dando um correciso a esses garotinhos mal educados⁶⁸.

O bodóque⁶⁹

Assustador é o numero de garotos que da bodoques nas mãos, andam a perseguir as andorinhas, alvejando, na maioria das vezes, as vidraças, os telhados e as lâmpadas da illuminação publica, quando não é o rosto de uma pessoa qualquer.

68 Jornal *O Correio da Semana*, 13/11/1926.

69 Bodóque é um instrumento que seria equivalente ao estilingue.

Chamamos, pois, a atenção dos paes desses pequenos desoccupados e pedimos aos srs. fiscaes o favor de tomarem as providencias que o caso requer⁷⁰.

A cidade está infestada de moleques perversos, e que, diariamente, põem a matar passarinhos, servindo-se de seus infames estilingues. [...]

Onde já se viu essas cousas tão tristes num centro que se tem na conta de civilizado como o nosso?

Urge combater o estilingue em Jardinópolis; para isso, apelamos para nossas autoridades⁷¹.

Com os fiscais da Prefeitura

Moleques vadios andam a caçar passarinhos, servindo se de estilingues em nossos jardins públicos.

Urge providências enérgicas, afim de que os pequenos perversos sejam escoraçados daqueles logradouros. Não é crível que, em nossa cidade civilizada, se pratiquem tais atos. E' cousa detestável; feia mesmo⁷².

Queixas

[...] Nossas autoridades competentes em acertadas andariam se encetassem uma campanha contra os estilingues, determinando a apreensão e extinção dêsses objetos de que se servem os meninos perversos para matar passarinhos. Em Jardinópolis a prática desse desumano esporte é intensa⁷³.

Exceto a primeira reportagem, que tratava dos furtos praticados pelos “meninos sem ocupação alguma”, as demais apresentaram queixas sobre o hábito que alguns garotos tinham de caçar andorinhas e outros passarinhos com estilingues. Esse comportamento dos jovens, visto como um problema nessas reportagens, eram reclamados desde 1926, estando presente ainda na década de 1950 – como podemos notar nas datas dos jornais citados. Ao proferir as reclamações, a preocupação de quem as escrevia também se voltava para o espaço público da cidade – entendido como civilizado – o que se torna evidente quando foi citada a quebra de vidraças, telhados e lâmpadas decorrentes das ações dos meninos. Além disso, o autor identificava que tais atos eram praticados nos jardins públicos e pedia que “providências enérgicas” fossem tomadas, a fim de escoraçá-los daqueles logradouros. Percebe-se que, sob a ótica do jornal, esses indivíduos não eram bem-vindos em certos lugares, de maneira que ele evidenciava a reivindicação do uso exclusivo da área para apenas alguns tipos de pessoas e alguns tipos de atividades. Isso se dava também para outros espaços de lazer, como o cinema.

70 Jornal *O Correio da Semana*, 18/12/1926.

71 Jornal *O Correio da Semana*, 07/10/1951.

72 Jornal *O Correio da Semana*, 15/08/1954.

73 Jornal *O Correio da Semana*, 12/02/1956.

Menores no Cinema

Medidas policiaes tomadas

Devido ao proceder incorrecto de certos menores em nossas casas de diversões, cujos menores aproveitam os momentos de escuridão dos espectáculos cinematographicos, para dar vasa á actos perturbadores da ordem e até da moral, soubemos que o dr. Delegado de Policia está tomando enérgicas providencias para acabar com esse abuso[...] ⁷⁴.

Especialmente nessa notícia, notamos que a polícia estava agindo com o propósito de reprimir atitudes dos menores que eram vistas como imorais e perturbadoras da ordem. No entanto, as reclamações sobre o comportamento dos jovens não cessaram, sendo recorrente nos jornais:

Moleques incorrigiveis

Não é do nosso costume censurar a quem quer que seja, na pratica dos seus actos, mesmo porque cada qual deve saber se manter dentro de uma norma que o recomende e o dignifique.

Infelizmente, ha factos que a gente por muito que queira, não pode deixar de apontar e de censurar.

Um delles, é o modo com que se conduzem certos moleques incorrigíveis e sem educação, que fazem do jardim da praça cel. Domiciano de Assis, o ponto principal para as suas orgias.

E' alli que eles se reúnem, todas as noites, para as suas brincadeiras de mau gosto, que consistem em carreiras desemfreadas sobre o gramado do jardim, onde nada é por elles respeitado. Levando tudo a eito, saltando sobre os arbustos, forçando esta ou aquella planta, e pisando sobre os bancos, é como se alegam os magnatas que infestam o jardim da praça cel. Domiciano de Assis. Ninguem os pode chamar a atenção, porque em seguida passará pelo dissabor de ouvir cada palavrão, capaz de fazer corar até um santo de barro...

Nem aos senhores fiscaes eles attendem, como já tivemos occasião de presenciar. [...]

Só a policia poderá corrigil-os, se um dia os levar para a cadeia e exigir de seus paes o pagamento da devida carceragem.

Assim deve ser feito. E' o que esperamos, para o bem da moralidade ⁷⁵.

Brincadeira de mau gosto

Na noite de sábado para domingo transato, foram arrancados gradis de madeira que servem de anteparo aos arbustos do jardim, e colocados em pleno meio da rua Silva Jardim, com risco de quem por ali, tivesse precisão de passar de automóvel ou outro veiculo qualquer, áquella hora. Aí está um fato que não se deve repetir; pois, além de só servir para deprimir quem o pratica, por constituir um abuso inqualificavel e desabonador, é nocivo á

⁷⁴ Jornal *O Correio da Semana*, 22/03/1931.

⁷⁵ Jornal *O Correio da Semana*, 11/11/1934.

cidade, que deve ter, nos que ela habitam, os seus guardas dedicados e vigilantes⁷⁶.

Aqui em Jardinópolis, terra que desfruta, (aliás merecidamente) de bom conceito civil, está acontecendo um fato que, por si só, é capaz de comprometer tão preciosa fama: - indivíduos destituídos dos mais elementares princípios de educação e senso moral, entregaram-se à criminosa faina de espesinhar as mimosas e olentes flores dos nossos jardins! [...]

Obra das garras aduncas de feros abutres humanos, que, na sua torva perversidade, ou na sua absoluta incapacidade espiritual de sentir emoções do belo e do poético, depredam até as flores! Cadeia-eis o lugar deles⁷⁷.

Na minha peregrinação pelos logradouros públicos da nossa urbe, vi, também, alguns bancos de madeira danificados. E' lamentavel... Será que os encarregados de zelar pela guarda dos nossos jardins não vêem isso?⁷⁸.

As queixas apresentadas remetiam a ações como correr pela grama, saltar pelos arbustos, pisar nas flores e nos bancos. A praça Domiciano de Assis, que foi citada, assim como a rua Silva Jardim, são ambas localizadas no centro da cidade, onde situa-se também a Igreja Matriz. Manter nesses lugares apenas práticas entendidas como civilizadas e representativas de boa moral parecia ser alvo de preocupação, conforme apontava o jornal. Na tentativa de coibir quem não cumpria com tais expectativas, fiscais e policiais eram respondidos com palavrões e xingamentos por esses infratores, atitudes vistas como falta de educação e respeito. Diante desse cenário, segundo o posicionamento de quem escreveu as reclamações, a única maneira de acabar com a permanência dessas práticas vis era levar os menores para a cadeia e exigir de seus pais o pagamento da carceragem. Vemos novamente a atribuição da responsabilidade dos atos dos meninos aos seus familiares.

É interessante notar que as queixas versavam sobre as práticas e os comportamentos dos jovens, mas, na mesma medida, a cobrança recaía sobre as autoridades municipais – fossem elas fiscais e/ou policiais – para que houvesse a efetivação do combate a esses incômodos. O encargo de zelar e fazer do espaço público um lugar que retratasse valores morais e civilizados – ainda que esses valores estivessem na esfera do ideal e não do real, ao que aparentava – era uma exigência conclamada no jornal.

76 Jornal *O Correio da Semana*, 18/08/1933.

77 Jornal *O Correio da Semana*, 04/11/1951.

78 Jornal *O Correio da Semana*, 04/11/1951.

Esses moleques...

Não houve domingo ainda sem que os nossos leitores passassem sem notícias sobre travessuras da nossa petizada, que está necessitando de severas repreensões.

Em uma noite da semana transata, tive ensejo de presenciar repugnantes cenas, que a meu ver são condenáveis.

Uma jovem que nos distinguia com a sua visita, aceitando que um dos nossos jovens lhe fizesse companhia no passeio ao redor do jardim que circunda nossa igreja matriz, foi tremendamente vaiada por impossíveis moleques vadios.

O jovem que a acompanhava, tomou providencias, comunicando o fato ao representante do M. Juiz de Menores que, como todos sabem, é o sr. Guido Mariani. Este não hesitou em ir ao encalço dos maus elementos da infantilidade jardinopolense e, quando os reeprendia, tive a oportunidade de apreciar a falta de educação da gurizada que respondia destemidamente àquela autoridade.

Que impressão levará a visitante de nossa cidade?

Além disso, as plantas dos nossos jardins publicos, principalmente as arvores, constantemente têm seus galhos quebrados pelos maus garotos.

Urge que nossas autoridades tomem severas providencias para que, ao menos, nossos jardins se conservem intactos.

A garotada se perde por um caminho inconveniente, pois, além de agir conforme citei acima, ainda descamba para os vícios que, mais tarde, os levará a uma decadência moral. Enfim, confiemos a quem de direito a incumbência, o combate a molecada desenfreada desta cidade, autentico fruto do ambiente em que convive⁷⁹.

O episódio acima foi narrado em primeira pessoa, pois o reclamante – que assinou o nome A. Dias – escreveu que estava presente na ocasião apresentada. Pela forma como o autor se referiu à jovem que estava visitando a cidade, a impressão que temos é que esta fazia parte de alguma família renomada, e ele se mostrava indignado com as vaias direcionadas a ela, proferidas por “moleques vadios”. Reparem que a nomenclatura usada por A. Dias é reveladora da sua perspectiva sobre a situação, ele utilizou a palavra “jovem” quando se remeteu à moça e ao rapaz que a acompanhava, e “moleques vadios” quando se referiu aos indivíduos que a vaiaram.

Pois bem, diante do ocorrido, o jovem que acompanhava a moça não tardou em chamar o representante do juiz de menores, Guido Mariani, que, ao repreender os meninos, foi recebido com “falta de educação”. Percebam que o juiz, ao que parece, exerceu o papel de policial por comparecer ao local dos acontecimentos quando foi chamado e repreender os meninos que haviam vaiado a jovem, o que esclarece a serviço de quem ele se colocou.

79 Jornal *O Correio da Semana*, 25/11/1951.

Em seguida, o autor aproveitou para reclamar dos maus tratos aos jardins da cidade e dos comportamentos inconvenientes dos jovens, que os levariam aos vícios e a uma decadência moral. Nesse sentido, para evitar que tais coisas ocorressem, as autoridades competentes tinham que “combater a molecada desenfreada”.

Será que as nossas autoridades têm a coragem precisa e a disposição bastante para encetarem em Jardinópolis a “humanitária” campanha contra os moleques sem educação?⁸⁰.

Reclamação

Jardinópolis é a terra onde existem os piores moleques do mundo. Quando não estão caçando ou capturando passarinhos ou jogando pedras nos telhados das casas, estão jogando futebol nas ruas ou mexendo com os outros, fazendo outras travessuras dos diabos.

Agora deram para roubar. Invadem quintais alheios, depredam muros, pintam os canecos. Esses pequenos mal educados, por certo vivem a demonstrar a orientação (muita bonita orientação moral e cívica) que recebem em seus lares.

Esteve em nossa redação, afim de solicitar nos enderecemos suas queixas a quem de direito, a sra. Arani Gomes Figueiredo.

O quintal de sua casa esta sendo constantemente invadido pelos gatunos de calças curtas, que roubam frutas e estragam os muros que o cercam.

Aqui fica registrada sua queixa, e esperamos que nossas autoridades dêem o ar de sua graça severa a respeito.

Que sejam responsabilizados os pais ou responsáveis pelos menores vadios e criminosos⁸¹.

Em ambas as publicações foram feitas reclamações sobre o comportamento dos “moleques”: caça ou captura de passarinhos, atiramento de pedras nos telhados, jogo de futebol nas ruas, mexer com os outros, prática de roubos, entre outras coisas, ao tempo que também cobravam das autoridades providências sobre os casos apresentados.

Diante das fontes que reunimos e discutimos nesse tópico, podemos fazer algumas considerações. O espaço público de Jardinópolis foi sendo construído ao longo dos anos seguindo uma concepção moderna, em que a estética dos lugares e a beleza dos jardins eram associadas aos valores de civilização e progresso. Por isso, as práticas e o comportamento social dos jovens, que não estavam de acordo com essas expectativas, eram queixados e reclamados no jornal do município que, por sua vez, cobrava medidas que visassem reprimir os atos “rebeldes”, “imorais”, “mal educados” e “incivilizados” dos garotos.

80 Jornal *O Correio da Semana*, 25/11/1951.

81 Jornal *O Correio da Semana*, 16/12/1951.

As queixas e reclamações, conforme vimos, se referiam sempre a situações e acontecimentos que incomodavam a ordem social, portanto, elas deveriam ser dignas de atenção das autoridades municipais. Nesse sentido, as práticas realizadas pelos jovens não eram coerentes para a cidade que estava sendo construída, de modo que estes deveriam ser excluídos desse convívio por não seguirem as regras morais e sociais que eram esperadas.

A exclusividade do uso do espaço urbano para os “civilizados” e “bem-educados” era reivindicada. Tornava-se clara a presença de uma hierarquia social na cidade, em que o topo, mais influente, ditava os comportamentos e as práticas que eram mais adequadas para o convívio urbano, entendendo como inapropriado qualquer dissidência desse “consenso”.

No tópico a seguir, discutiremos um pouco mais sobre essas questões, ademais, buscaremos abordar um retrato de Jardinópolis um pouco diferente dessa imagem “civilizada” e “progressista” que nos detivemos até o momento.

1.3.2. Pelas ruas e logradouros públicos

No tópico 1.2. de nosso capítulo, apresentamos as medidas tomadas pelos poderes municipais, a fim de transformar Jardinópolis em um centro urbano, assim como a propagação de uma imagem moderna, civilizada e progressista da cidade. Nesse momento, buscaremos apresentar um retrato do cenário urbano jardinopolense composto pelas práticas sociais da população, da maneira como a mesma interagia e agia no espaço público, indicando hábitos e costumes fortemente ligados ao rural, bem como diversas reclamações sobre a falta de serviços de manutenção e conservação da cidade. Outras queixas também apontavam para a presença de atos vândalos e anti-higiênicos.

Os trechos de jornais que reproduzimos abaixo dizem respeito a higiene da área urbana de Jardinópolis, melhor escrevendo, da falta dela na cidade. As datas vão desde a década de 1920 até a década de 1950.

Limpeza publica

Está exigindo mais cuidados o serviço de varreção e limpeza das ruas de nossa cidade.

Ha ruas em que a vassourinha do encarregado desse serviço de ha muito que não dá o ar de sua gracinha.

Também uma visita dos srs. fiscaes aos quintaes e ás muitas cocheiras localizadas no perimetro urbano da cidade, será medida de utilidade a bem da hygiene⁸².

O estado sanitário da cidade não é dos melhores. A prova insofismável do que afirmamos, poderá da-la a grande imundície de muitos quintaes e estábulos que por ai existem, os quaes são verdadeiros focos de pernilongos, que á noite, vem trazer a indesejável e tão nociva palustre a nossos lares. Urge que os poderes públicos tomem medidas rápidas e eficazes de profilaxia [...]. Os que avocam a si o governo da cidade, não podem negligenciar, descurar da saúde publica. [...]⁸³.

Saúde Pública

Com o êxodo rural, fenomeno que se vem verificando em toda parte do nosso Estado, superlotam-se as cidades de elementos que eram então radicados na roça.

Geralmente, esses elementos transferem para os centros urbanos seus animais de trabalho e outros, alojando-os em cocheiras, piquetes ou estábulos improvisados na maioria das vezes.

Nesses lugares os animais defecam e urinam; se tais lugares experimentam limpezas efficientes, diárias, com remoção de detritos organicos, numa espécie de desinfecção, deles não exala o mau odor caracteristico que lhes é peculiar, e que atrai enxames de perigosas moscas; mas, quando a higienização cotidiana não os alcança além de se transformarem em focos de germes - causadores, de terriveis molestias - tornam-se, assim, viveiros de moscas nocivas, que ai encontram o seu habitat ideal.

A quadra chuvosa é propicia ao mau estado sanitario das cocheiras, dai o dever imperioso de seus proprietarios lhes promoverem constantemente a limpeza, sob pena de para si próprios atraírem, através dos agentes veiculadores, doenças como o tifo e o tétano.

O Código Sanitario é rigoroso e prevê severas sanções para os transgressores de seus dispositivos. E é preciso que o seja, porque a saúde pública não pode ficar exposta à iminência de perigos que a ponham em riscos.

Existem em Jardinópolis muitas cocheiras, pois que, aqui, ocorre o fenomeno a que nos referimos, no começo destes comentarios. A's cocheiras antigas, bem como os piquetes ou estábulos acrescentaram-se novos. Em neles havendo limpezas efficientes, não se transformarão em focos propagadores de doenças, nem de odores nauseabundos.

Nossas autoridades sanitarias, por certo, estão vigilantes, e não admitirão que a saude pública sofra quaisquer danos⁸⁴.

Essas primeiras queixas versavam sobre o mau estado de higiene em que a cidade se encontrava, por causa da ausência de limpeza das ruas e, também, pela conservação inadequada de elementos relacionados ao meio rural. As cocheiras, os estábulos e os animais

82 Jornal *O Correio da Semana*, 20/11/1926.

83 Jornal *O Correio da Semana*, 18/08/1933.

84 Jornal *O Correio da Semana*, 11/12/1955.

próprios do campo eram trazidos para a cidade pelas pessoas que faziam essa migração, porém, a presença deles na área urbana era considerada como infração diante do Código de Postura⁸⁵.

Art. 43 – Não são permitidos quartos para habitação contíguos a cocheiras e estábulos. [...]

Art. 45 – Os estábulos ou cocheiras deverão ficar no mínimo à distancia de dez (10) metros das ruas, praças e habitações⁸⁶.

Art. 59 – São expressamente proibidas as correrias pelas ruas, bem como conduzir ou domar animais bravos atrelados ou montados; andar à cavallo em disparada; amarrar animais as portas, arvores ou postes ou te-los sobre os passeios; deixa-los em liberdade nas ruas ou praças; conduzir rebanhos, tropas ou boiadas em outras ruas que não sejam as indicadas com a chapa “trânsito livre”⁸⁷.

A preocupação com a saúde pública diante do quadro que se apresentava era um dos motivos que impulsionavam algumas pessoas a conclamarem providências a serem tomadas pelos poderes públicos, mas outras questões também motivavam as reclamações:

Durante uma das noites da semana passada, dando umas voltas solitárias pela nossa terra, verifiquei que vários animais pastavam calmamente na praça Tiradentes, Jardim do Colégio, sem que ninguém molestasse. Seria interessante que o Snr. Prefeito determinasse aos responsáveis pelo referido logradouro público, para que fizessem uma fiscalização à noite, naquela praça, prendendo os animais que fossem encontrados, e cobrando pesada multa de seus proprietários, para que assim, os referidos quadrúpedes, sejam conservados presos⁸⁸.

Transito de boiadas

Não obstante termos solicitado, há tempos, providências ao sr. Prefeito no sentido de que sua senhoria proíba o transito de boiadas pela rua 13 de maio,

85 Um aviso da policia municipal emitido no dia 14/03/1943 anunciava que a partir do próximo dia 17/03 seria exigido o registro de animais do tipo cavalos e muas, ocorrendo em multa para quem não o fizesse. Porém, veremos nas fontes que seguem no texto reclamações acerca de suas presenças na cidade que incomodavam uma parte da população.

86 *Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Jardinópolis*, 1917, p.49. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=, p.44-106. Acessado em: 15 de outubro de 2016.

87 *Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Jardinópolis*, 1917, p.50. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=, p.44-106. Acessado em: 15 de outubro de 2016.

88 *Jornal O Correio da Semana*, 16/03/1952.

continuam a passar por ali, quase diàriamente, uma ou mais boiadas. Ora, aquela via pública já se tornou movimentada, não só por veículos, como por pedestres adultos e crianças. Ademais, na rua acima referida, há muitas casas residenciais. Conseqüentemente, o perigo para a integridade física de seus moradores é iminente, porque a passagem dos bovinos se faz tumultuosamente, e todo mundo sabe que esses animais, geralmente, são de má índole. Acresce, ainda, o perigo da invasão da rua Américo Sales, rua movimentada. Mais vale prevenir que remediar, - diz o ditado popular. Ao Sr. Prefeito, sugerimos a colocação, nos lugares adequados, de tabuletas com avisos de proibição de trânsito de bovinos pela rua 13 de Maio, e em que se cominem penas severas para os transgressores. Evitar-se-à, assim, que, de futuro, ocorram fatos lamentáveis naquele ponto da cidade⁸⁹.

Nas fontes acima, notamos outros motivos que se somavam aos anteriores para compor as queixas sobre a presença de elementos rurais no meio urbano. Com o surgimento do comércio, das vias e ruas públicas, do crescimento do trânsito de pedestres e automóveis, da criação de espaços de lazer, entre outras coisas, a área urbana se tornou inapropriada para a criação de animais. Os problemas advindos dessa prática não eram mais tolerados por parte da população, de modo que sua presença no espaço urbano não era mais vista como comum, passando a ser tratada como questão de higiene e saúde públicas. Afora isto, tais práticas também revelavam que, para além do discurso, ainda havia a permanência de hábitos rurais em meio a urbe.

O mau estado de conservação das placas das ruas e muros também eram alvos de denúncias nos jornais. Sendo elementos que integravam a estética da cidade, era comum a exigência de que estivessem sempre conservados para manter uma boa aparência.

As placas das ruas

Rara, muito rara, a placa de rua que não esteja, senão inteiramente, ao menos parcialmente coberta de cal e tinta dos senhores pintores. A's pobres placas, votam os que se incumbem de reformar as pinturas das casas, o maior desprezo e esquecimento, ao ponto de confundil-as com o branco das paredes. Tal fato é devéras lamentavel, e deve merecer toda a consideração dos senhores fiscaes municipaes. Demais é uma anomalia condenada pelo código de posturas municipal, que deve ser acatado intransigentemente. Vêem-se por toda a parte placas sujas, a contrastarem com a pintura nova dos prédios. Placas arrancadas, estragadas, e outras que já desapareceram. Ora, isso é anti higienico e avesso á estética das ruas, além de constituir um menos cabo aos nomes nelas inscritos como homenagem da cidade, nomes

89 Jornal *O Correio da Semana*, 04/07/1954.

esses, nas mais das vezes, dignos de todo o nosso preito de veneração e respeito⁹⁰.

Com os muros nem é bom falar. Mas, é necessário que se fale para que não recebamos a pecha de atrasados é indiferentes pela conservação da cidade. Ha por essas ruas da nossa urb, muros em completa ruina; muros relativamente novos a reclamarem reconstrucção por se terem visto, da noite para o dia, vítimas da sanha dos iconoclastas noturnos; muros em cuja extensão os olhares distraídos dos transeuntes, ferem-se na obscenidade de feios palavrões, refletidores da curta mentalidade de quem os deixam gravados. A cultura moral e cívica de um povo, avalia-se pelos seus costumes⁹¹.

Além da questão estética, a cobrança para a manutenção das placas das ruas dava-se, também, pela preocupação com o desaparecimento dos nomes que a elas foram atribuídos. A preservação da memória de figuras “dignas de veneração e respeito”, como foi descrito, era algo a manter-se.

A reclamação feita sobre a situação em que os muros se encontravam – em ruínas ou sendo alvo de transgressões – era justificada para que o jornal não recebesse a “pecha” de atrasado ou indiferente à situação narrada. Ao que parece, eles tinham sido pichados e, como claramente está indicado no texto, esse ato era visto como pouco civilizado e praticado por pessoas de “curta mentalidade”, de forma que não condizia com os valores estimados por quem assim o descreveu.

Notamos novamente as diferenças nas maneiras como o espaço urbano era apropriado por diferentes grupos. Consideremos, portanto, esse trecho da obra de Fraya:

[...] longe de obedecer a uma lógica que visa a abolir o passado em nome do moderno, ou vice-versa, o que se tem é uma complexa dinâmica que submete as categorias culturais fortemente pautadas nas hierarquias sociais a novas situações cotidianas, oferecidas pelo próprio processo histórico em curso⁹².

Nesse sentido, a questão não era ser ou não ser moderno e civilizado. Não se tratava da tentativa de abolir hábitos, comportamentos, práticas e costumes considerados “antigos” e “arcaicos” em detrimento dos “novos” e “modernos”, mas sim da complexa dinâmica urbana

90 Jornal *O Correio da Semana*, 18/08/1933.

91 Jornal *O Correio da Semana*, 18/08/1933.

92 FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império...* Op. cit., p.230.

em que tais ações estavam imbricadas e que, por sua vez, eram fortemente pautadas por hierarquias sociais. Como discutimos, as queixas sobre o comportamento “mal educado”, “incivilizado” e “imoral” dos jovens, conforme descrito nos jornais, sobretudo, eram referidas desse modo por tratarem-se de ações praticadas por “moleques”, que não pertenciam aos grupos privilegiados do município. As pichações, citadas em um dos trechos dos jornais que reproduzimos, também eram representativas de como a apropriação do espaço urbano era feita de maneira distinta pela população. Desse modo, notamos como ao longo do tempo algumas práticas e comportamentos foram sendo consolidados como adequados para a cidade, enquanto outros eram rechaçados, queixados e reclamados para que quem os praticasse fossem repreendidos. Associada às palavras “progresso”, “moralidade”, “civilização” e equivalentes, essa adequação de hábitos e costumes ganhava legitimidade e significação social à medida que era frequentemente propagada como positiva para a urbe.

Vejamos a seguir algumas reclamações apresentadas sobre o pó e a poeira da cidade.

O pó

Sua magestade o pó, continua imperando com seu domínio em nossa cidade, de cujas ruas se levanta a todo momento, em nuvens densas, emporcalhando. [...]

O systema de irrigação das ruas, adoptado pela nossa Prefeitura, é bom, não resta a menor duvida, se fosse feito em ordem.

Porem, deixa muito a desejar pela deficiência do trabalho, moroso, quase sem resultado satisfactorio.

Jardinópolis bem o merece, pelo seu grão de progresso, como por ser tambem, um centro populoso.

Enquanto isso passa, o pó augmenta, evoluma-se e entra portas a dentro dos estabelecimentos commerciaes, causando grandes prejuisos⁹³.

O pó

Com a seca que atravessamos, o pó em Jardinópolis, tornou-se intolerável, e ninguém pode suporta-lo, principalmente quando pelas nossas ruas, automoveis e caminhões transitam a toda velocidade, dando-nos a impressão de que seus condutores vão tirar o “papai” da força.

Acresce que, para cumulo de nossa pouca sorte, o caminhão de irrigação aposentou se devido aos maus tratos que deram-lhe ultimamente, ficando assim a cidade a mercê do terrível pó que se levanta furioso, com a desenfreada correria das máquinas desgovernadas e atrevidas.

Chaufer amigo, tenha dó não dê tanto impulso em sua maquina. Jardinópolis não é terra de ninguém, tenha dó, respeite, por caridade, a lei do transito, seja humano!...

Mais devagar, mais devagar seu chaufer, não corra tanto nas ruas empoeiradas da Cidade Jardim...⁹⁴.

93 Jornal *O Correio da Semana*, 26/09/1937.

Em virtude da seca pavorosa, o pó anda horrível. Medonhamente horrível! A <lata velha> da P.M., não vai mesmo nem com reza braba e <crendospadre> de trás pra diante...

Quando é que vem o novo, o passante e poçante carro-tanque?

Tomara que ele venha logo, para humidecer o pó das nossas ruas – tão extrafino e perverso, que é capas até de dar pneumonia em defunto. [...] ⁹⁵.

Tenham dó...

Com o período da seca que atravessamos, insuportável tornou-se o pó na baixada da rua Cel. Clementino, onde o trânsito de veículos é intenso, onde os senhores choferes põem em velocidades tremendas os seus carros, zombando da fiscalização – que nunca existiu naquele setor – abusando até da vida dos pedestres e, infelizmente, onde o caminhão da Prefeitura não dá o ar de sua graça (semanas seguidas), como se os moradores dali, na maioria comerciantes, não pagassem os seus impostos.

Urge que esse estado de coisas seja devidamente reparado. Que se faça a irrigação permanente naquela parte da mais importante artéria da cidade. Que se ponha um breque na loucura dos choferes que pensam que velocidade é atestado de aptidão. Que haja fiscalização senhores do poder!

Tenham dó... ⁹⁶.

O pó se tornava um problema para a cidade que queria manter-se limpa e higiênica. A reclamação sobre ele, no ambiente urbano, era recorrente no decorrer dos anos 1930, 1940 e 1950.

Podemos apontar algumas situações que poderiam ter originado sua presença e/ou aumentado sua quantidade nas ruas, que, conseqüentemente, causavam problemas respiratórios e prejuízos aos comércios. Para que se mantivesse o ambiente doméstico limpo, era justificável que a rua recebesse o pó de casa, porém, esse pó era um problema para um lugar onde passava a transitar grande quantidade de pessoas que queriam preservar sua higiene e saúde ⁹⁷. Tratava-se, portanto, de uma situação paradoxal, pois, a origem do problema reclamado era fruto da solução de um anterior que, por sua vez, não seria resolvido sem causar o problema em questão.

A falta de asfaltamento de algumas ruas também era outro fator que causava pó na cidade, por isso, era feito o pedido para que elas fossem umedecidas, de forma que amenizasse a situação. As queixas sobre os problemas que resultavam do pó exigiam providências do governo municipal, que eram justificadas sob a prerrogativa do pagamento de

94 Jornal *O Correio da Semana*, 24/11/1946.

95 Jornal *O Correio da Semana*, 07/10/1951.

96 Jornal *O Correio da Semana*, 22/08/1954.

97 FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império...* Op. cit., p.175.

impostos da parte dos comerciantes e moradores do município. Nesse sentido, as reclamações também abordavam a falta de fiscalização, que não punia o excesso de velocidade de alguns motoristas que percorriam a baixada, levantando muita poeira ao passarem.

Além dessas questões, nota-se também a insatisfação da população com o serviço de irrigação da prefeitura, pois o mesmo não era realizado com frequência, ademais, as condições dos caminhões que faziam a irrigação encontravam-se em estado lamentável.

As queixas sobre os serviços não prestados de maneira devida eram recorrentes nos jornais, bem como seu direcionamento aos diferentes órgãos e suas atribuições.

Um daqueles grandes postes da Cia. Paulista de Força e Luz, e que se planta bem em frente de uma residência da rua Marechal Deodoro, parece que está oferecendo perigo iminente, pois que ressoa, à maneira de pau oco, quando se lhe percute o dorso.

Urge que a Cia. Paulista de Força e Luz mande inspeciona-lo. Em seu todo, passam fios de tremenda voltagem elétrica. Mais vale prevenir que remediar, diz o refrão conhecido.

Ficamos na expectativa⁹⁸.

Será que a Companhia Paulista de Força e Luz tomará mesmo as providencias necessárias no sentido de uma rigorosa inspeção às suas linhas de alta voltagem, e que lamentavelmente passam por grande trecho da cidade?

Alguns postes dessa linha já se acham em precario estado, oferecendo iminente perigo, como aquele que se planta defronte de uma casa na rua Marechal Deodoro.

Graças a Deus, não tem havido temporais. Que o Altíssimo não permita que os hajam, afim de que a vida dos que têm o seu tecto debaixo da perigosa rede elétrica, ou em suas imediações, não venha extinguir-se de uma hora para outra...⁹⁹.

Vimos anteriormente que, no ano de 1929, a prefeitura de Jardinópolis fechava contrato com a Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto, a fim de fornecer iluminação elétrica ao município. As fontes acima indicam que essa demanda foi atendida, de forma que as reclamações apresentadas versavam sobre a falta de manutenção e inspeção das redes elétricas, que resultavam em perigo para os habitantes e transeuntes de locais que necessitavam desses serviços. A responsabilidade da empresa pela situação era veementemente cobrada pela população, havendo, inclusive, reincidência na publicação de

98 Jornal *O Correio da Semana*, 11/11/1951.

99 Jornal *O Correio da Semana*, 25/11/1951.

suas queixas. Assim também era feito ao tratar da troca de lâmpadas da cidade, porém, nesse caso, a inspeção desse serviço era atribuída à guarda noturna que, por sua vez, deveria levar ao conhecimento da Cia. de Força e Luz os serviços necessários a serem prestados:

As luzes da cidade

Muitas são as luzes de nossa cidade que se queimam e, às vezes, por falta de quem comunique aos responsáveis pela troca das referidas lâmpadas, passam duas ou mais noites sem serem substituídas.

Seria interessante se os componentes de nossa Guarda Noturna anotassem os locais onde faltam as mencionadas lâmpadas e levassem ao conhecimento do Escritório da Empresa Força e Luz, para a necessária troca. Assim agindo estariam fazendo em seu próprio benefício, pois quanto maior for a iluminação, mais facilidade terão no desempenho de suas funções, qual seja a de manter a ordem e garantir o sossego noturno de nossa população.

Opinamos ainda, por intermédio destas colunas, que tal instrução seja transmitida aos nossos guardas pela diretoria da referida entidade, para que sejam cumpridas à risca¹⁰⁰.

Reclamações também eram feitas sobre a má conservação de vias e estradas municipais, bem como a ausência de limpezas frequentes das ruas e logradouros públicos, de modo que era exigida a prestação dos respectivos serviços. As críticas, diziam os reclamantes, eram feitas não só pela estética do espaço urbano (inclusive por isso), mas também por motivos de higiene. A quantidade de lixo produzida, somada com as chuvas, resultava em um ambiente favorável para a proliferação de insetos causadores de moléstias.

Os buracos nas vias causados pelas chuvas torrenciais também dificultavam o trânsito de automóveis.

Os serviços de limpeza das ruas não estão sendo executados a contento geral. Já recebi diversas queixas nesse sentido, motivo pelo qual endereço ao sr. Luiz M. Mariani, nosso dinâmico Prefeito as reclamações a mim indevidamente dirigidas¹⁰¹.

Pelos 4 cantos da cidade

Comentários desfavoráveis sobre a maneira pelo qual estão sendo executados os serviços de limpeza pública, têm sido o tema dos bate papos de esquina. Realmente há motivos para isso. O lixo se acumula defronte de inúmeras casas, mormente das que se localizam em pontos afastados da zona calçada. Urge que sejam tomadas, por parte da nossa Prefeitura, as

100 Jornal *O Correio da Semana*, 30/03/1952.

101 Jornal *O Correio da Semana*, 11/11/1951.

providencias tendentes a sanar essas falhas, sem duvida alguma infensas à boa condição higienica da cidade.

Graças a Deus, as chuvas apareceram, propiciando a nós outros cáda terra beneficios inestimaveis. Agora, o que é preciso e que os bueiros sejam consertados ou desentupidos e o matagal que cresce frondente em muitos recantos da nossa urbe, seja ceifado, afim de que os maleficos pernilongos, transmissores de febres, não logrem habitat parar proliferar. Não só por esta razão: para que tambem não se enfeie o aspecto das ruas onde o mato cresce, fertilizado pelas aguas pluviais¹⁰².

O estado de conservação de algumas vias publicas deixa muito a desejar. Levando-se em consideração que o calçamento não atingirá a essas vias tão já, seria medida acertada, previdente mesmo, que a P.M. mandasse reparalas, aproveitando a circuntancia de serem as chuvas atuais por enquanto finas e passageiras¹⁰³.

As ruas de nossa cidade

[...] Hoje voltamos a falar novamente sôbre as nossas ruas, muitas das quais estão necessitando receber uma boa camada de pedregulho para um abaulamento perfeito perfeito, evitando-se nesta época de fins de estação chuvosa, que se formem possas nas mesmas que vão aumentando gradativamente quanto maior seja o transito. [...] ¹⁰⁴.

Pelos 4 cantos da cidade

Rua Silva Jardim

Esta via, na parte mais central de nossa cidade, justamente na saída da Praça Nossa Senhora Aparecida, está merecendo a atenção de nossos poderes públicos para que seja abaulada acompanhando o serviço feito pelo calçamento¹⁰⁵.

Nas reportagens seguintes, notamos a relação intrínseca entre o campo e a cidade, a qual apresentava o péssimo estado em que se encontravam algumas estradas que serviam de ligação entre as áreas urbana e rural do município, com o intuito de prontificar cobranças para que houvessem as devidas melhorias nas mesmas.

O rural era componente necessário para a dinâmica econômica do município, a maior parte dos rendimentos advinha da produção agrícola, porém, quando os elementos que remetiam a esse ambiente faziam-se presentes no espaço urbano eram alvos de críticas, queixas e reclamações de parte da população, vistos como anti-higiênicos, feios e incômodos

102 Jornal *O Correio da Semana*, 02/12/1951.

103 Jornal *O Correio da Semana*, 02/12/1951.

104 Jornal *O Correio da Semana*, 16/03/1951.

105 Jornal *O Correio da Semana*, 24/05/1953.

ao cotidiano da cidade, como discutimos anteriormente. Dessa maneira, deveriam manter-se longe da área urbana – por mais que fossem parte integrante da economia dessa.

Em pessimo estado o caminho da pedreira

Dos moradores do bairro da pedreira recebemos queixa de que o caminho de que se servem eles para virem á cidade, está intransitavel e quase todo tomado pelo mato. Qualquer veiculo – mesmo a tração animal – que por ali trafegue arrisca-se a ficar encravado nos profundos sulcos produzidos pelas enxurradas das últimas e copiosas chuvas caídas.

Dizem os reclamantes que pagam religiosamente seus impostos, eis porque fazem jus à consideração das nossas dignas autoridades municipais. Afirmam mesmo que receberão o conserto do acidentado caminho como um presente de ano novo.

Com vistas ao sr. Newton Reis, digno Prefeito Municipal¹⁰⁶.

Estradas municipais

Esse reporter não ignora que as estradas municipais, existentes no municipio de Jardinópolis, não oferecem condições de trânsito favoráveis. Estão em péssimo estado de conservação. A administração passada gastou muito dinheiro, porém não na melhoria destas importantes vias de acesso, indispensáveis ao rapido transporte da produção agraria. Sem estradas municipais, os produtos agrarios correm o risco de se perderem, amontoados que ficam em suas próprias fontes de origem. [...]

Para só se mencionar uma estrada municipal pequena, [...] lembramos a que demanda a fazenda <Galhada>. Está quase intransitável, tão precário é o seu estado. No seu percurso situa-se uma pontezinha. Essa pontezinha oferece perigo: precisa de reparos que a tornem capaz de suportar um veiculo pesado. Pessoas que dela se utilizam já lhe fizeram consertos de emergência, que, de nada valerão, por não lhe reforçarem a estrutura de madeira. [...]¹⁰⁷.

Os últimos recortes de jornais que analisaremos nesta parte do tópico 1.3 serão sobre reclamações acerca de práticas e atitudes descritas como anti-higiênicas, mal-educadas, irresponsáveis e de mau gosto, cometidas contra e no espaço público.

Os documentos que seguem apresentavam os maus-tratos aos jardins e árvores, qualificando os praticantes de tais atos como mal-educados, recalcados e irresponsáveis.

O que nos chamou atenção, entretanto, é o trecho da segunda reportagem: “A cidade está infestada de gente de ocupação duvidosa, gente até estranha e suspeita. Esses elementos indesejáveis, geralmente, enxameiam os bares e botequins¹⁰⁸”. Esse trecho compõe caráter preconceituoso e um olhar pejorativo sobre os populares, tratando-os como indesejáveis, além

106 Jornal *O Correio da Semana*, 15/01/1956.

107 Jornal *O Correio da Semana*, 14/02/1960.

108 Jornal *O Correio da Semana*, 11/12/1955.

de referir-se a eles como pessoas estranhas e suspeitas.

No terceiro texto, as críticas aos atos cometidos contra as árvores e os bancos (que acreditamos ser de alguma praça) foram ainda mais enfáticas, compondo todo um discurso em defesa dos valores da civilização. Conforme veremos a seguir:

Pelo aspecto dos jardins públicos se aquilata da educação de um povo. Povo educado, jardins bem conservados; povo mal educado, jardins maltratados. Os nossos jardins estão sendo maltratados...¹⁰⁹.

Vamos mal

[...] As árvores ornamentais vivem sofrendo os mais rudes golpes dos recalçados ou dos irresponsáveis. A cidade está infestada de gente de ocupação duvidosa, gente até estranha e suspeita. Esses elementos indesejáveis, geralmente, enxameiam os bares e botequins. Com a aproximação das festas de fim de ano, pelo visto e pelo ouvido, o <movimentos> tomará ritmos acelerados.

Vamos mal...¹¹⁰

Do ângulo em que me encontro

Uma noite destas [...] fizeram isto: quebraram uma bela árvore ainda tenra!

[...] Obra de vândalos, de perversos...

Um indivíduo no gôzo perfeito de suas faculdades mentais jamais perpetraria ato tão condenável. Sinceramente, o Brasil necessita de hospícios; muitos hospícios, milhares de hospícios por todo o seu imenso território!

Nossos jardins apresentam mau aspecto. Tem-se a impressão de que estão abandonados. Os bancos móveis, volta e meia, são retirados de seus respectivos lugares para outros diferentes e inadequados. Mãos irresponsáveis se encarregam dessa brincadeira de mau gosto [...]

O grau de civilidade de um povo também se avalia pelo seu comportamento. Não comprometamos os foros de civilização de Jardinópolis. Saibam os que os estão o comprometendo que, um dia, que talvez não esteja distante, prestarão conta de seus atos reprováveis e desabonadores às autoridades competentes¹¹¹.

Por fim, reclamações também foram feitas sobre os costumes e hábitos vistos como anti-higiênicos e mal-educados: cuspir e jogar cascas de frutas no chão.

O costume de se jogarem cascas de bananas ou de outras frutas sobre as calçadas é dos piores possíveis. Não é admissível que uma pessoa adulta faça isso. Em se tratando de criança, ainda passa, porque criança é “bicho” irresponsável, mas adulto... hum!

109 Jornal *O Correio da Semana*, 25/11/1951.

110 Jornal *O Correio da Semana*, 11/12/1955.

111 Jornal *O Correio da Semana*, 20/12/1959.

Se bem que existe por ai alhures muita gente adulta, mas somente no corpo...¹¹².

A higiene faz parte da educação; jogar cascas de frutas às calçadas é falta de higiene. Como a nossa urbe lucraria se tivesse sempre limpa suas calçadas! Calçadas há, nessa mui venerável Jardinópolis, cujas superfícies dão a impressão de piso de pocilga. Já nos referimos a respeito do feio e perigoso costume de se jogarem cascas de frutas às calçadas. Referimo nos em vão. Infelizmente, aqui, há muita gente infantil, juvenil e adulta que não tomou aquele benéfico <chazinho> de civilidade em criança, e que tanto abona o indivíduo, eis porque nossas calçadas não se livrarão das cascas perigosas e detestáveis [...] ¹¹³.

Novamente se faz presente a defesa da civilidade urbana, posto que tais práticas denunciadas eram contrárias a esse valor. “Nos bares e sorveterias da cidade, devia haver dísticos com estes dizeres: a higiene faz parte da educação. Cuspir no assoalho é falta de higiene.”¹¹⁴.

Conforme tentamos demonstrar ao longo de nossa narrativa, as críticas presentes nos jornais sobre práticas, comportamentos, costumes e hábitos populares sempre vinham acompanhadas de grande apreço aos valores da civilização. Ações que eram entendidas como inadequadas para a vivência na cidade eram frequentemente alvos de queixas e reclamações nos jornais que, por vezes, foram de fato associadas a grupos específicos, como os casos dos “moleques incivilizados”, da referência aos “elementos indesejáveis”¹¹⁵ e “gente de ocupação duvidosa, estranha e suspeita”¹¹⁶.

Nesse sentido, além dessa discussão, buscamos apresentar também as queixas e reivindicações que versavam sobre o mau estado sanitário e de conservação das ruas e logradouros públicos, bem como a ausência de manutenção e inspeção de serviços que eram prestados para a população. Esse cenário não tão “progressista” e “civilizado”, quanto o que expomos nas primeiras fontes de nosso capítulo, nos serviu para indicar a complexidade da construção de uma cidade. As contradições, as ambiguidades e a convivência de grupos e classes distintos, com hábitos e costumes que divergiam, culminam nos episódios que aqui tentamos colocar em discussão.

112 Jornal *O Correio da Semana*, 25/11/1951.

113 Jornal *O Correio da Semana*, 04/12/1955.

114 Jornal *O Correio da Semana*, 04/12/1955.

115 Jornal *O Correio da Semana*, 11/12/1955.

116 Jornal *O Correio da Semana*, 11/12/1955.

No último tópico desse capítulo, trataremos das medidas tomadas pelo poder público, a fim de combater algumas práticas sociais que haviam se tornado ilegais a partir do ano de 1917, com a promulgação do Código de Posturas do município. Ademais, apontaremos as denúncias feitas nos jornais diante dessas práticas, entendidas como infrações.

1.4. O combate a desordem: legislação, práticas sociais e infrações

O Código de Posturas é um documento que exige o cumprimento de comportamentos, práticas e ações da população perante a lei, podendo haver punições na ausência desse dever. A primeira legislação nesse formato surgiu, em Jardinópolis, em 1917¹¹⁷, porém, a existência do Código no município não significava o desaparecimento das práticas que esse condenava, todavia, indicava o esforço das autoridades municipais em combatê-las.

Vejamos, por exemplo, a proibição de jogos de parada e azar constante no capítulo VI do Código, “Dos costumes públicos e medidas de segurança”:

Art. 105 – São expressamente proibidos os jogos de parada e azar, tanto em Clube como em quaisquer outros estabelecimentos. Os proprietários ou responsáveis que admittirem tais jogos, serão multados sem cincoenta mil reis (50\$000), alem de lhes serem caçadas as licenças¹¹⁸.

Entretanto, a proibição dos jogos sob pena de multa para os proprietários ou responsáveis de estabelecimentos que admitissem tais práticas, não evitava que as pessoas continuassem jogando. A publicação feita no jornal, a pedido da polícia, em 1938, indica isso:

Delegacia de Policia de Jardinopolis

117 O Código de Posturas de Jardinópolis foi promulgado pelo prefeito Américo Salles Oliveira sob a Lei nº 51 de 1917, composto por vinte e quatro capítulos com vários artigos e parágrafos cada um. Em sequência, os capítulos eram os seguintes: “Construções e Edificações”; “Cocheiras”; “Prevenção contra incêndios”; “Trânsito público”; “Dos costumes públicos e medidas de segurança”; “Dos divertimentos públicos”; “Da proteção aos animais”; “Da extinção dos formigueiros”; “Das fossas fixas”; “Da higiene nas ruas, praças e proprios municipaes”; “Da higiene das habitações”; “Da higiene da alimentação”; “Do assentamento de guias e sargetas”; “Das instalações de agua nos predios particulares”; “Policia Sanitaria”; “Da inspecção sanitaria nas vias publicas e das visitas domiciliarias”; “Do matadouro Municipal”; “Dos açougues”; “Dos cemiterios”; “Das ruas, praças e logradouros”; “Dos fechos dos terrenos”; “Das estradas e caminhos”; “Das instalações domiciliarias dos esgotos” e “Disposições geraes”.

118 *Código de Postura da Prefeitura Municipal de Jardinópolis*, 1917, p.54. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=, p.44-106. Acessado em: 15 de outubro de 2016.

A Delegacia de Polícia deste Município, avisa por nosso intermédio, que vae exercer severa repressão contra os jogos proibidos, assim como, vae tomar enérgicas providencias, para que seja observado com rigor, o Regulamento de transito, principalmente na parte que proíbe o uso de escapamento aberto, e o excêssu de velocidade¹¹⁹.

Podemos perceber que a prática de jogos de azar continuou no município, mesmo havendo a proibição, o que justificava a “severa repressão” que a polícia exerceria contra os mesmos.

Em outra edição de janeiro de 1939, o jornal divulgou o Movimento da Delegacia de Polícia do ano de 1938. Nessa publicação, constavam os valores, em moeda corrente do período, movimentados com os itens: selos, itens para porte de armas, serviços de trânsito e multas nos jogos de azar¹²⁰. Essa fonte, portanto, reforça a nossa constatação de que, mesmo sendo proibido desde a publicação do Código, os jogos de azar continuavam a ser praticados, ao tempo em que o combate a essa prática também era realizado.

O mesmo processo parece que acontecia quanto ao descumprimento do regulamento de trânsito, que tinha um capítulo específico no Código de Postura, sobre o excesso de velocidade – que já foi alvo de reclamações em outras fontes que apresentamos¹²¹. Algumas publicações feitas no jornal em nome da polícia divulgavam a aplicação de multas devido a essa ocorrência e, também, a outras que eram referentes ao trânsito da cidade¹²².

A proibição de práticas e comportamentos, como proferir palavras obscenas e injuriosas, praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes, fazer algazarra ou qualquer rumor que perturbasse o sossego público eram presentes também no Código de Posturas:

119 Jornal *O Correio da Semana*, 30/10/1938.

120 Jornal *O Correio da Semana*, 08/01/1939.

121 Outra reclamação sobre excesso de velocidade foi publicada no jornal no dia 03/07/1926. O texto apontava que apesar de existir legislação contra o ato, essa era ignorada pelos motoristas, de modo que o autor da queixa sugeriu que a multa para tal infração fosse aumentada pela prefeitura. O incômodo surgia pelos riscos dessa prática aos pedestres, mas também ao pó que os veículos levantavam ao passar, que adentrava nos estabelecimentos comerciais.

122 Nas edições do jornal *O Correio da Semana* que indicaremos a seguir constavam informações da polícia acerca do descumprimento das leis de trânsito, sendo inclusive, mas não apenas por excesso de velocidade. As multas eram aplicadas as ações: excesso de velocidade 19/06/1926; direção por menor de idade 11/12/1926. Assim como, na edição de 22/08/1937 foi publicado um aviso da polícia que informava que esta estava empenhada em coibir tais abusos.

Outro aviso foi feito na edição de 30/10/1938. Neste constava que ninguém poderia dirigir veículo sem possuir carta de habilitação. Além disso, cocheiros, carroceiros, verdureiros, leiteiros e lenheiros deveriam ter sempre em mãos a carta de autorização expedida pela delegacia de polícia. Na ausência desses documentos pelas pessoas citadas, as mesmas ocorreriam em multa. Uma nota também publicada pela polícia no dia 25/07/1954 informava sobre multas concedidas por infrações no trânsito.

A necessidade da polícia em publicar tais avisos indica que as infrações que ela se esforçava em combater, aconteciam com frequência.

Art. 103 – É proibido sob pena de multa de dez mil reis (10\$000) e o dobro nas reincidências:

[...] § 3º Proferir palavras obscenas e injuriosas e praticar actos offensivos à moral e aos bons costumes.

§ 4º Fazer algazarra, voseria ou qualquer rumor que perturbe o socego publico¹²³.

Anteriormente, analisamos diversos jornais que constituíam reclamações e queixas sobre o comportamento dos “moleques” da cidade. Levando aquelas publicações com caráter de denúncias em consideração, todas as ações dos meninos não estavam de acordo com o artigo 103 do Código, o que consistiam, portanto, em infrações. Novamente nos deparamos com a situação: existia uma legislação específica que proibia o exercício de determinadas práticas e comportamentos, bem como reclamações e queixas sobre essas ações, porém, elas não foram extintas. Pelo contrário, suas ocorrências eram frequentes, assim como o esforço em combatê-las.

A mendicância também era uma prática proibida, de modo que mendigos deveriam andar munidos de atestado médico de invalidez e de indigência emitido pela polícia e visado pelo prefeito para justificá-la¹²⁴.

Art. 116 – É proibido mendigos pelas ruas e praças da cidade, subúrbios, povoações e estradas publicas do município, sem estar munido de atestado medico de invalidez e atestado de indigência passado pela autoridade policial e visados pelo Prefeito tais attestados. Os infratores serão detidos e entregues a policia¹²⁵.

No entanto, o jornal publicou uma reclamação que versava sobre a presença de pedintes na cidade. O texto também elogiava as ações do sr. dr. Machado de Abreu que se

123 *Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Jardinópolis*, 1917, p.54. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=, p.44-106. Acessado em: 15 de outubro de 2012.

Na edição do dia 03/08/1933, a delegacia de polícia avisou que as pessoas que intencionavam realizar serenatas deveriam ser autorizadas previamente de modo a “coibir abusos que perturbassem o sossego público”. Esse aviso indica tanto a prática da ação mencionada como a existência de reclamações sobre tal. Assim sendo, a polícia agia para tentar controlá-las.

124 Um aviso emitido pela polícia, na edição do jornal do dia 28/09/1933, informava que seriam tomadas medidas com o intuito de reprimir a falsa mendicância (que se enquadrava em casos que ocorriam na exceção dos previstos em lei). A publicação desse aviso indicava que a continuidade de tal prática existia na cidade mesmo com sua proibição.

125 *Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Jardinópolis*, 1917, p.57. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=, p.44-106. Acessado em: 15 de outubro de 2016.

mostrava inexecutável no cumprimento de seu dever e que, portanto, era confiado a ele providências sobre o caso apresentado.

A mendicância entre nós

A's vezes nossa cidade é infestada duma não pequena leva de indivíduos á nos bater a porta pedindo esmolas e nesse meio de pedintes temos visto até menores.

O sr. dr. Machado de Abreu, nossa autoridade policial, entre nós ha menos de um mês e que tem se mostrado inexecutável no cumprimento do seu dever, zeloso, ponderado em sua actuação, a qual tem impressionado bem o nosso publico, pedimos que volte suas vistas para esse facto; certos ficamos que s.s. agirá como tem feito: dentro da Justiça.

A' elle vae o nosso pedido, sobre uma providencia ao caso¹²⁶.

Assim como existia a proibição da mendicância, a não ser nos casos específicos que citamos, a vadiagem, o alcoolismo e a prostituição também eram alvos de coerção pelos poderes municipais¹²⁷. Em diversas edições do *O Correio da Semana* eram reportadas prisões feitas pela polícia por motivos de embriaguez, vadiagem e desordem, o que indicava a permanência dessas práticas na cidade¹²⁸.

Sobre a prostituição, uma reclamação foi publicada no jornal, no qual constata que tal prática era ato de transgressão ao regulamento. O autor se reportava ao ato como um abuso das *madames* que passeavam ostensivamente pela praça:

Com vistas á policia

Ainda não cessou o abuso, aliás inconveniente á sociedade, levado a effeito pelas *madames* – qual seja o de passearem ostensivamente, á hora em que as

126 Jornal *O Correio da Semana*, 25/01/1931.

127 Em aviso publicado no dia 13/11/1926 a polícia informava a abertura de campanha contra a vadiagem, o alcoolismo e a prostituição.

128 Na edição de 15/05/1926, a polícia divulgou, por meio do jornal, as prisões de: Carlos Borzan, Manoel Amancio Brandão, Antônio Firmino Rosa, Clementino Borges do Nascimento e Victoria de Faria, por embriaguez; Maria do Carmo, por desordem; José Felisberto de Oliveira, José Amancio Martins, José Maria da Silva, Manoel Custódio de Oliveira, Maria dos Dolores de Jesus, por vadiagem, sendo a última também por desordem. Assim como, em publicações feitas nos dias 03/07/1926 e 14/08/1926, foram divulgados o número de prisões realizadas no mês de junho e julho, sendo respectivamente: 11 e 9 por embriaguez; 6 e 3 por desordem; 1 e 1 por vadiagem.

Encontramos o mesmo tipo de informação sobre os meses de abril de 1932, outubro de 1934 e fevereiro de 1939, nas edições dos dias 08/05/1932, 18/11/1934 e 19/03/1939, respectivamente. São apresentados os números de atestados (acreditamos tratar-se de atestados de indigência) e de prisões realizadas nesse período, sendo: 8 atestados e 10 prisões em abril de 1932; 3 atestados em outubro de 1934; 40 atestados e 3 prisões em fevereiro de 1939.

A divulgação dessas informações por parte da polícia no jornal do município, indica o empenho dessa em mostrar para a população que medidas estavam sendo tomadas no esforço de reprimir práticas e comportamentos que atentavam contra a ordem da cidade. Na mesma proporção, as publicações demonstram a presença e a permanência de tais ocorrências.

exmas. familias se entregam ao espahecimento pelo jardim e adjacencias da P. Domiciano de Assis.

Tal facto, além de constituir uma affronta ao pudor das exmas. familias (ainda ha, graças a Deus, muitas familias ciosas dos seus foros de pundonor) é, se não nos enganamos, uma transgressão de regulamento policial¹²⁹.

O passeio de prostitutas na praça central era visto como uma afronta ao pudor e às famílias que ali se encontravam. Na cidade, não era tolerada a diversidade de comportamentos, sendo que sempre ocorriam reclamações e queixas diante de situações que o jornal via como imorais, incivilizadas ou que atentavam aos bons costumes. A relevância de tais reclamações e queixas diante das autoridades era grande, posto que eram respaldadas pela legislação, o que dava legitimidade para a ação da polícia e demais competências, a fim de reprimir os comportamentos e práticas denunciados.

A notícia abaixo corrobora essa constatação:

A baixada se moraliza

Graças a intervenção do sr. dr. João Baptista de Lima Rodrigues, delegado de policia recentemente nomeado para esta cidade, o ponto da rua cel. Clementino denominado *baixada*, ou *rua do fogo*, transformou-se completamente.

Ali era o ponto em que se reuniam e se acoitavam individuos de toda a especie, alguns até suspeitos.

Aos sabbados e domingos e mesmo ás segundas feiras, não era muito garantido o transito de familias por aqualle local, visto a libertinagem e a vadiagem que campeavam ali soffregadamente e a olhos vistos.

Haviam botequins que ficavam abertos até altas horas da madrugada, fornecendo bebidas ás decahidas e aos individuos viciados na bilontragem, e que num continuo vae-vem, transitavam á rua, provocando algazarra.

A policia ficava ali de plantão apenas para inglez ver. Não havia ordens para cumprir.

Em uma pensão <genero-livre>, se promovia naquelle local, nas noites de sabbado para domingo e de domingo para segunda feira, um retumbante *forrobodó* de *arrasta-pé* ao som de uma sanfona desafinada e barulhenta.

Tudo isso se passava *comodamente*, sem que ninguem tomasse conhecimento.

Felizmente, o sr. dr. João Baptista de Lima Rodrigues, com energia e prudencia, acabou com aquelle estado de coisas, a bem da moral e dos nossos principios de civismo.

Outras providencias de grande alcance e de interesse á segurança publica foram tomadas pela digna autoridade¹³⁰.

129 Jornal *O Correio da Semana*, 29/12/1938.

130 Jornal *O Correio da Semana*, 17/09/1926.

A situação foi narrada pelo autor sob a ótica de quem não fazia parte do meio social que ele apresentava. O local citado como “baixada” causava incômodo por ser um lugar onde aconteciam práticas vistas como imorais e incivilizadas, até que o delegado de polícia João Baptista de Lima Rodrigues tomou medidas que visaram acabar com as mesmas.

O fio condutor desse quarto e último tópico de nosso primeiro capítulo foi o de buscar mostrar o combate a práticas sociais que haviam se tornado ilegais com a promulgação do Código de Posturas do município.

Denúncias e queixas eram publicadas nos jornais sobre ações irregulares, assim como elogios eram registrados quando a coerção se fazia presente. Entende-se que, apesar de haver uma legislação capaz de tornar certas práticas e comportamentos sinônimos de infração, elas eram frequentemente realizadas na cidade e, na mesma medida, as autoridades municipais penalizavam e reprimiam constantemente esses atos.

A cidade não era homogênea, mas constituída por pessoas que possuíam diferentes condições materiais, que atribuíam diferentes juízos de valores a diferentes práticas e que, apesar da existência de uma tentativa de adequação dos comportamentos, dos costumes e dos hábitos da população, incoerências e dissidências estavam sempre presentes.

No próximo capítulo, abordaremos o processo de transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, resultando no desaparecimento da primeira do centro da cidade e na criação da última. Buscaremos, nesse sentido, caracterizar o espaço urbano de Jardinópolis, discutindo sobre a posição privilegiada que determinados lugares ocupavam, enquanto outros eram mantidos fora do perímetro urbanizado do município. O objetivo dessa análise e discussão será demonstrar a segregação produzida na cidade, constituindo a periferia da mesma no período logo após 1964.

Em meio a tanto, pretendemos relacionar esse episódio que transformou a configuração urbana de Jardinópolis com os possíveis interesses do prefeito e dos vereadores que estavam em exercício no ano de 1964. Esses interesses serão colocados em discussão à medida que encontrarmos e identificarmos os vínculos que esses sujeitos mantinham com famílias de influência política e econômica do município.

A fim de iniciarmos o desenvolvimento dessas questões que pontuamos, passemos então, para o segundo capítulo de nossa dissertação.

CAPÍTULO 2

DO CENTRO À PERIFERIA: O DESAPARECIMENTO DA “VILA SEBOSA” E A CRIAÇÃO DA “CIDADE OPERÁRIA”

Este capítulo é o principal de nossa dissertação e, por isso também, o mais extenso. A quantidade de fontes e o intenso trabalho analítico que procuramos realizar resultou na elaboração de uma maior quantidade de páginas escritas. Esperamos que essa característica não interfira no entendimento de seu propósito, e que as informações que tentamos trazer dos vínculos e relações que nossos personagens constituíram, tenham ficado claras para o leitor.

No decorrer do texto, manteremos a discussão sobre o espaço urbano de Jardinópolis. A novidade, porém, é que buscaremos caracterizar a localização que determinados lugares ocupavam na cidade, de modo que identificaremos a configuração da urbe de acordo com a lógica da classe dominante e da reprodução do capital. Essa caracterização e identificação servirá para o desenvolvimento do ponto central de nossa pesquisa: o desaparecimento da “Vila Sebosa”, localizada no centro até o ano de 1964, e a transferência de seus moradores para a periferia da cidade, no lugar denominado “Cidade Operária”.

A “Vila Sebosa” era uma pequena vila que existiu em Jardinópolis, situada possivelmente no cruzamento das ruas São Sebastião, Américo Salles e Altino Arantes – atualmente chamada Tonico Said¹³¹. Lá moravam famílias pobres que pagavam aluguel de simples habitações¹³². Em outubro de 1964, o prefeito Newton Princivalli da Silva Reis apresentou um projeto de lei para a câmara dos vereadores, no qual constava o desejo de retirar a “Vila Sebosa” do centro, dessa forma, seus moradores seriam transferidos para a “Cidade Operária”, onde receberiam as escrituras das casas designadas para os mesmos. No mesmo mês, a aprovação do projeto foi promulgada na forma de lei.

Conforme discutimos no capítulo anterior, a “Cidade Jardim” foi construída segundo uma concepção moderna de cidade, em que padrões de comportamentos eram impostos. A presença de práticas, hábitos e costumes que não condiziam com os valores de civilização almejados pelas classes dominantes, eram denunciados, queixados e reclamados para que as autoridades municipais tomassem providências dos casos. Todavia, a permanência e a recorrência de tais ações demonstravam que o projeto de modernização não ocorria para todos. À medida que a população experimentava e vivenciava as transformações que foram ocorrendo em Jardinópolis, cuja população estava em crescimento, a cobrança por melhores serviços e a manutenção dos já existentes também aumentava.

131 Escrevemos possivelmente, pois, não temos nenhum documento que identifique exatamente onde a vila era localizada. Porém, todos no município que têm conhecimento sobre a “Vila Sebosa” – inclusive antigos moradores do lugar – afirmam que ela era situada nas ruas que citamos.

132 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização...* Op. cit.

Todas essas características que apresentamos ao longo do primeiro capítulo possibilitou a formulação do perfil da cidade que foi sendo construída e consolidada em Jardinópolis. A participação dos atores sociais nesse processo foi fundamental para que pudéssemos apontar que essa construção urbana serviu para atender a conservação das classes dominantes no topo da hierarquia social.

Portanto, na tentativa de trazer à luz o processo de desaparecimento da “Vila Sebosa” e a transferência de seus moradores para a “Cidade Operária”, buscaremos discutir sobre o episódio, inserindo, nesse contexto, o papel das figuras políticas responsáveis por essa ação. Ademais, traremos à tona os vínculos que o prefeito e os vereadores carregavam com famílias de influência política e econômica no município, inclusive algumas que detinham propriedades na área central da cidade. Essas informações servirão de indícios para continuarmos desenvolvendo uma análise da dinâmica urbana de Jardinópolis.

Os documentos que utilizamos nessa etapa de nosso trabalho foram: arquivos paroquiais e cartoriais, fotografias, plantas da cidade de Jardinópolis, lei e projeto de lei municipal acerca da criação da “Cidade Operária”. Os registros de batismo e casamento do prefeito e dos vereadores, que admitimos como sujeitos importantes para a efetivação do episódio em questão, são elucidativos à medida que podemos constatar os vínculos que eles mantinham por parentesco, matrimônio e apadrinhamento com famílias influentes no município. A partir disso, podemos compor uma rede social com relações efetivas entre pessoas significativas para nossa pesquisa.

As certidões do cartório de imóveis foram importantes para identificarmos a quem pertencia o terreno que correspondia ao local da “Vila Sebosa” e a quem passou a pertencer depois de 1964, de modo que buscamos apontar possíveis interesses que permearam sua retirada do centro e a transferência de seus moradores para a periferia da cidade.

As fotografias serviram para mostrarmos, de forma mais ilustrativa, os lugares centrais de Jardinópolis, de maneira que o cenário da urbe seja melhor apresentado, assim como as plantas da cidade, as quais contribuíram para indicarmos a posição que determinados locais ocupavam na mesma. Ademais, podemos mapear a localização da “Vila Sebosa” e da “Cidade Operária” no município, possibilitando a continuação de nossa discussão sobre o espaço urbano.

Enfim, o projeto de lei e a lei, que tratam da criação da “Cidade Operária” e da transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para esse local, são importantes para

analisarmos as justificativas apresentadas pelo prefeito, a fim de concretizar essa ação. No mais, também reúne informações relevantes para uma análise acerca desse processo de mudança.

Feita a apresentação dos objetivos e das fontes que selecionamos para o desenvolvimento deste capítulo, trataremos a seguir dos aspectos teórico-metodológicos que contribuíram para sua composição.

2.1. Por uma interpretação do espaço urbano e um esclarecimento sobre redes sociais

No primeiro capítulo, introduzimos uma discussão sobre *cidade* e *urbano* com várias obras sobre o tema, cujo intuito era apresentar como as grandes e médias cidades foram se caracterizando após as revoluções industriais, de modo que padrões de comportamento foram sendo almejados segundo valores de civilização e progresso, enquanto outras práticas eram estigmatizadas por não serem consideradas adequadas para o cenário que se configurava. Nesse sentido, é importante lembrar sempre que a consolidação dessas ações como adequadas ou não para a urbe atendia aos ensejos e a conservação das classes dominantes no topo da hierarquia social.

Constatamos, então, que, apesar de Jardinópolis se tratar de uma cidade pequena, ela também apresentou essas problemáticas durante sua construção, ocasionando, inclusive, a constituição de uma periferia a partir do ano de 1964, conforme discutiremos mais adiante.

Entretanto, a novidade que queremos propor para continuar abordando o nosso tema é a obra “O direito à cidade” de Henri Lefebvre¹³³. A proposta de introduzi-la se dá por conta de alguns elementos e explicações, complementares para nossa análise.

O ponto de partida usado pelo autor para expor o processo de transformação das cidades é o desenvolvimento da industrialização nos países europeus. Segundo essa perspectiva, industrialização e urbanização são aspectos inseparáveis e, ao mesmo tempo que possuem uma unidade, são conflitantes. Isso porque, com o avanço da indústria, a configuração da cidade é alterada de maneira drástica para atender as novas demandas.

Ao apresentar as reformas urbanas comandadas por Haussmann em Paris, na segunda metade do século XIX, Lefebvre descarta a possibilidade de que elas tenham sido realizadas

133 LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

para atender a uma questão estética urbana e defende que as motivações para embasar tal projeto se deram para conservar a classe dominante como tal.

Com toda a efervescência política vivida pelos parisienses durante o século XIX até a criação da Comuna de Paris, era de interesse da burguesia que houvesse uma mudança na estrutura da cidade, a partir da diminuição da inclusão e, também, da participação dos grupos populares na sociedade urbana. Além disso, de forma simultânea, o impulso cego da industrialização deveria ser respondido com a criação dos subúrbios onde se estabeleceriam as moradias dos trabalhadores. O que se apresentou diante desse quadro de mudanças foi a destruição da cidade como um lugar democrático e livre, por meio de uma prática ideológica estratégica da classe dominante para manter o controle do espaço urbano.

Nesse sentido, o centro deixa de ter um valor de uso, de ser o lugar onde a vida cotidiana acontece para todos, onde as pessoas estão integradas e são participantes ativas das decisões, e passa a ter um valor de troca, em que o espaço se organiza sob uma lógica socioeconômica que busca atender as demandas do capital. A construção de edifícios e a ordenação racional dos espaços públicos representam a parte política da cidade e, também, a presença social das relações de classe, de forma que demonstra a eficácia do estabelecimento e manutenção de grupos dominantes no comando da urbe.

A segregação, pois, acontece à medida que a industrialização alcança uma escala cada vez maior e a urbanização se amplia, o que, conseqüentemente, exige a construção de moradias para os operários em lugares periféricos, dispersando-os do centro urbano. Dessa forma, o acesso das classes mais pobres aos espaços públicos, de produção cultural, entretenimento e lazer, torna-se limitado. Esse privilégio – que deveria ser um direito de todos – é garantido apenas para as classes mais abastadas.

A leitura da obra de Lefebvre foi importante para refletirmos sobre a organização da cidade de Jardinópolis. Apesar dela não apresentar as características e os problemas que grandes capitais geralmente possuem, sua estrutura urbana corresponde ao perfil traçado pelo autor. Não nos deteremos sobre essa questão nesse momento, pois ela será discutida de maneira mais aprofundada em tópicos posteriores deste capítulo, com a utilização de plantas da cidade, desse modo, nossa proposta ficará mais clara.

No entanto, outra contribuição a ser esclarecida, antes de desatar-nos a escrever sobre as questões que envolvem o episódio de transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a

“Cidade Operária”, é o uso do método para composição e análise de redes sociais como uma ferramenta para desenvolver nossa pesquisa.

Conforme já pontuamos, entendemos que seja relevante identificar os integrantes que compunham o corpo legislativo e executivo de Jardinópolis no ano de 1964. Isso porque procuraremos compreender a formulação e aprovação do projeto de lei que transferiu os moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, a partir dos vínculos que esses sujeitos estabeleciam com as famílias política e economicamente influentes no município. Dessa forma, podemos apontar possíveis interesses que envolveram esse processo de mudança, além de indicar os grupos beneficiados com essa transição.

Faremos uma breve exposição sobre o que se trata a metodologia de análise de redes sociais, assim como as possíveis respostas que ela pode nos fornecer para os objetivos deste capítulo.

A teoria das redes tem amplo emprego em vários campos. No campo das análises sociais, abre espaço para uma profunda observação das interações entre os indivíduos e suas implicações na sociedade, este estudo permite enxergar a relevância de determinados atores sociais e a influência que possuem em núcleos ou nas instituições em que os mesmos estão inseridos¹³⁴.

O conceito de rede social apresentou algumas alterações ao longo das décadas de 1930 a 1970, de acordo com diferentes autores. Seu uso metodológico adveio da Antropologia e da Sociologia, tendo iniciado sua influência na História pelo início dos anos 1970. John Barnes, em 1954, foi um dos primeiros a apresentar uma definição do que seria uma rede social, caracterizada por ele como a imagem de uma teia, em que relações entre indivíduos são estabelecidas a partir dos vínculos que esses possuem uns com os outros. A novidade e o interesse que sua utilização despertou foi que a mesma oferecia caminhos alternativos para se entender os comportamentos sociais fugindo de uma análise estrutural-funcionalista, que não mais respondia a alguns problemas que se apresentavam nos trabalhos de pesquisa. No campo da história, a maior utilização desse método se aplicou aos estudos de micro-história, em trabalhos como de Giovanni Levi e François-Xavier Guerra¹³⁵.

134 FIORAVANTE, Fernanda. Considerações acerca da análise de rede social nas sociedades de Antigo Regime... Op. cit.

135 AMADORI, Arrigo; LEIVA, Pilar Ponce. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. *Revista Complutense de Historia de América*, vol.34, p.15-42, 2008; BEUNZA, José María Imízcoz. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes e aplicaciones. In: BARRADO, José Miguel Delgado; CARO, Juan Jesús Bravo; MESA, Enrique Soria. (eds.). *Las elites en la*

Grande parte dos trabalhos que vem sendo feitos no campo da história utilizando redes sociais tem como período de análise o Antigo Regime¹³⁶, já, no Brasil, as pesquisas se concentram sobre o período colonial¹³⁷. A restituição ou construção de vínculos entre atores sociais desses períodos históricos tem fornecido subsídio para a compreensão acerca das relações verticais e horizontais que eram estabelecidas por meio de apadrinhamentos, amizades, alianças de casamento, clientela e parentesco, os quais tornaram possível a construção de um caminho indutivo, que não fosse refém de conceituações pré-definidas ou explicações conjunturais estruturalistas.

Entretanto, esse método não restringe seu uso aos períodos citados, a análise de redes pode ser aplicada em qualquer período e processo histórico, pois a viabilidade de sua construção no diálogo com o objeto estudado dependerá da competência do historiador¹³⁸. Sua aplicação de maneira acrítica pode levar ao cometimento de alguns erros analíticos e metodológicos, dentre os quais dois podem ser mais recorrentes: insuficiente diferenciação de conceitos, entendendo a rede como família ou grupo, não identificando os atores sociais e suas interações reais para chegar a resultados consistentes; e formulações predeterminadas ou seleção de indivíduos feita a priori, de forma que se estabeleça uma análise dedutiva e não o contrário¹³⁹. Esses fatores são entendidos como erros, pois desde a renovação historiográfica dos anos 1980 1990, se busca a superação dos determinismos imperantes até então, dentre eles: o estruturalismo, o marxismo vulgar e o economicismo, nos quais transfere-se o protagonismo da história para atores efetivos¹⁴⁰.

época moderna: la monarquía española. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009, p.77-111.

136 As leituras que fizemos de artigos que tratam sobre análise de redes, são citados vários trabalhos que fizeram uso de método para buscar entender as relações da sociedade do Antigo Regime. Alguns exemplos de autores são: Luiz Miguel Glave, Héctor Santiago Cazull, Zacarías Moutoukias e Bernard Lavallé.

137 No Brasil, alguns exemplos de trabalhos realizados sob esse prisma no período colonial são: FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: *Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas. In: *Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Em nome do pai: o compadrio na construção das estratégias sociais dos homens de negócio cariocas (1718-1741). In: ANDRADE, Francisco Eduardo et.al. (orgs.). *Itinerários da pesquisa histórica*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013; VENÂNCIO, Renato Pinto. O compadre do governador... Op. cit.

138 BEUNZA, José María Imízcoz. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: ____ (dir.). *Élites, poder y red social: las elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Servicio Editorial-Universidad del País Vasco/EHU, 1996, p.13-50.

139 AMADORI, Arrigo; LEIVA, Pilar Ponce. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana... Op. cit.

140 BEUNZA, José María Imízcoz. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, III Série, vol.5, 2004, p.115-140.

As experiências de homens e mulheres se convertem em ponto de partida para explicar tanto processos de mudança de grande complexidade, quanto propor novas formas de abordar a história política e o poder, entendendo esse último através das relações verticais estabelecidas entre os indivíduos. Não se trata da recusa de categorias como “classe” e “grupo”, mas sim a superação de suas limitações para buscar um entendimento mais aprofundado acerca do processo histórico. Portanto, a observação das relações efetivas entre os indivíduos, a fim de reconstruir suas redes e configurações reais, contribui como uma das opções metodológicas que cumprem essa finalidade.

Assim sendo, é importante registrar que o método que permeia a análise de redes sociais é o indutivo, em que a argumentação é feita a partir de dados empíricos. As categorias conceituais se mostram válidas na pesquisa no curso do trabalho analítico. Já as estruturas sociais preexistem nas relações entre os atores, condicionando-os, mas, ao mesmo tempo, sendo construídas, reforçadas ou modificadas pela ação dos sujeitos, os quais tornam dinâmicos os processos de transformação histórica. Logo, se faz notar que a análise relacional não é somente um item a mais de uma história em migalhas, mas um paradigma com apontamentos notáveis ao conhecimento histórico¹⁴¹.

A construção das redes pode ser feita de maneira quantitativa (dependendo do número de pessoas que irá integrá-la), e sempre qualitativa (sendo necessária a identificação dos indivíduos e a natureza dos vínculos que eles mantêm entre si ou com terceiros). Sendo uma corrente de análise relacional, ela estabelece instrumentos para reconstituir e representar efetivamente o conjunto de interações entre atores, assim como mede características e posições que cada indivíduo ocupa nelas. A caracterização de uma rede geralmente é construída de acordo com os seguintes fatores: tamanho (número de pessoas implicadas); composição (tipos de vínculos, amizade, parentesco e etc.); frequência (número de interações em um período); categoria (número de relações que uma pessoa estabelece na rede); porcentagem (relações efetivas de cada indivíduo com respeito ao número máximo possível); direção (sentido hierárquico das relações e a duração efetiva delas); centralidade e dispersão (posição de cada indivíduo ou grupo nos intercâmbios da rede, que por sua vez, revela suas conexões privilegiadas) ou mediação e acessibilidade. O trabalho de mediação quantitativa deve combinar-se com um sólido trabalho qualitativo, que analise o conteúdo real dessas

141 BEUNZA, José María Imízcoz. Actores y redes sociales en Historia. In: CASADO, Imanol Vitores; RODRÍGUEZ, Javier Añíbarro; VEGA, David Carvajal de la. (eds.); HERRERA, Mercedes Cano (dir.). *Redes sociales y económicas em el mundo bajomedieval*. Castilla Ediciones, 2011, p.19-33.

interações, os recursos e favores, as ideias e notícias e a pluralidade de valores. De acordo com essas caracterizações, torna-se possível estabelecer caminhos mais seguros que são revelados pela observação empírica dos atores sociais e suas interações efetivas, sem que o historiador fique condicionado a seguir padrões e modelos que exteriorizam sua pesquisa¹⁴².

Para buscar alcançar os objetivos que estabelecemos para esse capítulo, a composição de redes ligando e relacionando o prefeito e os vereadores que mantinham vínculos com pessoas e famílias detidas de influência no município, mostrou-se esclarecedora. Conforme abordaremos com mais detalhes e de maneira ilustrativa, a utilização dessa ferramenta de análise foi significativa à medida que fomos descobrindo e evidenciando as relações efetivas existentes entre pessoas pertencentes às famílias tradicionais de Jardinópolis. Constatamos essas relações a partir de vínculos de parentesco, casamento e apadrinhamento entre determinadas pessoas, de maneira que compomos um mapa genealógico cruzando as informações que acumulamos dos núcleos familiares que interessavam para o nosso trabalho. Dessa forma, pensamos ser possível atribuir agência histórica aos atores sociais nesse processo ocorrido em Jardinópolis, enxergando-os como protagonistas dessa trama.

Contudo, é importante explicarmos a relevância dos vínculos de parentesco, apadrinhamento e casamento para uma análise relacional. O vínculo de parentesco é um dos principais. A probabilidade de fundar relações mais densas e duradouras é maior a partir desse vínculo e, também, seu poder estruturante rege a vida coletiva e a coesão social dos indivíduos. Os laços estabelecidos pela família tendem a ser repassados de geração em geração, seus ônus e seus bônus.

A família por compadrio consiste de uma relação nascida do sacramento do batismo, este implica a constituição de laços com uma nova família espiritual. Tal compromisso significa privilégios e deveres de ambas as partes, os quais são reconhecidos através da obediência, fidelidade e reverência do afilhado, em contrapartida às responsabilidades do padrinho ou madrinha.

Já as alianças matrimoniais são significativas para a consolidação e ampliação da rede familiar. Um casamento acertado amplia a rede de influência e se torna elemento fundamental para a ascensão social¹⁴³.

142 BEUNZA, José María Imízcoz. Actores y redes sociales en Historia... Op. cit.

143 Cf. FIORAVANTE, Fernanda. Considerações acerca da análise de rede social nas sociedades de Antigo Regime. *Revista de Teoria da História*, ano 5, n.10, dez., 2013; VENÂNCIO, Renato Pinto. O compadre do governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.26 n.52, 2006.

Esclarecemos, pois, os aspectos teórico-metodológicos que utilizamos para o desenvolvimento deste capítulo. Pontuamos a contribuição que a obra de Henri Lefebvre acrescentou ao nosso trabalho, no sentido de complementar a discussão que continuaremos fazendo sobre o espaço urbano de Jardinópolis. Bem como, justificamos a escolha metodológica que fizemos para compor a rede de relações dos atores sociais envolvidos com a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”.

No decorrer do texto, esses elementos dialogarão com as fontes e bibliografia que reunimos sobre a cidade. Nesse sentido, buscaremos continuar traçando uma interpretação acerca da dinâmica urbana de Jardinópolis.

2.2. Os espaços privilegiados e os lugares de exclusão

Nas seguintes etapas de nosso texto, apresentaremos a configuração urbana de Jardinópolis, segundo a posição que determinados locais ocupavam na cidade, buscando problematizar esse cenário. Utilizamos plantas, fotografias e duas produções bibliográficas sobre a história do município para compor nossa análise e discussão.

Jardinópolis tem origem no ano de 1859, ainda sob a denominação de Arraial de Ilha Grande¹⁴⁴, sob a escritura de doação de 30 alqueires de terra dos lavradores Antônio Pereira da Silva e sua esposa, Maria Florência de Jesus, e de 18 alqueires dos lavradores Joaquim José D’Araújo e sua esposa, Teodora Jesus, à Nossa Senhora Aparecida e para o patrimônio da mesma Capela¹⁴⁵.

Segundo alguns historiadores que apresentamos em nosso primeiro capítulo, a década de 1850 marcou o início do período denominado “*belle époque* caipira”, no qual muitos locais no nordeste paulista enriqueceram com a economia cafeeira, fortemente pautada pela ação de figuras políticas que interferiram e mediarão o processo de modernização, que transformou as cidades, como Ribeirão Preto e Franca. Entretanto, nesse período da segunda metade do século XIX, Jardinópolis ainda dava seus primeiros passos para se tornar um centro urbano.

A “Cidade Jardim” iniciou suas primeiras transformações no sentido de configurar sua área urbana no começo do século XX, sendo mais enfáticas e recorrentes depois dos anos

144 O nome Ilha Grande foi assim concebido porque se acreditava que os córregos que cortam essa região e o Rio Pardo formariam uma grande ilha. Outra versão diz que o nome se originou de uma ilha que se formou no meio do Rio Pardo na região do entroncamento onde se reuniam os tropeiros. Cf. ELIAS, Roberto. *Viajando na História: Jardinópolis 100 anos*. Jardinópolis: Gráfica Lima Ltda., 1998.

145 *Expo Nacional dos Municípios*. Edição para o Estado de São Paulo, 1974.

1910, quando a população apresentou um aumento de 16117 habitantes em 1908 para 19382, em 1914. Conforme já apontamos, o número de pessoas vivendo na cidade só cresceu, assim como a demanda por melhores serviços e condições. Além dessas questões, Jardinópolis se diferenciou das cidades que citamos tanto em tamanho quanto em número de habitantes, não se destacando como o perfil de cidade média, como as demais. Já em 1920, Ribeirão Preto contava com uma população de 68838 habitantes, e Franca, 44308, índices muito mais elevados que os apresentados em Jardinópolis próximo do mesmo período¹⁴⁶. Ainda hoje, a população de Jardinópolis não chega a 43000 habitantes.

Nesse sentido, o processo de formação de Jardinópolis se deu de maneira diferente das cidades médias de sua região, e é por isso que a proposta que estamos desenvolvendo ao longo de nosso trabalho se distancia desse contexto da “*belle époque* caipira”, que alguns autores atribuíram a algumas cidades do nordeste paulista.

O pequeno Arraial de Ilha Grande passa a ser distrito de Ilha Grande, pertencente à Batatais, através da lei estadual nº115, em 1892¹⁴⁷, e em 1896, seu nome é mudado para Jardinópolis¹⁴⁸. Oficialmente, a denominação foi uma homenagem ao republicano Silva Jardim, o qual também consta como nome de rua central da cidade, porém, é interessante destacar a ambiguidade que ela carrega.

Gostamos de brincar com o nome “Cidade Jardim” para se referir ao município, pois essa ideia de uma cidade-jardim aproxima-se do projeto de urbanização moderno que foi sendo concretizado ao longo dos anos na cidade, evidente em medidas que eram tomadas, como: instalação de iluminação elétrica, asfaltamento de ruas, calçamento com paralelepípedos, ajardinamentos, conservação de logradouros públicos, entre outros aspectos, que eram vistos como “melhoramentos” e “benfeitorias”, além de compor elementos para a beleza e a estética da paisagem urbana. Os limites dessa concretização, que também buscamos apontar, faziam parte das contradições inerentes a esse processo de transformação, presente até hoje nos núcleos urbanos.

Foi somente em 1898 que Jardinópolis conseguiu a emancipação de Batatais, sendo elevado a município sob a lei nº544¹⁴⁹. No ano seguinte, os trilhos de ferro da Companhia

146 BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. Apud: MELLO, Rafael Cardoso de. *Um “coronel de saias” no interior paulista...* Op. cit., p.67.

147 *Expo Nacional dos Municípios*. Edição para o Estado de São Paulo, 1974.

148 *Expo Nacional dos Municípios*. Edição para o Estado de São Paulo, 1974.

149 ELIAS, Roberto. *Viajando na História...* Op. cit.

Mogiana chegavam ao município. A presença de uma ferrovia era certamente representativa de uma dinâmica econômica, pois encarregava-se da carga e descarga de mercadorias, garantia maior circulação de produtos e pessoas e a comunicação entre regiões do país. Além disso, os trilhos do trem definiam o traçado da cidade: o espaço circunscrito por eles era parte da área urbana onde estavam localizados prédios que continham valor significativo e representativo para o município e, tudo aquilo que não se inseria dentro de seu desenho, era parte da área rural ou lugares indesejados para situar-se no centro urbano, como o Hospital de Isolamento Lazareto e o Cemitério Municipal¹⁵⁰. Podemos notar a concretude dessa afirmação observando a imagem a seguir:

Figura 3: Planta da cidade de Jardinópolis, s/d.



Fonte: Acervo da Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de Jardinópolis¹⁵¹.

150 O Hospital de Isolamento Lazareto ficava localizado na confluência das ruas Mário Fregonesi e José Augusto Bernardes, onde, em 1964, passou a ser a “Cidade Operária”. A construção do Lazareto foi autorizada pelo intendente municipal cel. Domiciano Leite de Assis, em 1903, sendo realizada pelo empreiteiro Vicente Giudice.

O cemitério municipal ficava localizado entre as ruas Américo Salles (antiga rua do Comércio) e Júlio Camargo de Moraes (antiga 21 de abril). Devido ao crescimento da cidade, seu local foi alterado em 1900 para onde se encontra atualmente, na abrangência das ruas Sapucaia, Dr. Muniz de Sapucaia e Rua da Saudade. No início do século XX, ficava muito próximo do Hospital Lazareto. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

151 A planta não apresenta data, entretanto, uma notícia no jornal – que estava no conjunto de fontes discutidas no primeiro capítulo – do ano de 1954, anunciava que em breve seria iniciada a construção da fonte luminosa na praça matriz, em frente à Igreja, em substituição ao coreto que seria demolido. Portanto, a planta não poderia ser anterior a essa data, pois a fonte aparece identificada na localização da praça matriz.

A planta acima representava a cidade de Jardinópolis. Conforme indicação com setas que fizemos, a estrada de ferro traçava o contorno do limite urbano do município. O desenho não apresentava a área rural, nem mesmo outros lugares que não eram localizados no centro, por exemplo, o cemitério municipal e o hospital de isolamento não se encontravam na planta, posto que eram lugares que ficavam afastados do convívio populacional, medida tomada para buscar a preservação da higiene e salubridade. Considerando que o centro era o local onde ocorriam as trocas comerciais, onde residia uma parcela da população – geralmente as classes mais abastadas – e também onde acontecia a vida pública, a conservação da limpeza, da beleza e da higiene era desejada pelos grupos que usufruíam desse espaço, ainda que a manutenção dessa conservação tivesse limitações.

Dentro da circunscrição traçada pela estrada de ferro, podemos notar a presença de prédios e locais representativos de uma ordenação racional e proposital. Aproximaremos a imagem, de modo que a legenda contida na planta possa identificar os lugares e os edifícios considerados de relevância para o município, e seus correspondentes diretos no desenho da cidade possam ser observados e analisados.

Figura 4: Planta aproximada da cidade de Jardinópolis, s/d.



Fonte: Acervo da Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de Jardinópolis.

Além de aproximarmos a mesma planta que apresentamos, aumentamos o tamanho dos números que indicavam localizações específicas da cidade, fazendo relação

correspondente com a legenda constante no canto inferior direito da imagem anterior. Nesse sentido, ela apresenta o seguinte: 1. Câmara Municipal; 2. Posto de Saúde; 3. Posto de Puericultura; 4. Posto de Tracoma; 5. Posto Policial; 6. Ginásio do Estado; 7. Grupo Escolar; 8. Escola Normal e Ginásio Sagrado Coração de Jesus; 9. Coletoria Federal; 10. Coletoria Estadual; 11. Correios e Telégrafos; 12. Caixa Econômica; 13. Cartório de Paz; 14. Santa Casa; 15. Igreja Matriz; 16. Correio da Semana; 17. Estação de Rádio; Estação Estrada de Ferro Mogiana; 19. Campo de Esporte Municipal; 20. Cia. São Paulo; 21. Associação Olímpica; 22. Praça Nossa Senhora Aparecida. O local correspondente ao número 20 é o único que não consta na planta aproximada, porque ficava na parte de fora dos trilhos do trem, sendo a exceção de nossa análise. Na legenda, sua denominação consta como “Cia. São Paulo” e na planta o nome aparece como “Campo de Futebol”. Provavelmente era o campo de futebol do clube “São Paulo Futebol Clube de Jardinópolis”¹⁵². No que diz respeito aos demais lugares, podemos fazer algumas considerações.

Retomando a leitura de Lefebvre sobre a lógica do espaço urbano, após a revolução industrial, a presença de edifícios na cidade representa o estabelecimento de uma hierarquia nas relações sociais desenvolvidas na mesma, de forma que demonstra a eficácia da estratégia de grupos dominantes para se manterem nessa posição. O posicionamento que tais lugares ocupavam no espaço central respeitava um ordenamento e racionalidade, que privilegiavam esse cenário descrito pelo autor. A partir dessa perspectiva, notamos que os locais constatados na planta de Jardinópolis compunham o retrato dessa lógica, mantendo relações com algumas instituições ou lugares representativos. Alguns poderiam ser considerados importantes, por causa das funções que exerciam no município ou pelos serviços que prestavam à população. De outro modo, a relevância possivelmente se apresentava por conter elementos que eram desejados no projeto urbano, idealizado por grupos dominantes.

A câmara municipal exercia o poder legislativo local; o posto policial representava a tentativa de garantir a manutenção da ordem na cidade e a coerção; as escolas públicas, grupo e ginásio (que inclui nas suas instalações o campo de esporte municipal) era onde ocorria o ensino formal laico destinado à população; a escola normal livre Sagrado Coração de Jesus¹⁵³,

152 O clube foi fundado em 07/09/1948, substituindo o nome de “Club Atlético de Jardinópolis”, fundado no ano de 1936. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

153 O colégio foi fundado em 1914, o terreno para sua construção foi doado pelo prefeito Pedro Albernaz. Era administrado por freiras da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias do Egito. No início a escola oferecia curso primário, a partir de 1935, amplia para o curso ginásial também. Em 1939, abre para a formação

de natureza privada, era dirigida por freiras franciscanas sob disciplina religiosa; as coletorias, estadual e federal, participavam da burocracia estatal através do recolhimento de impostos; os postos de saúde e a santa casa buscavam controlar casos de doenças contagiosas e infecciosas que pudessem se manifestar na população, ademais, acompanhavam o período de gestação das mulheres que engravidassem; os correios e telégrafos, a estação de rádio e o jornal *O Correio da Semana* tinham por função estabelecer a comunicação entre pessoas, de forma que cada um obtinha um alcance específico; o cartório de paz era responsável pelo registro de nascimentos, casamentos, óbitos, averbações e anotações; e a caixa econômica correspondia ao setor financeiro público na cidade. As praças, contabilizadas em quatro na planta, estavam relacionadas à estética do urbano, contavam com jardins, bancos, calçamentos e monumentos, além de serem espaços públicos destinados ao lazer; a matriz integrava a Igreja Católica, Paróquia de Nossa Senhora Aparecida. A Associação Olímpica era uma associação esportiva fundada em 1919 por grupos que detinham poder político e econômico da cidade, era composta por um campo de futebol, clube esportivo e promovia jogos e eventos para agremiados – que geralmente eram integrados à elite jardinopolense.

As informações que apresentamos sobre cada local registrado na planta foi com o objetivo de caracterizar o espaço central, de modo que podemos perceber o predomínio de lugares que representavam alguma importância para o município. Essa importância pode ser notada pelas funções que alguns prédios e estabelecimentos exerciam ou pelos locais que contribuíam para a promoção de uma imagem positiva da cidade. A leitura da obra de Henri Lefebvre proporcionou elementos importantes para a realização de alguns apontamentos acerca da construção dessa imagem positiva, que caracterizava a cidade como progressista e civilizada – conforme discutimos no capítulo anterior.

De acordo com o autor, essa prática encontra relação com o urbanismo, ou atividade urbanista, o qual é considerado por ele como uma ideologia. Lefebvre critica a forma de enxergar a cidade sob a ótica dessa teoria, que a entende como um ambiente coerente, livre e democrático. Segundo essa “doutrina urbanista”, a cidade passa a ser compreendida como globalidade, composta por uma explicação evolutiva, que a define como centro de informações e decisões, como rede de circulação e de consumo, de modo que as estratégias políticas da classe dominante buscam legitimidade nesse conhecimento para suas aplicações técnicas.

de professores e professoras que faziam o ginásio na escola. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

Desse modo, podemos considerar que a estruturação do espaço urbano jardinopolense justificava-se a partir de uma concepção urbanista, na qual pessoas ligadas a setores de influência valiam-se de discursos que associavam a cidade ao progresso, a civilização ao moderno, e caracterizavam toda transformação realizada como melhoramento ou benfeitoria. Com essa estratégia, era possível construir uma imagem que valorizava as transformações urbanas, e sua perpetuação e afirmação eram facilitadas por serem feitas em publicações e em jornais do município.

Concomitante a isso, eram expressos o desagrado e a insatisfação por meio de queixas e reclamações, quando os comportamentos e as práticas sociais dos populares não condiziam com a conservação e manutenção dessa concepção. Todavia, essas divergências na maneira como grupos distintos enxergavam e se apropriavam da cidade demonstra que não havia coerência no espaço urbano, de modo que era exigida e, por muitas vezes concretizada, a punição para os atos considerados incivilizados, imorais, mal-educados e anti-higiênicos. Portanto, o que observamos é uma estratégia usada pela classe dominante para reivindicar a exclusividade da cidade, excluindo socialmente tudo aquilo que era indesejado pela mesma, como forma de manter uma coerência urbana sustentada por hierarquias sociais.

Nesse sentido, podemos fazer outras indicações que contribuem para somar a essa perspectiva que estamos buscando validar. Entendido como um espaço que estabelece sua dinâmica a partir do valor de troca, a presença de casas comerciais e de locais de entretenimento e cultura são praticamente indispensáveis para a composição do centro urbano. Em Jardinópolis, esses elementos não deixaram de existir, como veremos no próximo tópico.

2.3. O centro da cidade: estabelecimentos comerciais e seus proprietários

Continuaremos nossa análise abordando a ocupação e apropriação do centro da cidade de Jardinópolis, a partir de uma lógica voltada para o valor de troca e para o consumo, identificando espaços de comércio, lazer e entretenimento. À medida que essa apresentação for sendo feita, destacaremos alguns donos de estabelecimentos que acumularam bens desde os primeiros anos de fundação do município. A indicação desses sujeitos atuantes na dinâmica econômica – e por vezes também política – de Jardinópolis será feita, pois os mesmos serão importantes na composição de nossas redes sociais, em que buscaremos apontar os vínculos

que o prefeito e alguns vereadores, que aprovaram a criação da “Cidade Operária” e a transferência dos moradores da “Vila Sebosa”, possuíam com eles.

No que diz respeito ao entretenimento, em 1912, foi inaugurado o Theatro Apollo no município, que mais tarde se transformaria no Cine Teatro Carlos Gomes, localizado à rua Senador Joaquim Miguel, no quadrilátero central da cidade, em frente à praça matriz. Este local era muito frequentado pelos integrantes da “Corporação Musical Carlos Gomes”, uma das bandas que promovia apresentações musicais no coreto da praça “Domiciano de Assis”. Atualmente, o prédio do antigo teatro é tombado como patrimônio material do município, conservando apenas sua fachada original. Uma loja comercial ocupa o lugar hoje em dia.

Em 1922, a inauguração do Cine Eclair, à rua Silva Jardim, viria somar mais um espaço cultural para a cidade. A outra corporação musical que existia, “Lyra Guarani”, frequentava mais comumente esse cine. O salão do Eclair era cenário de festas carnavalescas, bailes e outras festividades, proporcionando um espaço de trocas culturais e lazer para os jardinopolenses¹⁵⁴. Até pouco tempo, o Eclair funcionava em Jardinópolis, onde, nos últimos anos, aconteciam bailes e festas. Ele encerrou suas atividades sendo substituído por uma igreja evangélica neopentecostal.

Com a inauguração do Cine Brasil¹⁵⁵, em 1957, a cidade passaria a contar com três cinemas, esse último ficava localizado à rua Américo Salles, atrás da Igreja Matriz. No ano de 1971, o local onde funcionava o cine foi substituído por uma agência bancária.

154 Cf. ELIAS, Roberto. *Viajando na História...* Op. cit.; SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

155 O Cine Brasil foi construído sobre onde era a casa do ex-prefeito Almerindo Francisco Mariani (que foi citado em alguns jornais que analisamos no primeiro capítulo). O casarão pertencente à família Mariani foi edificado em 1926 no estilo eclético, sendo demolido para dar lugar ao Cine Brasil que comportava o estilo moderno. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

Figura 5: Cine Brasil, 1959.



Fonte: Acervo digital pessoal de Ricardo Aparecido Peres Fernandes.

Existiam ainda os teatros Mafalda, Alfonso e São José Carducci, porém não temos informações sobre suas localizações¹⁵⁶.

Os estabelecimentos comerciais, por sua vez, datam das primeiras décadas do século XX. Os proprietários desses locais eram migrantes e imigrantes, de origens diversas, que se instalaram no município no final do século XIX, início do XX. Muitas das famílias que para cá vieram, especialmente as italianas, iniciaram seu trajeto trabalhando em fazendas no município ou em sua região, nas cidades de Ribeirão Preto, Batatais, São Simão e arredores, até que se estabilizaram em Jardinópolis, garantindo suas próprias terras.

Outro grupo de imigrantes foram os sírios-libaneses. Eles constituíram uma imigração espontânea, não subsidiada, pois o auxílio governamental brasileiro só era fornecido a quem fosse encaminhado para as fazendas. A chegada desse grupo data do início do século XX, sua concentração se deu principalmente nas cidades, trabalhando como mascates, comerciantes e industriais¹⁵⁷.

Algumas famílias de origem mineira também conquistaram espaço em Jardinópolis, sendo que sua instalação no município data dos anos de sua origem.

A partir da narrativa das publicações bibliográficas produzidas sobre Jardinópolis – sendo ambos autores membros de famílias tradicionais da cidade – notamos que existia uma

156 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização. A intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo. Revista do Departamento de Geografia (USP)*. São Paulo, v.4, p.41-51, 1985.

157 As observações feitas pelo historiador Boris Fausto sobre esses imigrantes no Brasil são consonantes com o perfil das famílias que vieram para Jardinópolis. Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil* 13. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

relação de amizade e solidariedade entre algumas famílias que aqui se estabeleceram, principalmente entre as italianas, que dentre as europeias foram as que vieram em maior número, mas também entre as de origem sírio-libanesa e as mineiras. Essas relações ficarão mais claras de serem compreendidas quando mostrarmos a extensão desses vínculos em alianças de casamentos, efetivando graus de parentesco e, também, no compromisso do apadrinhamento, como veremos alguns casos.

Não é nosso objetivo traçar um perfil biográfico de todas as famílias que migraram para Jardinópolis no início de sua formação. Esse exercício, além de não ser viável para nossa proposta, não apresenta respostas pertinentes para nossa pesquisa. Portanto, o que pretendemos demonstrar é o papel de protagonismo que alguns sujeitos representavam ao compor vínculos que efetivaram ou aumentaram suas influências nos cenários político e econômico do município. Desse modo, podemos mapear as relações existentes entre eles, os vereadores e o prefeito, que concretizaram o processo de transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, no ano de 1964.

2.3.1. Manoel Bernardes dos Reis

Uma das casas comerciais que existiu na cidade datada dos primeiros anos do século XX foi a “Casa da Confiança” – dedicada à venda de louças, ferragens, armarinhos e telhas de zinco – que se localizava em frente à Estação de Trem Mogiana¹⁵⁸, seu proprietário era Manoel Bernardes dos Reis¹⁵⁹. Manoel também era agricultor e lavrador, proprietário da Fazenda Boa Esperança, onde cultivava e beneficiava café e, segundo consta na publicação do *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto* de 1913, também era dono do Teatro da S. M. Fratellanza Italiana, onde funcionava o Cinema Pathé. Sua participação na política do município também é alvo de destaque. Ele foi vereador nos anos de 1911 e 1914 e também em 1917 e 1918¹⁶⁰, e vice-prefeito em 1915¹⁶¹. Filho de Manoel, Altino da Silva Reis, foi

158 ELIAS, Roberto. *Viajando na História...* Op. cit.; SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

159 Os pais de Manoel vieram de Airuoca, Minas Gerais, em 1861, para a região de Batatais. Manoel nasceu na Fazenda do Retiro, em 26 de março de 1874 se casou com Joaquina da Silva Reis. Ele participou da fundação do distrito de Ilha Grande ao lado de Domiciano Alves Rezende e se estabeleceu em Jardinópolis desde então. Em 1929, Manoel vendeu sua fazenda e se mudou para o estado do Paraná, participando da fundação do município de Marilândia, onde seu filho Altino e seu neto Jurandir, foram prefeitos. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

160 SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

161 Cf. *ALMANAK LAEMMERT*. Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil para 1915. Obra estatística para consulta fundada em 1844. 71º ano, 1º

proprietário da firma “A. Reis e Companhia” – agência Ford, acessórios para automóveis e peças em geral – estabelecida na rua Senador Joaquim Miguel, nº31. Altino também integrou a Associação Olímpica de Jardinópolis, quando essa foi fundada em 1919, ao lado do irmão Plínio da Silva Reis. Plínio foi prefeito em Jardinópolis entre 1947 e 1948, nomeado pelo governador Adhemar Pereira de Barros, e eleito vereador para o mandato de 1948 a 1951.

Percebemos que a família Reis, além de possuir terras no município, também angariou propriedades onde estabeleceu comércios. Ademais, tanto o patriarca da família Manoel Bernardes Reis, quanto seu filho Plínio da Silva Reis, tiveram participação na política local, influenciando na tomada de decisões que iam definindo os rumos do município. Observamos que os sujeitos que possuíam poder aquisitivo também ocupavam cargos no legislativo ou no executivo de Jardinópolis.

Os filhos de Manoel Bernardes dos Reis estabeleceram casamentos com outras pessoas de famílias também influentes e com posses, como foi o caso do matrimônio de Altino com Julieta Pereira Lima – filha do coronel Joaquim Pereira Lima, e de Plínio com Elza Princivalli – filha do famoso maestro Salvador Princivalli.

Essas alianças matrimoniais podem ser compreendidas como estratégias que reforçavam os vínculos de amizade já existente entre os membros das famílias e, também, contribuíam para conservar o patrimônio e a posição desses sujeitos na hierarquia social. Como geralmente essas pessoas faziam parte de um mesmo universo cultural e social, a prática de estabelecer casamentos entre pessoas de uma mesma classe contribuía para que sempre os grupos dominantes ascendessem a cargos do executivo e legislativo e mantivessem seu poder de influência na cidade.

Um exemplo que pode reforçar essa constatação é sobre o episódio central de nosso trabalho. Newton Princivalli da Silva Reis, prefeito no ano de 1964, autor do projeto que previa a retirada dos moradores da “Vila Sebosa” do centro, era neto de Manoel Bernardes dos Reis e filho de Plínio da Silva Reis, que também integraram a política de Jardinópolis. É importante frisar a perpetuação da família Reis como influente no município desde o início de sua formação, partindo da estabilidade econômica e as relações com a política local que Manoel Reis conquistou. Nesse sentido, os integrantes dessa família encontraram maior

facilidade para prolongarem sua influência nos setores de poder da cidade. Mais adiante, nos deteremos na figura de Newton Reis e nos vínculos que ele estabeleceu durante sua vida¹⁶².

A seguir, trataremos das famílias italianas que constituem papel importante para nossa análise.

2.3.2. As famílias italianas

Iniciando a apresentação desse grupo pela família Corazza, Vigílio¹⁶³ estabeleceu-se em Jardinópolis com apoio de dois amigos de seu pai, Giuseppe e Carlo Costacurta¹⁶⁴. Casou-se com Amália Costacurta, neta de Giuseppe, estabelecendo um vínculo duradouro entre as duas famílias.

Ele foi proprietário de uma casa de comércio que existia na cidade, localizada no centro, entre as ruas Américo Salles e Cel. José Theodoro, chamada “Paulicéia” – confeitaria, café e bilhar.

A família Corazza efetivou algumas relações com outras famílias de Jardinópolis. Além do casamento de Vigílio e Amália Costacurta, uma das filhas do casal, Celina, uniu-se a Almerindo Francisco Mariani no sacramento do matrimônio. Aida, irmã de Vigílio, também se casou com um membro da família Mariani, no caso, o tio de Almerindo, João. Como explicamos, as alianças de casamento são significativas entre as elites política e econômica de um local, pois esses vínculos ampliam as redes de influência dos grupos prestigiados, e contribuem para a maximização de seus ganhos¹⁶⁵.

162 Na figura 11 buscamos ilustrar as relações constituídas pela família Reis por meio de casamentos com outras que também tinham influência política e econômica no município. Algumas já foram apresentadas, outras serão discutidas no decorrer do texto.

163 Vigílio Corazza deixou sua família na Itália e se estabeleceu em Jardinópolis quando este ainda era “distrito de Ilha Grande”. Posteriormente, seu pai, Luigi e suas irmãs emigraram da Itália para o município também. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

164 Natural da cidade de Santo Antônio, Pádova, Itália, Giuseppe Costacurta veio para o Brasil em 1891, estabelecendo-se no distrito de “Ilha Grande” com sua esposa, Fortunata Costacurta e seus filhos. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

165 Cf. FIORAVANTE, Fernanda. Considerações acerca da análise de rede social nas sociedades de Antigo Regime... Op. cit.

Figura 6: Vista da “Paulicéia” pela rua Américo Salles, s/d.



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Jardinópolis.

Os membros da família Mariani tiveram destaque por sua inserção na política local e os ganhos aquisitivos que os mesmos acumularam. O casal Pietro Mariani e Maria Silvestre Mariani imigraram de Trento, por volta de 1880, para o Brasil com os filhos: José, Luiz, Angelina, João, Pedro, Francisco e Sílvio¹⁶⁶. A firma “José Mariani e Irmão” – loja de fazendas, armarinhos, armazém de secos e molhados, corte de capados, serraria a vapor e beneficiamento de café e arroz – localizada no largo da matriz, em 1912, e a “José Mariani” – Serraria, beneficiamento de café e depósito – na rua São Sebastião, passando para a rua 13 de maio em 1924, eram pertencentes a José Mariani. Além de proprietário de comércio, José também era dono da fazenda Macaúbas. Seu filho, Almerindo Francisco Mariani, que se casou com Celina Corazza, foi prefeito de 1952 a 1955 e vereador nos mandatos de 1948 a 1951 e, depois, de 1956 a 1959¹⁶⁷.

Irmão de José, João Mariani casou-se com Aida Corazza, conforme apresentamos, e detinha a Fazenda Santo Antônio. Luis Marino Mariani, filho de João Mariani, herdou a fazenda do pai e foi proprietário da “Casa Aliança – Marino Mariani & Irmão” – armazém de secos e molhados, ferragens e louças – estabelecido na rua Américo Salles, nº46, do “Armazém Aliança” – depósito de cereais em geral – localizado na rua José Bonifácio, nº219

¹⁶⁶ Primeiramente a família se estabeleceu em Ribeirão Preto, na Fazenda Guataparã, posteriormente vieram para Jardinópolis, na Fazenda Cresciúma. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

¹⁶⁷ Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

e, também, das fazendas Santo Anastácio e São Marino. Luis Marino também foi vereador de 1948 a 1951, e prefeito de 1950 a 1951¹⁶⁸.

Percebemos que os Mariani eram sujeitos de muitas posses, seu poder se estendeu durante alguns anos também na política local, notado pela presença de membros da família em cargos de prefeito e vereador de Jardinópolis. A ampliação de sua influência no município também se realizava com as alianças matrimoniais que apresentamos, percebida como efetivação de vínculos que resultaram na manutenção de seus status.

Carlo Costacurta (ou Carlos), que era amigo de Vigílio Corazza e tio de Amália, casou-se com Estella Fiacadori. Foi proprietário da firma “Carlos Costacurta & Irmão” – armazém de secos e molhados – a partir de 1913, com filiais no município de Salles Oliveira e no distrito de Sarandy (atualmente denominado Jurucê), pertencente a Jardinópolis. Em 1927, mudou o nome para “Casa Parnahyba – Carlos Costacurta e cia.” – loja de fazendas, armarinhos, chapéus, calçados e armazém de secos e molhados – localizada à rua Américo Salles, nº61. Além de comerciante, Carlo também era agricultor, dono das fazendas Esperança, Parnahyba e Flora, e foi vereador no município nos anos de 1928 e 1929¹⁶⁹.

Seu casamento com Stella Fiacadori e também a união de seu irmão Ângelo Costacurta com a irmã de Stella, Amália Fiacadori, são significativos para enfatizar a constatação que estamos fazendo de que os vínculos estabelecidos entre as famílias com posses eram demonstrativos de uma ação estratégica com base no seu universo valorativo. Isso porque a família Fiacadori também migrou para fazendas em Jardinópolis no final do século XIX, angariando terras.

Pela apresentação que fizemos até o momento, podemos notar que existia uma relação de amizade entre as famílias italianas imigrantes Corazza, Mariani, Costacurta e Fiacadori, sendo perpetuada com o vínculo de matrimônio entre os membros das mesmas. Todas elas detinham posses e propriedades no município, o que nos dá margem para apontar que esses laços criados entre as famílias eram benéficos para manter seus patrimônios e continuar sua acumulação material. A conservação e ampliação dos bens e riquezas entre as mesmas, com as alianças de casamento que demonstramos, repercutiam na extensão de suas influências também para o campo político. Conforme observamos, a maior parte dos homens integrantes

168 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

169 Stella Fiacadori era filha de Eduardo e Emília Fiacadori, e imigrou com seus pais para Jardinópolis. Seus irmãos, André, Henrique e Antônio eram agricultores, proprietários do sítio Santa Emília. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

da família Mariani e Costacurta ocuparam cargos no executivo e no legislativo do município, e a presença desses sujeitos no poder local contribuía para a manutenção de seus privilégios e suas posições no topo da hierarquia social¹⁷⁰.

Posteriormente, apontaremos as relações que os vereadores mantinham com as famílias citadas nesse tópico, por meio de vínculos de matrimônio e apadrinhamento.

2.3.3. Os sírios-libaneses

Como descrevemos anteriormente, os imigrantes sírios-libaneses se destacaram no comércio e no setor fabriqueiro e industrial de Jardinópolis. Muitas dessas famílias possuíam um vínculo de amizade e, por vezes, de parentesco entre si, mantendo certa proximidade umas com as outras, segundo narra Jorge Saquy Sobrinho em seu livro¹⁷¹. Importante informarmos que os vínculos de amizades são socialmente operativos, no qual são estabelecidas relações de confiança e reciprocidade e o intercâmbio de favores e serviços¹⁷².

Diversos imigrantes e descendentes desse grupo abriram estabelecimentos comerciais no centro na cidade, no início do século XX, e perpetuaram vínculos de casamento e apadrinhamento com membros de outras famílias com poder aquisitivo.

Manoel Saud¹⁷³ foi um deles. Era proprietário da “Casa Saud” – loja de fazendas e armarinhos – localizada na rua Cel. José Teodoro, nº12. Alguns de seus filhos e filhas efetivaram alianças de casamentos que ampliaram o patrimônio da família, assim como promoveram uma influência no poder político local. Um deles foi Jorge Saud Sobrinho. Ele era vereador no ano de 1964, tendo permanecido na Câmara por 31 anos. Sua filha, Labibe Saud, casou-se com Newton Reis, político influente, tendo sido eleito por vários mandatos como prefeito e um como vereador.

170 Na figura 10, tentamos deixar visível os vínculos existentes entre as famílias Corazza, Fiacadori, Costacurta, Mariani e Briigliadori, indicando a relação de seus membros com alguns vereadores em exercício no ano de 1964.

171 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

172 BEUNZA, José María Imízcoz. Las redes sociales de las élites... Op. cit.

173 Manoel Saud nasceu em Homs, na Síria, em 1897. Veio para Jardinópolis em 1913 e se casou com Maria Abdalla Saud em 1918. Maria era natural de Villa Nova de Lima, Minas Gerais. Todas as filhas do casal se formaram professoras e os filhos dentistas, exceto Jorge, que se formou em medicina. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.; Registro do batizado de Jorge Saud Sobrinho no dia 26 de abril de 1921. *Batizados*, livro 12 (1921-1922). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p. 2.

Os vínculos da família Saud com a família Reis podem ser vistos na figura 11.

Um vínculo de parentesco pode ser possível entre Manoel Saud e João Saud, que era proprietário da “Casa Aparecida” – armazém de secos e molhados – onde funcionou primeiramente na fazenda Cresciúma e, posteriormente, foi transferida para a cidade.

Conforme apontamos no início desse tópico, os vínculos de amizade e parentesco entre os sírios-libaneses eram muito comuns, portanto, listaremos alguns proprietários de comércios no centro da cidade que não tinham uma relação direta com os vereadores e o prefeito em exercício no ano de 1964. No entanto, existe a possibilidade de que os mesmos fossem amigos, pois de acordo com as observações que faremos no curso de nossa análise, os membros do poder executivo e legislativo local mantinham vínculos, ou de casamento ou de apadrinhamento, com algumas famílias sírio-libanesas. De qualquer forma, essa apresentação mostra-se pertinente para identificarmos os indivíduos e famílias que detinham propriedades comerciais na área central de Jardinópolis, o que contribui para reforçar a análise que fizemos do centro ser concebido como valor de troca e espaço de consumo.

Outro armazém instalado na área central era a “Casa São Jorge” – armazém de secos e molhados – localizado entre a rua Senador Joaquim Miguel e a avenida Visconde do Rio Branco. Era propriedade de Máximo Volpan até ser comprado por Antônio Jabur, em 1930. Em 1964, o comando do estabelecimento passa para seu filho, Aniz.

Miguel José Said e Abbadica José Said, também imigrantes sírios, estabeleceram na cidade um armazém de secos e molhados entre as ruas Américo Salles e Cel. Clementino. Os filhos de Miguel e Abbadica ampliaram o patrimônio da família e se tornaram proprietários de fazendas e comércio, além de um deles exercer papel no legislativo da política local. João foi vereador no município nos anos de 1952 a 1955, dedicou-se a agricultura e montou, em sociedade com o irmão, Tufy, uma pedreira. Jorge e Pedro estabeleceram um comércio de autopeças em Jardinópolis¹⁷⁴. João José Said é um dos pontos na rede de relações que estamos buscando reconstituir. Ele foi padrinho de casamento de Milton Lamonato, um dos vereadores em exercício no ano de 1964¹⁷⁵. Discutiremos melhor sobre o mesmo mais adiante.

174 Miguel e Abbadica nasceram em 1893, em Bekarzela, na Síria. Os filhos do casal foram bem sucedidos em seus empreendimentos em Jardinópolis. João foi vereador no município nos anos de 1952 a 1955, dedicou-se a agricultura e montou em sociedade com o irmão, Tufy, uma pedreira. Jorge e Pedro estabeleceram um comércio de auto-peças em Jardinópolis. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

175 Registro de casamento de Milton Lamonato com Wanda Alice Mariani no dia 06 de janeiro de 1939. *Livro de casamento nº7* (1937-1947). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.44.

Figura 7: Inauguração da Primeira Bomba de Gasolina em Jardinópolis, 1929¹⁷⁶.



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Jardinópolis.

Irmão de Miguel, Elias José Said, e sua esposa Mariana Nami Said também imigraram para Jardinópolis. O filho do casal, Antônio Elias Said, possuiu uma loja de armarinhos denominada “A Caçula” e, em 1949, montou uma fábrica de bonecas na cidade. Mário Abdo e Jamila Saquy Abdo, outro casal de imigrantes sírios, tiveram uma loja de armarinhos e tecidos na rua Cel. José Teodoro. Uma de suas filhas, Dulce Abdo, casou-se com José Lamonato, irmão de Milton, integrantes da família pioneira no oferecimento do serviço de transporte coletivo de Jardinópolis para cidades vizinhas. Além de consolidar um vínculo duradouro entre os Abdos e os Lamonatos, essa aliança de casamento concretizou a ampliação do poder econômico de ambas no cenário jardinopolense.

Proprietário de um açougue, situado na avenida Visconde do Rio Branco, José Nassif¹⁷⁷ era de origem síria e muito amigo de Alexandre e Maria Elias Saquy. A “Casa Syria” – armazém de secos e molhados – situada na avenida Visconde do Rio Branco com a

176 Informações no verso da fotografia identifica o Grupo Musical “Lyra Guarani” em frente a “Casa São Jorge”, a ocasião foi a inauguração da primeira bomba de gasolina na cidade, datada de 1929.

177 José Nassif se casou com Rosina Rinaldi (filha de Rômulo e Maria Luch Rinaldi). Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

rua São Sebastião, era propriedade de Elias Antônio Saquy e, posteriormente, na década de 1910, seu sobrinho Alexandre Jorge Saquy tornou-se seu sócio no negócio.

A família Saquy, no decorrer da história do município, estabeleceu vínculos com outras famílias que também detinham poder político e econômico na cidade. Por exemplo, um dos filhos de Alexandre com Maria Elias, Mauro Jorge Saquy, casou-se com Maria Brigliadori, irmã de um dos vereadores que exerciam o cargo em 1964, Augusto Brigliadori. Sua família era proprietária de uma fazenda e tinha certa influência na política local. Mauro Saquy, por sua vez, era dono da fazenda “Matinha”, onde desenvolvia atividade agrícola e, também, de uma oficina mecânica, estabelecida na rua São Sebastião¹⁷⁸. Os vínculos estabelecidos entre essas famílias indicam a manutenção e conservação das mesmas como integrantes dos grupos dominantes do município.

Interessante notarmos a presença de vínculos endógamos entre as famílias sírio-libanesas. Os imigrantes José Abdalla Rassi e Tamina Jorge Rassi tiveram dois filhos, Abdalla José e Ivone, que se casaram, respectivamente, com Neuza e Adib Rassi, membros da mesma família que, por sua vez, também eram irmãos. O estabelecimento dessas alianças matrimoniais reforçava a homogeneidade e a coesão do grupo.

Essa afirmação pode ser demonstrada no seguinte caso: a loja “São José”, localizada no centro da cidade, era propriedade de José Abdalla Rassi e Tamina Jorge Rassi¹⁷⁹, uma indicação de que o casal tinha poder aquisitivo. Na década de 1940, a empresa “Cerealista Rassi” era fundada por membros da família Rassi surgidos dos vínculos matrimoniais estabelecidos entre a mesma: Aziz¹⁸⁰, Adib¹⁸¹, Abdalla José¹⁸², Miguel e José Abdalla¹⁸³.

A empresa era dedicada ao comércio de cereais e à produção agrícola, um indicativo de que os vínculos de casamentos estabelecidos na família funcionaram como uma estratégia para ampliar seu patrimônio e poder econômico na cidade. Nas décadas de 1970 e 1980, a “Cerealista Rassi” seria apenas uma entre outras empresas dirigidas pela família¹⁸⁴. Posteriormente, discutiremos mais sobre a família Rassi, especialmente sobre Adib, indicando

178 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

179 O casal José Abdalla e Tamina se estabeleceram primeiramente em Arceburgo, Minas Gerais. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

180 Aziz Abdalla Rassi era natural do Líbano e veio com sua família para Jardinópolis em 1928. Era casado com Anice Jorge Rassi, com quem teve os filhos: Adib, Abdalla, Lorice e Neuza. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

181 Adib era filho de Aziz e Anice. Nasceu em 1924 e imigrou com os pais para Jardinópolis quatro anos depois. Se casou com Ivone Rassi. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

182 Abdalla José era irmão de Ivone Rassi. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

183 José Abdalla era pai de Ivone e Abdalla José. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

184 Podemos observar esses vínculos que citamos entre a família Rassi na figura 12.

seu possível envolvimento na transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”.

A “Casa Corrêa” – de secos e molhados – localizada entre as ruas Cel. José Teodoro e Rui Barbosa, nº22, também se somava às casas comerciais de propriedade de imigrantes sírios. No caso dessa, eram donos Felipe José Corrêa e Catarina Eik Salomão Corrêa.

Para além da relevância de citarmos Felipe e Catarina como proprietários de comércio na cidade, suas filhas, Alzira, Lúcia e Zulmira possuem papel relevante na composição da rede de relações dos vereadores. Alzira foi casada com João Nasser, um dos membros do legislativo em 1964, e Lúcia e Zulmira são significativas, pois, seus esposos foram padrinhos de casamento de João e Alzira¹⁸⁵.

Em 1952, Antônio e Gabriel Pedro¹⁸⁶, com sua mãe, Genoveva, abriram a sorveteria “Primavera”, na rua Senador Joaquim Miguel, em frente à praça matriz. Ambos eram sobrinhos de Miguel Said – que apresentamos anteriormente – o que indica mais um vínculo de parentesco entre as famílias sírio-libanesas. Antes de abrirem seu próprio negócio, os irmãos trabalharam na Fábrica de Sorvetes de Luiz Costacurta, neto de Giuseppe e filho de Egydio – que citamos quando comentamos sobre a família Costacurta – onde adquiriram conhecimento sobre o fabrico do produto. Ademais, ambos trabalharam também na Fábrica de Chapéus Londrinos.

Não conseguimos identificar o nome de seu estabelecimento comercial, mas sabemos que Elias José Abrão, também imigrante sírio-libanês, era proprietário de um comércio instalado na esquina das ruas Américo Salles e Silva Jardim, ao lado da praça matriz¹⁸⁷.

Antônio, Gabriel Pedro e Elias José Abrão são exemplos da situação que apontamos no início desse tópico. Até onde observamos, eles não mantinham relações com o poder político local, mas tinham vínculos de amizade e às vezes de parentesco com outras famílias sírio-libanesas (como é o caso de Antônio e Gabriel Pedro com Miguel Said) que, por sua vez, estabeleciam esse intercâmbio.

Os imigrantes sírios Domingos Abdo Sadi, Tuffy Mafud e José Elias juntaram-se em uma sociedade para estabelecer a Fábrica de Chapéus Londrinos na cidade, no ano de 1926¹⁸⁸.

185 Registro de batizado de Manoel Abrão Filho no dia 15 de agosto de 1933. *Batizados*, livro 18 (1930-1935). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.154 e p.155.

186 Filho de Pedro e Genoveva José, os irmãos Antônio e Gabriel Pedro eram naturais de Barsla, na Síria. Vieram para Jardinópolis na companhia de sua mãe e seu tio, Miguel Said. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

187 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

Ela foi instaurada no município sob doação de um terreno feita pela prefeitura. Dois dos integrantes da Comissão de Finanças e Justiça, que aprovaram o requerimento feito por Domingos e Tuffy, eram Júlio de Camargo Moraes e Joaquim Pereira Lima. Júlio foi padrinho de batismo de Manoel Abrão Filho, que ocupava o cargo de vereador no ano de 1964;¹⁸⁸ e Joaquim era coronel que possuía influência política e econômica no município, também pai de Julieta, que efetivou o vínculo do matrimônio com Altino da Silva Reis, que apresentamos em tópico anterior.

Podemos perceber a relação estreita que membros da elite tinha entre si. Conforme já observamos, e enfatizaremos novamente, o compromisso do casamento entre pessoas que ocupavam a mesma posição na hierarquia social significava a ampliação de suas redes de influência e a maximização de seus ganhos.

A Fábrica de Chapéus Londrinos permaneceu entre as ruas centrais Cel. Clementino e Altino Arantes (atual Prof. Euclides Berardo) até seu fechamento em 1945. Hoje em dia, funciona no local um supermercado.

Filho de José Elias, José Elias Júnior, foi proprietário da “Casa Aliança” – armazém de secos e molhados – que funcionava na rua Américo Salles, nº46, a partir de 1945. Ele também faz parte da constituição de nossa rede pois, mantinha vínculo com o vereador José Gabriel, como seu padrinho de batismo¹⁸⁹.

188 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

189 Registro de batizado de José Gabriel no dia 11 de março de 1933. *Batizados*, livro 18 (1930-1935). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.128. Podemos visualizar a relação que José Elias Júnior mantinha com a família Costacurta na figura 10.

Figura 8: Fábrica de Chapéus Londrinos, s/d.



Fonte: Acervo pessoal digital de Ricardo Aparecido Peres Fernandes.

Outros sujeitos participantes de nossa rede é o casal Claudionor e Olga Elias Dib. Olga era filha de José Elias e irmã de José Elias Júnior. Eles eram donos de um depósito de materiais que ficava ao lado da fábrica do pai de Olga, na rua Cel. Clementino. Ambos foram padrinhos de casamento do vereador Augusto Brigliadori.

Como notaremos mais adiante, a listagem que fizemos das propriedades que se localizavam no centro de Jardinópolis, assim como uma pequena biografia de seus proprietários e outros bens que esses possuíam, foi feita na medida que percebemos alguma relação dessas famílias com os vereadores e o prefeito em exercício no ano de 1964, seja por vínculos diretos (casamento e apadrinhamento) como perceberemos, seja por relações de proximidade e amizade entre os membros das famílias.

Existiram outras famílias que detinham casas de comércio e posses no município, como por exemplo: a Marconi, a Cantoni, a Fregonesi, a Bertini, a Garotti, a Sophia, a Toscano, a Torraca, a Canzian, a Turatti, a Scaloppi, a Conti e a Facci. No entanto, não encontramos ligações diretas dessas famílias com os membros do executivo e do legislativo no período que nos interessa. Fazer uma análise mais detalhada sobre elas, como fizemos com as demais, seria demasiadamente trabalhoso e não apresentaria resultados relevantes para nossos objetivos.

Não descartamos a possibilidade de as famílias acima citadas estarem presente neste processo, mas talvez de forma indireta ou sem que suas ações deixassem vestígios documentais.

A seguir, discutiremos a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária” e a criação desse lugar. Partiremos, principalmente, do projeto de lei que previa tal mudança e, também, da análise de uma planta da cidade. Nosso intuito é demonstrar como a configuração urbana de Jardinópolis foi alterada, resultando no surgimento de uma periferia até então inexistente no município.

As consequências desse processo serão abordadas de maneira mais aprofundada no próximo e último capítulo de nossa dissertação. Todavia, não concluiremos essa última etapa sem antes apresentar, de forma mais detalhada e ilustrativa, as redes sociais que buscamos reconstituir a fim de apontar as relações do poder político com as elites de Jardinópolis.

Nesse sentido, passaremos, então, para o próximo tópico de nosso texto.

2.4. A segregação da cidade: a “Vila Sebosa” desaparece, surge a “Cidade Operária”

O Projeto de Lei nº53/1964, de autoria do prefeito Newton Reis, apresentado à Câmara Municipal de Jardinópolis, propunha autorizar a doação de terrenos com o intuito de edificar a “Cidade Operária”. A justificativa para tal fora apresentada da seguinte maneira:

[...] A falta de habitações em Jardinópolis é um fato de todos conhecido, principalmente as destinadas a classe trabalhadora.

É por isso que elaborei o incluso projeto de lei, visando incrementar as construções.

A futura “Cidade Operária” irá ocupar a parte da antiga Chacara do Lazareto, sobrando ainda muito terreno naquela propriedade municipal.

Em breve veremos surgir um novo nucleo habitacional em Jardinópolis, e talvez até um novo distrito. Naquela Chacara ainda sobrá lugar para futura instalação de industrias.

O projeto de lei especifica as condições para doação de terrenos, e prevê ainda a construção de habitações para os que residem na “Vila Sebosa”. Com isto irá desaparecer uma espécie de favela em pleno centro de nossa cidade, e os seus ocupantes serão modesta, mas bem abrigados na “Cidade Operária” [...]¹⁹⁰.

190 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

Diante de tal texto, o que queremos destacar nesse primeiro momento é a parte “O projeto de lei [...] prevê ainda a construção de habitações para os que residem na ‘Vila Sebosa’. Com isto irá desaparecer uma espécie de favela em pleno centro de nossa cidade”¹⁹¹. Entendemos que tal escolha de palavras não se deu de maneira aleatória. É possível estabelecer uma relação dessa caracterização do bairro feita pelo prefeito com o projeto de construção urbana tão almejado pelas classes dominantes jardinopolenses, desde o início do século XX, conforme notamos nas análises que fizemos de diversas fontes. O centro urbano associado a algo belo, higiênico, civilizado, conservado e bem estruturado fazia parte das características que interessavam a essa parcela da população, de modo que a mesma insistia em tentar concretizá-las na cidade.

Podemos perceber esse interesse nas publicações que apresentamos na primeira parte do capítulo um. Por sua vez, elas compunham um discurso inflado na tentativa de promover Jardinópolis como moderna, de forma que a concretização de elementos e a realização de serviços relacionados a modernizações eram sempre vistos com aprovação. No mesmo sentido, as queixas e reclamações constantes nos jornais evidenciavam as insatisfações acerca de comportamentos e práticas sociais vistas como “incivilizadas” ou “imorais”, o que contribui para somar a essa mesma perspectiva. Ou ainda, as medidas tomadas pelas autoridades municipais na tentativa de combater a “desordem”, conforme apresentamos na última parte do capítulo anterior, punindo ações assumidas como ilegais, inclusive associando-as a uma imagem social negativa, colaboram para o que estamos caracterizando como desejo das elites jardinopolenses em transformar a cidade em um local visto como civilizado, progressista e belo. Tudo isso serviria para que esses grupos mantivessem sua posição na hierarquia social.

Podemos apontar que a maneira como a “Vila Sebosa” foi retratada por Newton Reis, “uma espécie de favela em pelo centro de nossa cidade”¹⁹², corrobora com as considerações de Henri Lefebvre. À medida que o espaço urbano central passa a ser entendido como valor de troca e representativo de uma concepção urbanista, a vila passa a ser vista como um lugar não pertencente a sua localização sob a ótica do prefeito e, possivelmente, dos vereadores em

191 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

192 Não temos fontes concretas que descrevem ou mostram como o bairro “Vila Sebosa” se caracterizava. Porém, partindo do significado da palavra “seboso”, o dicionário eletrônico Houaiss 3.0 a descreve, no que se refere ao regionalismo brasileiro, como quem é sujo, porcalhão. Essa nomenclatura atribuída ao bairro indica um olhar externo sobre o lugar, carregado de preconceito com os moradores e sobre a maneira como os mesmos viviam.

exercício, que ordenaram a transferência de seus moradores para que a mesma desaparecesse. Atribuiu-se uma visão negativa à vila e ao que a mesma representava, o que indicava um consentimento acerca do que era entendido como favorável para estabelecer-se na parte central da cidade, não sendo ela uma opção aprovada pelas pessoas que a nomearam pejorativamente de “sebosa”.

Uma observação interessante de ser feita é que o projeto de lei com intenção de criar a “Cidade Operária” foi votado em regime de urgência. Ele é datado em 1º de outubro de 1964, e a aprovação em forma de lei foi promulgada em 5 de outubro de 1964¹⁹³. O artigo 1º do projeto de lei especificava a localização onde se instalaria a “Cidade Operária”.

Art.1º:- Fica o sr. prefeito autorizado a doar terrenos de propriedade municipal a trabalhadores que não possuem nenhum outro imóvel, tendo preferência os de família mais numerosa, terrenos estes localizados em parte da antiga “Chácara do Lazareto”, na confluência das estradas que vão ao Cemitério e a Fazenda São Pedro¹⁹⁴.

Como podemos notar, a primeira apresentação sobre o assunto escrita pelo prefeito especificava a doação de terrenos para trabalhadores que não possuíam nenhum outro imóvel. Ademais, identificava onde se encontraria a “Cidade Operária”. O local era revelador de um processo de exclusão que ocorreria na cidade, pois o mesmo comportava elementos de insalubridade e ruralidade que não eram tolerados no centro urbano.

Criar um lugar para habitação de pessoas pobres em uma localização que já havia abrigado o hospital de isolamento “Lazareto” e que ficava próximo do cemitério e de uma fazenda demonstrava que as autoridades municipais não se preocupavam em incluir os populares no processo democrático de construção da cidade. O afastamento dos mesmos do centro urbano e a constituição de uma periferia em Jardinópolis não parecia importar para o prefeito e os vereadores, nem mesmo a marginalização desses sujeitos era uma pauta a ser discutida. Os interesses em torno desse processo de transformação urbana serviam para conservar a classe dominante como tal e para a manutenção da reprodução do capital, além

193 ESTADO DE SÃO PAULO. *Lei nº 491*, 5 de outubro de 1964. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=. Acesso em: 01 de novembro de 2016.

194 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

disso, ainda contribuía para a promoção de políticos e sua conservação no poder – conforme discutiremos no capítulo três.

No artigo 4º, constava a denominação “Cidade Operária” para o setor onde ocorreria a nova instalação de moradias. No artigo 5º, Newton Reis determinava a construção de residências para os moradores da “Vila Sebosa” no lugar indicado no artigo 1º, o que comprovava o desejo de retirar as pessoas que moravam na vila e transferi-las para o novo local.

Art.5º:- Fica o prefeito municipal igualmente autorizado a mandar construir residencias simples em numero de 14 para abrigar famílias moradoras do lugar urbano conhecido por “Vila Sebosa”, podendo para isso inclusive receber donativos de materiaes de construção¹⁹⁵.

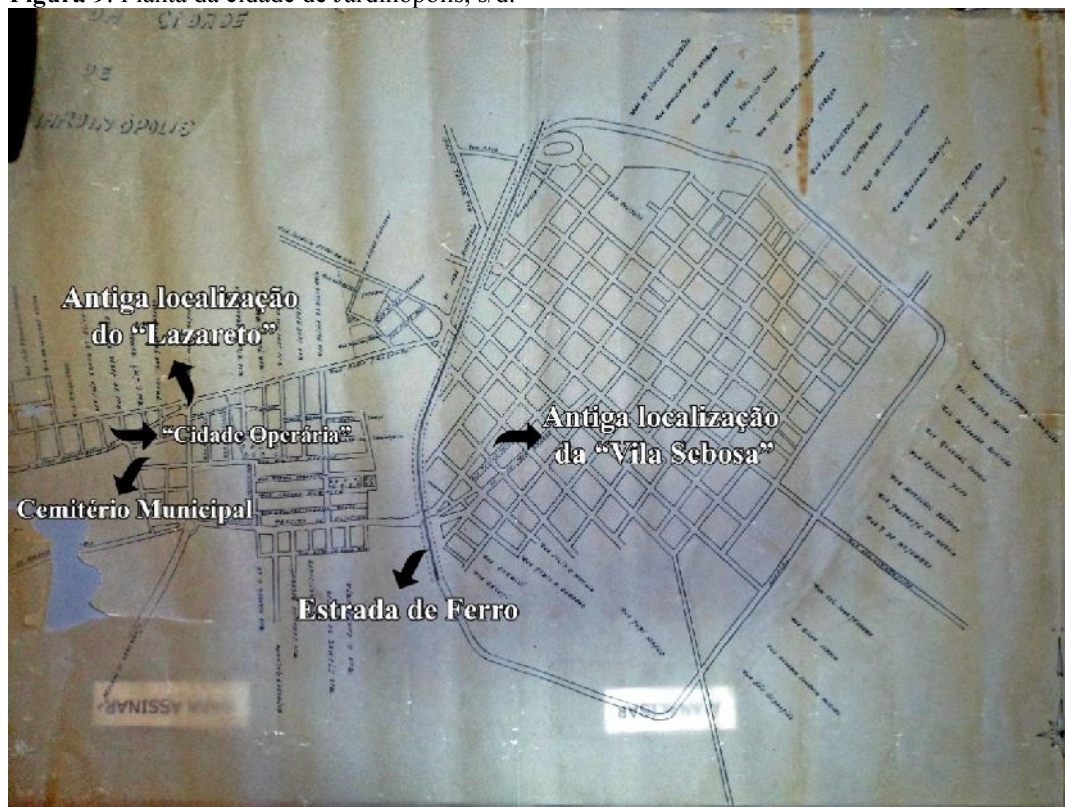
A ausência de fontes documentais acerca da “Vila Sebosa” dificulta fazermos uma melhor caracterização desse local. Todavia, pelas informações constantes no projeto de lei, sabemos que ela abrigava 14 famílias, pobres, e que não possuíam casas próprias. Ademais, o lugar era considerado seboso e com aspecto de favela, segundo escreveu Newton Reis, o que contribui para pensarmos que era um local simples onde moravam pessoas, cujas práticas não condiziam com as consideradas apropriadas para se viver no centro da cidade. Todas essas características teriam contribuído para que a vila desaparecesse da área central, de forma que seus moradores fossem transferidos para o lugar mais distante possível do centro.

A partir desse processo de mudança, Jardinópolis literalmente foi segregada, passando a abrigar duas cidades. Uma, que era o cartão-postal do município, onde localizava-se a praça central com a fonte luminosa e a Igreja Matriz, com as ruas asfaltadas e calçadas, guias, sarjetas e iluminação elétrica, jardins, casas comerciais e espaços de lazer e cultura. Lugar onde os serviços de saneamento básico eram presentes, além do acesso mais facilitado a serviços e estabelecimentos necessários para a vida urbana. E outra, criada para esconder, separar e excluir tudo que era indesejado, feio, incivilizado e não progressista, onde os serviços básicos não chegavam, não existiam ruas asfaltadas, nem iluminação elétrica e nem mesmo água encanada. Esta última cidade era o retrato da desigualdade resultante da configuração urbana que servia para atender as demandas de reprodução do capital,

195 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

privilegiando apenas as classes mais abastadas que, por sua vez, estavam no controle político da urbe.

Figura 9: Planta da cidade de Jardinópolis, s/d.



Fonte: Acervo da Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de Jardinópolis.

Conforme indicação que fizemos na imagem anterior, a “Vila Sebosa” era localizada na área urbana, perto da praça central, na entrada do que era a cidade até 1964¹⁹⁶, delimitada pela estrada de ferro da Cia. Mogiana. Antes da construção da “Cidade Operária”, não havia urbanização na área que corresponde ao cemitério municipal e ao antigo hospital de isolamento Lazareto. Como apontamos, esses locais eram excluídos da sociedade urbana, associados à insalubridade, não higiênicos, indesejados para se estabelecerem tão próximos do convívio urbano.

No artigo 3º do projeto de lei, o prefeito se comprometeu a dar “as escrituras publicas respectivas preenchidas as formalidades de maneira sumaria”¹⁹⁷ aos moradores que construíssem casas nos terrenos doados. Segundo informações que nos foi fornecida pelo

196 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit., p.153.

197 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

cartório de registro de imóveis de Jardinópolis, até hoje, o bairro – atualmente denominado “Vila Reis” – não foi regularizado. Portanto, ele não consta de maneira formal nos registros do município. Diante disso, certamente, os moradores não receberam as escrituras de seus terrenos na época prometida.

O artigo 2º especificava que a construção de moradias para os trabalhadores não possuidores de imóvel – nesse caso não incluía os moradores da “Vila Sebosa”, pois as residências dos mesmos ficariam a cargo da prefeitura – deveriam ser feitas no prazo de seis meses, não podendo transacionar os terrenos doados durante seis anos. Ademais, no artigo 6º, o prefeito se comprometeu a abrir um crédito especial de até trezentos e cinquenta mil reis para as pessoas que quisessem construir suas residências no bairro.

Toda a construção narrativa do projeto foi muito bem pensada pelo prefeito para montar uma estratégia, na qual seu nome se perpetuasse como bom feitor e fosse construída uma memória em torno do bairro como algo benéfico para o município.

Nesse sentido, além de justificar a retirada da vila do centro por “parecer uma espécie de favela”¹⁹⁸, que, por sua vez, soaria como um discurso progressista para os setores dominantes que recusavam o bairro na área central da cidade, Newton Reis também indicava que a construção da “Cidade Operária” atenderia à demanda de moradias para trabalhadores e de espaço para futuras instalações de indústrias no município¹⁹⁹. De fato, a partir da década de 1970, a cidade passou a receber algumas indústrias naquele espaço, sendo que algumas delas estão presentes até hoje²⁰⁰, e o local próximo ao bairro recebeu a denominação de “Área Industrial”²⁰¹.

Porém, entendemos que essa configuração corrobora com uma construção de segregação da cidade, travestida pela ideologia urbanista, que divulga esse projeto de urbanização como única possibilidade viável para uma sociedade urbana que se declara “progressista” e “civilizada”.

198 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

199 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

200 A Agrária Indústria e Comércio Ltda. foi fundada em 1978 por Lupércio Pedro Ficoto e Oliveiros Pereira de Miranda Filho. A indústria é especializada em produtos químicos, fertilizantes e sucroalcooleiros. A indústria Central Park foi inaugurada em 1988, cujo diretor era Luciano Jammal Paranhos. É especializada no setor sucroalcooleiro. Cf. ELIAS, Roberto. *Viajando na História...* Op. cit.

201 Atualmente existe uma segunda área industrial em Jardinópolis, nomeada “Distrito industrial Adib Rassi”, onde se concentram o maior número de indústrias da cidade. Esse local fica afastado da área urbanizada do município.

Durante todo o período que corresponde nossa pesquisa, podemos notar que existiu o esforço das autoridades municipais, juntamente ao apelo de pessoas que publicavam nos jornais, em transformar Jardinópolis na imagem prática do progresso e da civilização. Porém, observamos que também sempre existiram práticas e comportamentos sociais de populares que não faziam jus às qualidades aclamadas pelos sujeitos, que tinham poder político e econômico na cidade.

Dessa forma, a vila fazer parte do centro era um incômodo para as famílias ricas que usufruíam constantemente desse espaço. Seja porque eram proprietárias de estabelecimentos comerciais nessa localidade, seja porque era o lugar onde a vida dessas pessoas acontecia e se reproduzia. A Igreja ficava no centro e, para ir à missa, era necessário passar pela vila; as festas, os bailes e os carnavais aconteciam no centro e para participar dos mesmos, observava-se a presença da vila; os espaços de lazer também se localizavam no centro e para ir aos cinemas, teatros ou à praça matriz, notava-se a vila; as comemorações cívicas e os desfiles passavam pelas ruas centrais, portanto, em frente à vila.

O centro era o espaço feito para e pela elite, logo, a admissão dos populares nesse lugar nunca foi tolerada. Como no caso em questão, a “Vila Sebosa” não era vista de maneira positiva, o que pode ser notado nas palavras usadas por Newton Reis e no seu interesse de transferi-la para longe na área central.

Portanto, podemos indicar que a retirada dos moradores da vila do local onde ela se estabelecia foi uma estratégia arquitetada por sujeitos que ocupavam cargos no executivo e no legislativo do município no ano de 1964 que, por sua vez, mantinham vínculos com famílias que detinham poder econômico e político na cidade desde o início de sua formação, conforme discutiremos a seguir.

2.5. Os atores sociais e suas redes

Nessa última etapa de nosso capítulo, apresentaremos os vereadores que compunham o corpo legislativo de Jardinópolis no ano de 1964. Salientamos que não foram todos que tiveram participação nas redes que buscamos compor. Alguns não tivemos acesso a informações, outros percebemos que tinham poder aquisitivo – além de fazerem parte da política local – porém, os vínculos constituídos por eles não foram tão significativos quanto outros vereadores.

Os vereadores eleitos por voto direto nas eleições de 15 de novembro de 1963 foram: Jorge Saud Sobrinho, Luiz Muniz Barbosa, Osvaldo Tostes, Turíbio Berardo, José Dias Capelli Júnior, Augusto Brigliadori, José D’Afflitto, Manoel Abrão Filho, Milton Lamonato, José Gabriel, Alberto Rinaldi, Arlindo Ferreira e João Nasser. Três deles não conseguimos reunir muitas informações.

Sobre o vereador Arlindo Ferreira, só sabemos que ocupou o cargo de 1964 a 1972, nasceu em Lins e casou-se com Adelina Lopes Ferreira em Orlândia, no dia 12 de abril de 1943²⁰², o que justifica não conseguirmos encontrar seus registros de batismo e casamento.

Osvaldo Tostes ocupou o cargo de vereador somente no mandato de 1964 a 1968, foi casado com Emirene Tostes e, provavelmente, nasceu no dia 25 de outubro de 1925²⁰³. E José Dias Capelli Jr. possivelmente nasceu em 18 de novembro de 1918 e ocupou o cargo de vereador, de 1964 a 1975, sendo o último mandato interrompido pela sua morte²⁰⁴.

A falta de fontes sobre esses vereadores não possibilita uma análise detalhada sobre seus vínculos e relações sociais no município, de forma que não podemos identificar seus possíveis interesses na transferência da “Vila Sebosa”.

Na mesma eleição de 1963, foi eleito Newton Princivalli da Silva Reis com 2709 votos e seu vice João Batista Berardo com 2695 votos. Disputando as eleições com Newton Reis nesse ano, estava João José Said, que obteve 1643 votos, e seu vice Adhemar Benedine, 1442. Um terceiro candidato, Olimpio Freiria Filho, obteve 74 votos, e seu vice Amaro Fioravante, 79²⁰⁵.

Desde a eleição de 1956, quando Newton Reis ganhou e exerceu sua primeira gestão até 1961, surgiram duas grandes correntes políticas no município, que permaneceram até final da década de 1980: “os papos amarelos” e “os escorpiões”. Os papos amarelos eram apoiadores de Newton Reis, e os escorpiões eram sua oposição, representada por candidatos diferentes em cada eleição²⁰⁶. Percebemos que Newton Reis tinha força política na cidade, tendo muitos apoiadores e sido eleito para quatro mandatos em diferentes épocas.

202 Obtivemos essas informações a partir de pessoas de sua família, pois não encontramos nenhum registro documental sobre Arlindo. Diante disso, é possível observar que talvez Arlindo não tenha estabelecido relações sólidas no município nos anos que nos convém. Apesar de ter sido eleito vereador por dois mandatos seguidos, não temos mais elementos que possam indicar suas relações.

203 A informação de seu casamento com Emirene Tostes foi fornecida por munícipes de Jardinópolis.

204 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

205 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

206 Cf. ELIAS, Roberto. *Viajando na História...* Op. cit.; SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

Newton Princivalli da Silva Reis²⁰⁷ era filho de Plínio da Silva Reis e de Elza Princivalli da Silva Reis. Seu pai foi prefeito de Jardinópolis, nos anos de 1947 e 1948, e vereador entre 1948 e 1951. Sua mãe era filha de Salvador Princivalli e Michelina Pexe Princivalli²⁰⁸. Salvador residia com a família no centro da cidade, na rua Senador Joaquim Miguel, em frente à praça matriz. Foi maestro, professor de música no Colégio Sagrado Coração de Jesus e regente da banda Lyra Guarani.

Conforme descrevemos anteriormente, o pai de Plínio, avô paterno de Newton, foi Manoel Bernardes dos Reis. Manoel foi dono de fazendas, comércios e teatro em Jardinópolis, além de ter participado da fundação do município e política local. Diante disso, notamos que Newton Reis era uma pessoa com ascendência respeitada na cidade, podemos dizer que ele integrava uma das famílias que era parte da elite jardinopolense.

Newton foi vereador nos mandatos de 1960 a 1964 e 1973 a 1977. Atuou como prefeito nos anos de 1956 a 1960, 1964 a 1969, 1977 a 1983 e 1989 a 1993²⁰⁹.

Em 23 de setembro de 1951, Newton Reis casou-se com Labibe Saud²¹⁰. Labibe²¹¹ era filha de Manoel Saud, imigrante sírio, e Maria Saud, ambos comerciantes que se estabeleceram na cidade, no início do século XX.

Com seu casamento com Labibe, Newton estabeleceu um vínculo duradouro com a família Saud e, desta, com outras famílias, por exemplo, a Conti. Afirmamos isso, pois os padrinhos de seu casamento com Labibe foram seus pais, Plínio e Elza, e a irmã de Labibe, Nair Saud Conti, junto com seu esposo Biagio Conti²¹².

Os vínculos de matrimônio efetivados na família de Newton, desde seus tios, pais e irmãos, assim como o seu próprio, são indicativos de uma estratégia desses indivíduos para manter e ampliar as posses de suas famílias junto a outras. Assim como sua integração na

207 Newton Reis nasceu em 12/10/1927. Registro do batizado de Newton Princivalli da Silva Reis no dia 24 de dezembro de 1927. *Batizados*, livro 16 (1927-1928). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.89.

208 Salvador Princivalli veio para o Brasil da Itália com seus pais, residindo primeiramente em Franca, onde se casou com Michelina. Posteriormente, transfere residência para Ribeirão Preto, e em 1915 vem com a família para Jardinópolis. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

209 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

210 Registro do casamento de Newton Princivalli da Silva Reis com Labibe Saud Reis no dia 23 de setembro de 1951. *Livro de casamento nº8* (17/08/1947-28/09/1957). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.79.

211 Labibe nasceu em 26/11/1928 e se formou professora em 1946 pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus. Faleceu em 1987. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

212 O pai de Biagio, Germano, tinha uma fábrica de calçados na cidade, fundada em 1946, na rua Altino Arantes, próximo de onde localizava-se a “Vila Sebosa”. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

família Reis é significativa para demonstrar a participação que tinha na herança material e imaterial de seus antepassados, representada nos bens materiais e nos laços estabelecidos antes de seu nascimento. Podemos indicar que essa herança na participação da política local, transmitida principalmente pelo seu avô, tio e pai, foi uma das contribuições para que Newton Reis promovesse carreira no cenário político e construísse uma imagem positiva a seu respeito, que se perpetuaria na memória de Jardinópolis até os dias atuais.

Ademais, a indicação de que a família de sua mãe, de seu pai e de sua esposa mantinha propriedades na área central da cidade contribui para que possamos apontar seu desejo – pois foi ele o autor do projeto de lei – de retirar a “Vila Sebosa” do lugar onde era localizada, o que servia para garantir a manutenção desse espaço para usufruto de sujeitos da classe dominante de Jardinópolis²¹³.

Tentaremos mostrar, por meio dos indícios observados, como essa mesma lógica pode ter inspirado muitos dos outros vereadores a compactuarem com o prefeito na decisão de transferir a vila para o local denominado “Cidade Operária”.

Jorge Saud Sobrinho²¹⁴ foi vereador dos anos de 1956 a 1987, sendo que em 1964 era presidente da Câmara. Formou-se em Medicina em Belo Horizonte, Minas Gerais, onde conheceu Minas Cimini, com quem se casou em 1949²¹⁵.

Jorge era filho de Manoel e Maria Saud, comerciantes que fixaram seus estabelecimentos no centro da cidade, conforme apresentado no tópico anterior. Por causa do casamento de sua irmã Labibe com Newton Reis, os dois eram cunhados. Esse vínculo entre Newton e Jorge poderia ter facilitado a aprovação do projeto de lei que buscava retirar a “Vila Sebosa” do centro, já que o primeiro era prefeito e o último presidente da Câmara.

Não temos mais informações de outros vínculos que Jorge possa ter estabelecido, os quais contribuíram para seu possível interesse em retirar a vila do local onde se encontrava. Por ter se casado com Minas e ter vivido um tempo em Belo Horizonte, essa análise é dificultada. Sabemos que seus filhos estabeleceram casamentos com pessoas de famílias

213 Os vínculos estabelecidos por Newton Reis podem ser visualizados na figura 11.

214 Jorge Saud Sobrinho nasceu em 26/04/1920. Registro do batizado de Jorge Saud Sobrinho no dia 26 de abril de 1921. *Batizados*, livro 12 (1921-1922). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.2.

215 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

influentes como a Rassi e a Fiacadori, que apresentamos em tópico anterior. Mais adiante, demonstraremos essas relações²¹⁶.

Luiz Muniz Barbosa²¹⁷ ocupou o cargo de vereador somente no mandato de 1964 a 1968, não tendo um histórico de eleições ganhas na política no município. Era filho de Manoel Muniz Barbosa e Maria Assunção Barbosa. Manoel Muniz Barbosa foi um dos adquirentes da Empresa Telefônica de Jardinópolis, em 1921. Em 1939, a empresa passou a cargo da prefeitura e Manoel foi nomeado encarregado. Em decorrência da aposentadoria do pai, em 1951, Luiz Muniz Barbosa ocupou seu lugar na empresa.

Em 04 de julho de 1934, Luiz se casou com Geraldina Bernardes Barbosa²¹⁸. Depois que passou a ocupar o cargo de encarregado do Centro Telefônico, sua esposa foi contratada para ser telefonista na empresa, em 1952.

Não identificamos indícios que pudessem contribuir para demonstrarmos os interesses que Luiz Barbosa poderia ter na retirada da vila do centro em 1964. As relações que conseguimos reconstituir sobre tal sujeito não foram suficientes para indicar como este teria sido beneficiado com a transferência do local para a periferia. No entanto, a partir das informações que elencamos, podemos afirmar que ele tinha poder aquisitivo devido ao cargo que ocupava na Empresa de Telefonia da cidade e que, portanto, poderia compactuar com a ideia de retirar os moradores da vila do espaço central. Fazemos essa sugestão, pois ela é concebível se considerarmos o desejo que as pessoas de grupos dominantes tinham de conservar o centro como lugar de reprodução material e cultural de seu modo de vida.

Turíbio Berardo foi eleito vereador para o mandato de 1964 a 1968 e depois de 1969 a 1972. Era filho de imigrantes italianos que se estabeleceram em Jardinópolis, em 1916²¹⁹. Nasceu no dia 11 de junho de 1906 e seus padrinhos de batismo foram o casal Egydio Costacurta e Ângela Tim²²⁰. Conforme citamos no tópico que tratamos da família Costacurta, Egydio era filho de Giuseppe, patriarca da família em Jardinópolis. Portanto, podemos afirmar

216 As relações de Jorge podem ser observadas na figura 11, e os vínculos estabelecidos pelo casamento de seus filhos, na figura 12.

217 Luiz Muniz Barbosa nasceu em São Simão, provavelmente em 20/05/1911.

218 Registro do casamento de Luiz Muniz Barbosa com Geraldina Bernardes Barbosa no dia 04 de julho de 1934. *Livro de casamento nº6* (1932-1937). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.84.

219 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

220 Registro de batizado de Turíbio Berardo no dia 29 de outubro de 1906. *Batizados*, livro 3 (s/d). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.88. Para visualizar a posição de Egydio na árvore genealógica da família Costacurta, vide figura 10.

que os pais de Turíbio tinham uma relação próxima com a família Costacurta, especialmente de Egydio.

Turíbio se casou em 20 de janeiro de 1940 com Leonor Fernandes da Silva Berardo²²¹. Seus padrinhos de casamento foram Fabio de Assis Cardoso e Domingos de Paula Licco²²². Domingos era proprietário da balsa que fazia a travessia do rio Pardo, a qual dividia Jardimópolis de Ribeirão, quando a ponte que fazia a ligação entre os dois municípios foi interditada, em 1928. Uma de suas filhas, Clarice, casou-se com Itamar Berardo, irmão de Turíbio.

É de se notar a relação que a família de Turíbio mantinha com outras que detinham influência econômica e política na cidade, como era o caso dos Costacurta. Assim como a proximidade que seu padrinho de casamento, Domingos de Paula Licco, tinha com seu irmão, Itamar Berardo, que repercutiu na efetivação do casamento de uma de suas filhas com o mesmo.

A família Berardo teve influência em várias áreas, sendo seus membros: políticos, professores, escritores, médicos, magistrados e agricultores. Detinha terras desde o início de sua estabilidade no município. Outro membro da família, personagem ativo na política local, foi João Batista Berardo, vice-prefeito de Newton Reis, em 1964. Ele era sobrinho de Turíbio, filho de seu irmão Orestes e Maria Fávaro Berardo²²³.

Os vínculos de apadrinhamento e parentesco que Turíbio carregava são indícios reveladores das relações que o mesmo constituiu com indivíduos que acumularam posses e, em certa medida, influenciaram na política local. Essas relações podem ser entendidas como estratégias arquitetadas por esses grupos no intuito de maximizar seus ganhos. Levando em conta o perfil dos sujeitos que apresentamos, assim como o do próprio Turíbio, podemos indicar o interesse dessas famílias em manter o centro como um espaço exclusivo para usufruto dos grupos dominantes.

221 Leonor era filha de João Fernandes da Silva e de Maria Juliana Pereira Lima, irmã do coronel Joaquim Pereira Lima, que já tratamos em nosso texto. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardimópolis...* Op. cit.

222 Registro de casamento de Turíbio Berardo e Leonor Fernandes da Silva Berardo no dia 20 de janeiro de 1940. *Livro de casamento nº7* (1937-1947). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardimópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.89.

223 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardimópolis...* Op. cit.

Augusto Brigliadori²²⁴ foi vereador de Jardinópolis nos mandatos de 1956 a 1959, 1960 a 1963, 1964 a 1968 e, posteriormente, de 1973 a 1976. É integrante de uma das famílias mais numerosas da cidade, que ao longo do tempo estabeleceu relações com diversas outras²²⁵. Era filho dos imigrantes italianos, Rafael Antônio Brigliadori e Maria Brazzarola Brigliadori²²⁶, que tinham posse sobre a Fazenda Flora – posteriormente, parte da fazenda foi comprada por Egydio Costacurta.

Em 24 de maio de 1947, Augusto casou-se com Odisseia Fiacadori. Ela era filha de André Fiacadori e Angela Marchiorato Fiacadori, outra família de imigração italiana. Observando passagens anteriores de nosso texto – e também a figura 8 – podemos notar que Odisseia Fiacadori era sobrinha de Stella Fiacadori, irmã de André, que foi casada com Carlo Costacurta. Essas informações podem indicar uma relação de amizade existente entre essas famílias, perpetuadas pelos vínculos de casamento entre seus descendentes. Essa proximidade também pode ser notada na aquisição de uma parte da fazenda pertencente aos Brigliadori, por Egydio Costacurta, que foi padrinho de Turíbio Berardo²²⁷.

Os padrinhos do casamento de Augusto e Odisseia foram os casais: Claudionor Dib e Olga Elias Dib e Nelson e Vitória Fiacadori²²⁸. Nelson e Vitória eram irmãos de Odisseia, e o casal Claudionor e Olga eram comerciantes descendentes de sírios, conforme apresentamos em tópico anterior, no qual demos mais detalhes sobre os dois.

A efetivação desses vínculos em torno de Augusto Brigliadori e sua família corrobora para a explicação que estamos buscando indicar de que os mesmos constituíam uma estratégia que viabilizava a ampliação das redes de influências dos indivíduos citados e a acumulação de bens materiais que as partes detinham. Desse modo, podemos sugerir que a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” poderia fazer parte dos interesses desse grupo à medida que a

224 Augusto nasceu em 14/11/1924. Registro de batizado de Augusto Brigliadori no dia 11 de janeiro de 1925. *Batizados*, livro 14 (1924-1925). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.113.

225 Não cabe aqui apresentar os casamentos de todos os membros da família Brigliadori, mas segundo é demonstrado no livro que estamos utilizando para buscar informações sobre as pessoas que integram nossa pesquisa, os vínculos que os Brigliadori perpetuaram ao longo de sua história foram com variadas famílias. Como o exemplo que já apresentamos, Maria Brigliadori, mãe de Jorge Saquy, autor do livro sobre Jardinópolis, é irmã de Augusto e casou-se com Mauro Jorge Saquy, filho dos imigrantes sírios Alexandre e Maria Elias Saquy. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

226 Rafael era filho de Francisco e Maria Monti Brigliadori, naturais da Itália. Ele veio para o Brasil com sua família em 1898. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

227 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

228 Registro de casamento de Augusto Brigliadori com Odisseia Helena Fiacadori Brigliadori no dia 24 de maio de 1947. *Livro de casamento nº7* (1937-1947). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.393.

presença de trabalhadores pobres residindo no centro na cidade atrapalhava a conservação desse espaço como local de troca e o predomínio de lugares representativos da “ordem” e do “progresso”²²⁹.

Milton Lamonato²³⁰ foi vereador somente no mandato de 1964 a 1968. Seu pai, Antônio Lamonato, foi pioneiro no transporte coletivo do município, inaugurando linhas para Ribeirão Preto e Orlândia. Seu irmão, Hilton Lamonato, foi proprietário da “Granja Santa Luzia”, que no ano de 1958 foi ampliada para criação de aves e corte²³¹.

Até aqui, notamos que a família de Milton tinha papel ativo na economia do município, tanto na área rural quanto na cidade. A permanência dessa influência foi ampliada com seu casamento com Wanda Mariani, no dia 06 de janeiro de 1939²³². Wanda era filha de João e Aida Corazza Mariani, apresentados no tópico das famílias italianas. Nesse sentido, por meio da aliança matrimonial concretizada com Wanda, Milton aumentou sua rede de relações com a inclusão das famílias Corazza e Mariani²³³.

Os padrinhos de seu casamento foram Eugênio Lamonato, tio paterno de Milton, e João Said, filho de Miguel e Abbadica Said, comerciantes sírios que apresentamos no tópico sobre os sírios-libaneses.

Além das famílias de sua esposa e de sua própria, é relevante percebermos a amizade que Milton mantinha com João Said, já que o mesmo foi seu padrinho de casamento, lembrando que os vínculos de amizade são socialmente operativos, no qual é estabelecida uma relação de confiança e reciprocidade e o intercâmbio de favores e serviços.

João formou seu patrimônio no município a partir de atividades agrícolas e comerciais, algumas delas em sociedade com o irmão, Tuffy. Registrou sua passagem no legislativo nos anos de 1952 a 1955 e, conforme citamos anteriormente, João Said disputou as eleições de 1963 com Newton Reis.

229 Apontamos o vínculo de Augusto com Odisseia, e a posição dessa na família Fiacadori e suas relações, na figura 10.

230 Milton nasceu em 16/03/1917. Era filho de Antônio e Luiza Bonadio Lamonato. Registro de batizado de Milton Lamonato no dia 07 de outubro de 1918. *Batizados*, livro 10 (1918-1919). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.75.

231 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

232 Registro de casamento de Milton Lamonato com Wanda Alice Mariani no dia 06 de janeiro de 1939. *Livro de casamento nº7* (1937-1947). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.44. O casal teve os filhos: Milton Filho, Flávio e Ida Luíza. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

233 Demonstramos na figura 10 o vínculo de Milton com a família Mariani – e as relações dessa com demais famílias – através de seu casamento com Wanda.

Milton, portanto, era um sujeito que tinha relações com várias pessoas influentes. Contando sua própria família, seu casamento com Wanda e sua amizade com João Said, seus vínculos indicavam a conservação do seu universo valorativo à medida que os estabelecia entre seus pares. Sua rede de influência política e econômica pode dar indícios do interesse que ele e as pessoas ao seu redor pudessem ter tido em fazer desaparecer a “Vila Sebosa” do centro.

José Gabriel (Jair Saquy)²³⁴ ocupou o cargo de vereador em Jardinópolis nos mandatos de 1964 a 1968 e 1969 a 1972. Seus padrinhos de batismo foram José Elias Júnior e Avduquia Dib²³⁵, ambos descendentes de sírios que imigraram para Jardinópolis no início do século XX. Esse vínculo de apadrinhamento demonstra a relação próxima de amizade que esse grupo mantinha entre si, perpetuada no compadrio estabelecido entre os padrinhos e os pais dos indivíduos batizados.

Conforme apresentamos no tópico sobre os sírios-libaneses, José Elias Júnior possuía um armazém de secos e molhados estabelecido no centro da cidade. Era filho de José Elias, um dos proprietários da Fábrica de Chapéus Londrinos, e irmão de Olga Elias Dib, que foi casada com Claudionor Dib, ambos donos de um depósito localizado ao lado da fábrica, e padrinhos do casamento de Augusto e Odisséia Briigliadori. Ademais, José Elias Júnior era casado com Fany Costacurta, filha de Carlo e Stella, que apresentamos anteriormente²³⁶.

José Gabriel casou-se com Neila Aparecida Costacurta, no dia 20 de novembro de 1954²³⁷. Neila era filha de Ernesto Costacurta, filho de Egydio, portanto, bisneta de Giuseppe Costacurta. Já identificamos alguns vínculos que a família Costacurta manteve com outros vereadores, por exemplo, o fato de Egydio ter sido padrinho de batismo de Turíbio Berardo,

234 José Gabriel nasceu no dia 21/02/1933. Foi batizado com esse nome, porém no livro sobre as famílias de Jardinópolis, o autor se refere a ele como “Jair Saquy”. Seus pais eram Gabriel José e Amélia Elias José. Pelo que percebemos, seu pai era membro da família Saquy. Talvez por algum erro de registro ou mudança na imigração, não sabemos ao certo, o sobrenome foi alterado. Achamos isso, pois, dois irmãos de José Gabriel foram registrados com o sobrenome Saquy, Emílio e Jamil, entretanto, seus outros irmãos, José Elias, Júlia, Nilce e Nair possuem o sobrenome Gabriel.

235 Registro de batizado de José Gabriel no dia 11 de março de 1933. *Batizados*, livro 18 (1930-1935). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.128.

Não temos informações sobre quem era Avduquia Dib, mas pensamos que talvez ela poderia ter algum parentesco com Claudionor, e consequentemente, uma proximidade com Olga e José Elias Júnior. Sabemos que ela não era esposa de José Elias Júnior, pois este se casou com Fany Costacurta. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

236 Podemos observar essas relações na Figura 10.

237 Registro de casamento de José Gabriel e Neila Aparecida Costacurta Gabriel no dia 20 de novembro de 1954. *Livro de casamento nº8* (17/08/1947-28/09/1957). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.52.

assim como buscamos demonstrar as relações que alguns de seus integrantes tinham com outras famílias com poder aquisitivo e influência política no município.

Nesse sentido, percebemos que o matrimônio de José Gabriel com Neila contribuía para a conservação do patrimônio de ambas famílias e, também, a ampliação de suas redes que resultaram na viabilização da concretização de seus interesses na cidade. Para enfatizar a indicação feita é relevante também citarmos os padrinhos do casal: Emílio Saquy, irmão de José Gabriel, e Ágele Costacurta, tio de Neila, irmão de Ernesto²³⁸.

Apresentamos anteriormente no texto que as famílias Costacurta e Saquy tinham estabelecimentos comerciais no centro, bem como possuíam fazendas na região de Jardinópolis. Desse modo, podemos considerar que havia a possibilidade de as mesmas estarem de acordo com a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a periferia, pois o centro continuaria consolidado como espaço de apropriação de grupos do topo da hierarquia social.

Não temos muitas informações acerca da família de Alberto Rinaldi²³⁹ e de sua esposa, mas temos alguns conhecimentos sobre ele, que podem contribuir para nossa análise. Alberto foi vereador de 1960 a 1976, por vários mandatos ininterruptos. Era filho de Luiz – prestador de serviços à prefeitura – e Maria Zamai Rinaldi. Um de seus irmãos, Welson, casou-se com Maria de Lourdes Brigliadori, prima de Augusto Brigliadori, um dos vereadores em exercício no ano de 1964²⁴⁰. Essas observações contribuem para apontarmos a existência de relações entre a família Rinaldi e outras que tinham certa influência política e econômica no município. Outro exemplo que demonstra essa indicação é o de Rosina Rinaldi – filha de Romulo e Maria Luch Rinaldi – que concretizou aliança matrimonial com José Nassif, imigrante sírio que era proprietário de um açougue nas primeiras décadas do século XX.

Os padrinhos de batismo de Alberto foram: Romulo Rinaldi e Luiza Zamai²⁴¹. Não temos certeza disso, mas pensamos que Romulo era irmão de Luiz Rinaldi, e Luiza, irmã de Maria Zamai. Ele casou-se no dia 28 de outubro de 1951 com Alice Abrahão²⁴².

238 O vínculo de José Gabriel com Neila está pontuado na genealogia da família Costacurta, como podemos observar na figura 10.

239 Alberto nasceu em 09/07/1928.

240 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

241 Registro do batizado de Alberto Rinaldi no dia 15 de agosto de 1928. *Batizados*, livro 16 (1927-1928). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.167.

242 Registro de casamento de Alberto Rinaldi com Alice Abrahão Rinaldi no dia 28 de outubro de 1951. *Livro de casamento n°8* (17/08/1947-28/09/1957). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.82.

João Nasser²⁴³ foi vereador somente no mandato de 1964 a 1968 e prefeito de 1969 a 1972. Descendente de sírios-libaneses, João veio com o avô de Cambreúva para Jardinópolis, onde exerceu várias atividades como funcionário na Fábrica de Chapéus Londrinos, no comércio com o sogro, Felipe José Corrêa, e na compra e venda de café.

Podemos observar as relações de proximidade e, talvez até de amizade, que João mantinha com outras famílias sírias do município. Esses laços estabelecidos por ele permitiram a realização de seu casamento com Alzira Corrêa, filha de Felipe e Catarina Corrêa, ambos comerciantes sírios, pelo qual perpetuou um vínculo duradouro com a família.

A cerimônia de seu matrimônio com Alzira foi realizada no dia 27 de dezembro de 1937²⁴⁴. Seus padrinhos de casamento foram: Salim Hueb e Cláudio Campi, ambos casados com as irmãs de Alzira, Zulmira e Lúcia, respectivamente²⁴⁵. Esse registro aponta para a existência de uma proximidade entre João e seus cunhados, que conforme podemos observar pelo sobrenome, um deles era também descendente de sírio-libaneses.

Esses vínculos que indicamos, principalmente o casamento entre João e Alzira, podem apontar para o apoio de João Nasser ao projeto de Newton Reis de retirar a “Vila Sebosa” do centro, pois eram sujeitos com posses e a família de sua esposa tinha propriedade comercial na área central.

José D’Afflito²⁴⁶ foi vereador somente no mandato de 1964 a 1968. Sabemos que ele se casou com Leonira Malvestio, no dia 30 de maio de 1950. Residia com a mãe no distrito de Jurucê, assim como sua esposa com a família dela²⁴⁷. Sobre ele não temos muito o que comentar. Não encontramos maiores informações sobre os vínculos que o mesmo ou sua família estabeleceram, somente o que apresentamos. Talvez pelo fato de morar no distrito de Jardinópolis, Jurucê, ele não mantivesse relações próximas com os grupos dominantes locais, porém, essas são especulações que fazemos.

243 João Nasser nasceu em Cambreúva, no dia 20/10/1913. Seus pais foram Jorge e Júlia Nasser, ambos falecidos quando ainda era criança. Foi criado pelo avô com quem veio para Jardinópolis. Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

244 Registro de casamento de João Nasser com Alzira Corrêa Nasser no dia 27 de dezembro de 1937. *Livro de casamento n°7* (1937-1947). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, p.4.

245 Cf. SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

246 José D’Afflito nasceu em Bonfim Paulista, no dia 29/10/1923. Seus pais eram João D’Afflito (já falecido na data de seu casamento) e Maria Davauza.

247 Registro de casamento de José D’Afflito com Leonira Maslvestio D’Afflito. *Livro de casamento n°8* (17/08/1947-28/09/1957). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.52.

Sobre Manoel Abrão Filho não temos muitas informações. Ele nasceu no dia 02 de julho de 1933, era filho de Manoel Abrão e de Maria Joaquim da Silva. Pelo sobrenome, acreditamos que Manoel tem ascendência síria. Apesar da falta de fontes a seu respeito, sabemos que seus padrinhos de batismo foram Julio de Carmargo Moraes e Aracy Gomes de Moraes²⁴⁸. Esse documento é importante para observarmos o vínculo de amizade que os pais de Manoel poderiam ter com o casal.

Essa relevância se apresenta, pois Julio era farmacêutico em Jardinópolis e sua farmácia era cenário de encontros políticos. Ele foi vereador de 1923 a 1930 e prefeito de janeiro a março de 1931. Inclusive, conforme citamos em outro momento do texto, Júlio de Camargo Moraes era membro da Câmara quando foi aprovada a doação do terreno para ser construída a Fábrica de Chapéus Londrinos²⁴⁹.

No registro de batismo de Manoel, não consta seu casamento, portanto, não temos informações que possibilitem uma análise de relações mais efetivas que o mesmo possa ter estabelecido.

Buscamos todas as informações possíveis acerca do prefeito e dos vereadores em exercício no ano de 1964, quando ocorreu a transferência dos moradores da “Vila Sebosa”. Procuramos, nesse sentido, identificar as relações que os mesmos mantinham com indivíduos, sejam parentes, padrinhos, esposas ou amigos, os quais possuíam propriedades na área central da cidade, de forma que indicaria um possível interesse em retirar a vila de onde se encontrava. Ademais, quase sempre essas pessoas possuíam outros bens materiais, como fazendas, empresas, redes de comércio, entre outros estabelecimentos, o que contribuía para o aumento de sua influência na dinâmica econômica do município. Conforme percebemos ao longo dos vínculos que foram constituídos entre famílias pertencentes à elite de Jardinópolis, ter poder aquisitivo quase sempre significava obtenção de cargos políticos.

Desde o início do desenvolvimento de nossa análise, observamos que as famílias Costacurta e Mariani, além de acumular patrimônios, tiveram participação ativa na política, ocupando os cargos de prefeito e vereador. Percebemos que por meio dos vínculos de casamento, parentesco e apadrinhamento, alguns vereadores tinham uma relação direta com os descendentes dessas famílias, como foi o caso de Milton Lamonato, José Gabriel e Turíbio

248 Registro de batizado de Manoel Abrão Filho no dia 15 de agosto de 1933. *Batizados*, livro 18 (1930-1935). Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis. Arquidiocese de Ribeirão Preto, verso da p.154 e p.155.

249 Cf. ELIAS, Roberto. *Viajando na História...* Op. cit.; SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

Berardo, sendo eles mesmos também integrantes de famílias que tinham influência econômica e também política, conforme procuramos demonstrar nas relações de cada um.

Não temos informações que aponte que a família Fiacadori tivesse papel ativo na política local, porém, notamos os vínculos que alguns de seus integrantes constituíram com outras famílias influentes, como foi o caso do casamento de Stella Fiacadori com Carlo Costacurta, e o de Odisseia Fiacadori com o vereador Augusto Brigliadori.

Outro ponto importante para ressaltar é a articulação dos sírios e descendentes deles com membros do executivo e legislativo de Jardinópolis. Dos quatorze vereadores que estavam em exercício no ano de 1964, pelo menos três deles eram descendentes de sírios, João Nasser, Jorge Saud Sobrinho e José Gabriel. João casou-se com Alzira, filha de imigrante sírio e um dos padrinhos de seu casamento foi seu cunhado, Salim Hueb, que também fazia parte desse grupo. José Gabriel teve como padrinhos de batismo também integrantes de famílias sírias, José Elias Júnior e Avduquia, ressaltando que o pai de José Elias Júnior, assim como ele próprio, faziam parte dos grupos dominantes do cenário econômico do município.

Do restante, notamos a presença de sujeitos desse grupo em algumas alianças matrimoniais ou vínculos de apadrinhamento, seja de batismo ou de casamento. Como foi o caso de Newton Reis, que se casou com Labibe, filha de um sírio, sendo que sua irmã foi uma das madrinhas de seu casamento. Ou de Augusto Brigliadori, tendo como alguns dos padrinhos de seu casamento o casal Claudionor e Olga Elias Dib, inclusive esta era irmã de José Elias Júnior, padrinho de batismo de José Gabriel. Ou ainda, no caso do vereador Milton Lamonato, que provavelmente era amigo de João Said, que foi um dos padrinhos em seu casamento com Wanda Mariani.

A tentativa de reconstituir as relações mantidas pelos vereadores, por meio de vínculos de parentesco, amizade, casamento e apadrinhamento, com membros influentes na dinâmica econômica e política do município, ou que pertenciam a famílias que detinham essa influência, foi com o intuito de buscar possíveis interpretações para que ocorresse a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” do centro, constituindo a periferia da cidade em 1964.

Encontramos algumas limitações no exercício dessa pesquisa. A falta de fontes sobre alguns vereadores e os pontos frágeis de algumas informações que elencamos não possibilitaram a garantia de resultados sólidos para fazer considerações mais seguras sobre

nosso objeto. Nesse sentido, buscamos contornar essa questão analisando nossas fontes, a partir dos indícios que elas fornecem, fazendo apontamentos e indicações à medida que observamos ser possível.

Entendemos que essas limitações notadas fazem parte de uma primeira tentativa de trabalhar com análise de redes. Realizar uma pesquisa fazendo uso dessa ferramenta metodológica exige muito fôlego do historiador, por se tratar de uma perspectiva predominantemente analítica. Entretanto, a partir da identificação e análise de vínculos dos atores sociais envolvidos no processo histórico de transferência da vila, acreditamos ser possível apontar algumas considerações sobre o episódio.

Conforme apresentamos em tópico anterior, segundo uma interpretação do espaço urbano a partir da leitura da obra de Lefebvre, desde o final do século XVIII, o centro da cidade se transforma em valor de troca, buscando atender as demandas do capital e a manutenção de sua conservação por grupos dominantes. Percebemos que essa perspectiva se torna válida para abordarmos o desaparecimento da “Vila Sebosa” do centro, à medida que observamos a apropriação dessa localidade por sujeitos – e familiares – que detinham influência econômica e política em Jardinópolis.

Constatamos, a partir de indicações que pensamos ser viáveis, que as famílias apresentadas ao longo deste capítulo detinham estabelecimentos comerciais e residência – como foram os casos de José e Almerindo Mariani, José Elias, Manoel Saud, Vigílio Corazza, Joaquim Pereira Lima e Salvador Princivalli²⁵⁰ – na área central da cidade, ao mesmo tempo que indivíduos integrantes dessas mesmas famílias contribuíram para a determinação dos rumos do município a partir da ocupação de cargos políticos.

O intercâmbio de relações entre as famílias que apresentamos, nos vínculos estabelecidos entre o prefeito e os vereadores, possibilita um entendimento sobre a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” como uma estratégia manobrada por sujeitos de famílias influentes, política e economicamente, para garantir uma configuração urbana que os privilegiassem em detrimento dos pobres que moravam no local. Com a efetivação dessa medida, excluía-se socialmente tudo aquilo que era indesejado pelos mesmos, como forma de manter uma coerência urbana sustentada por uma hierarquia social.

Mesmo os vereadores que não formaram pontos essenciais em nossa rede – conforme apresentamos – a análise que fizemos sobre os demais, a partir dos vínculos que identificamos

250 Cf. ELIAS, Roberto. *Viajando na História...* Op. cit., p.124 e 125.

sobre cada um, não refuta as considerações que estamos buscando fazer sobre o espaço urbano, apenas indica as limitações que nossa pesquisa apresenta, e isso é reconhecido de nossa parte.

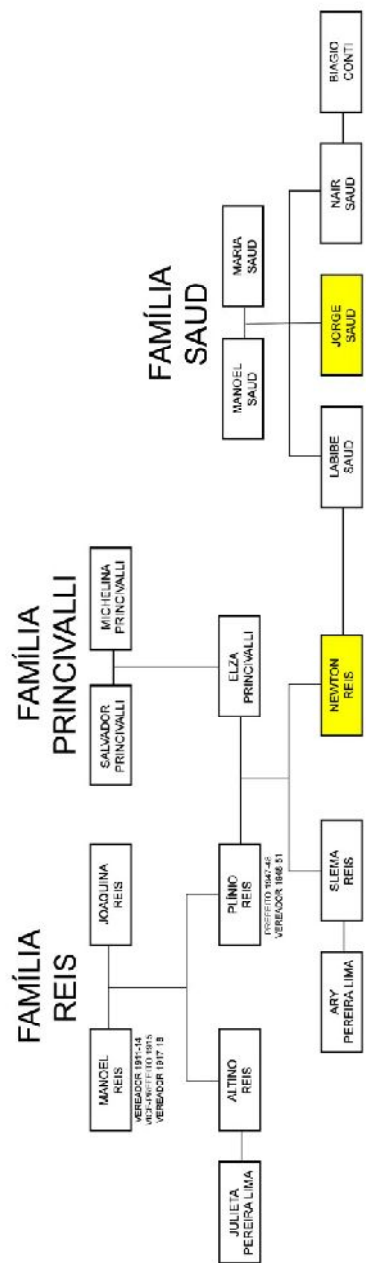
Para facilitar a compreensão de algumas informações que elencamos ao longo de nossa análise e discussão, construímos uma forma de visualização das relações que apresentamos. Infelizmente, não foi possível inserir todos os sujeitos citados. A tentativa de compor uma grande rede relacionando todos as pessoas que apresentamos, resultou em uma ilustração que mais confundiria do que esclareceria o leitor. Por isso que nos esforçamos para deixar claro no texto todos os vínculos do prefeito e dos vereadores em exercício no ano de 1964 que conseguimos reconstituir.

Desse modo, o que buscamos evidenciar nas figuras 10 e 11 foram as ligações que identificamos do prefeito Newton Reis e dos vereadores Milton Lamonato, José Gabriel, Augusto Brigliadori e Jorge Saud Sobrinho com as famílias tradicionais de Jardinópolis, que exerciam influência na política e/ou na economia do município desde sua formação.

251 Os quadros preenchidos de amarelo são os nomes dos vereadores em exercício no ano de 1964.



Figura 11 – Relação entre as famílias Reis, Princivalli e Saud anteriores a 1964²⁵².



252 Os quadros preenchidos de amarelo são os nomes do prefeito e vereador em exercício no ano de 1964.

Ao apresentar as figuras 10 e 11, nosso intuito foi o de demonstrar os vínculos que o prefeito e os vereadores possuíam com as famílias Corazza, Costacurta, Fiacadori, Mariani, Reis, Saud e Princivalli, conforme já detalhamos em nosso texto. A composição dessa ilustração, por meio da genealogia dessas famílias, foi feita à medida que identificamos os integrantes essenciais para nosso objetivo e seguimos com seus descendentes até chegar nos atores principais de nossa trama: as figuras políticas que ocupavam cargos no executivo e legislativo no ano de 1964.

Encaminhando para o final desse capítulo, faremos as últimas considerações acerca do processo de transferência dos moradores da “Vila Sebosa”, do centro para a “Cidade Operária”. Reunimos alguns documentos que contribuíram com informações, as quais servem de indícios para fazermos alguns apontamentos acerca do ocorrido com o terreno onde se localizava a “Vila Sebosa”. Afinal de contas, esse processo de mudança teve algum objetivo específico? Alguém estava especificamente interessado na compra e ocupação desse local? Essas são questões que buscaremos responder com as fontes que encontramos.

Na tentativa de perseguir o histórico do terreno em que ficava localizada a “Vila Sebosa”, nos foi fornecida pelo cartório de registro de imóveis de Batatais – Jardinópolis só foi ter autonomia da Comarca de Batatais em 1959, sendo que sua instalação no município ocorreu em 1965 – a certidão do terreno que abrangia as ruas São Sebastião, Altino Arantes e Américo Salles. Segundo informações constantes na certidão, em 21 de novembro de 1959, representada pelo procurador Wesson Alves Pinheiro, a Fábrica da Matriz de Nossa Senhora Aparecida moveu processo de Adjudicação contra Affonso Vitulli, sob sentença homologada pelo Juiz de Direito Roberto Tobias Mortari²⁵³. Nesse sentido, entendemos que o terreno citado estava em mãos de Affonso Vitulli até o ano de 1959, sendo que a Fábrica da Matriz Nossa Aparecida requereu e conseguiu retomar seu domínio direto e útil sobre o local.

A falta de fontes sobre a “Vila Sebosa” e seus moradores impede que façamos maiores considerações acerca desse local. Apesar da geógrafa Sandra Lencioni indicar no seu trabalho de mestrado que os moradores da vila pagavam aluguel, não conseguimos encontrar documentação sobre tal fato. A própria localização da “Vila Sebosa” só foi apontada como “centro” no projeto de lei que intencionava transferir seus moradores para a “Cidade Operária” e, por Sandra, o local da vila foi indicado como estabelecido no “alto da cidade”,

²⁵³ Certidão extraída da transcrição nº17.837. *Livro de Transcrições nº 3-S*. Arquivo do Cartório de Registros de Imóveis de Batatais – SP.

referente à parte antiga da mesma, onde Jardinópolis iniciou seu núcleo urbano²⁵⁴. Conforme já pontuamos, as informações que temos sobre o lugar onde se situava a “Vila Sebosa” são de antigos moradores da vila e de munícipes mais velhos, que se recordam de quando ocorreu a transferência dos moradores desse local para a atual “Vila Reis”. Mesmo que até então não conseguimos encontrar registros documentais sobre sua exata localização, é consenso em Jardinópolis – para quem tem conhecimento sobre a “Vila Sebosa” – afirmar que a mesma se encontrava entre as ruas São Sebastião, Altino Arantes (atual Tonico Said) e Américo Salles.

Portanto, diante dessas informações, pensamos que poderia ser relevante rastrear no cartório de imóveis de Jardinópolis o que foi feito do terreno após 1964, quando a “Vila Sebosa” desapareceu do centro da cidade. Dessa forma, poderíamos indicar outros fatores que influenciaram para que houvesse a retirada dos moradores da vila do centro da cidade.

Foi-nos fornecida pelo cartório de registro de imóveis de Jardinópolis a certidão do terreno que abrangia as mesmas ruas que mencionamos anteriormente, o documento era continuação do que se encontra arquivado no cartório de imóveis de Batatais. Nele, consta informações de que no dia 07 de abril de 1987, Adib Rassi adquiriu o local por meio de sua compra²⁵⁵.

Conforme apresentamos no tópico sobre os sírios-libaneses, Adib Rassi era imigrante sírio que garantiu a estabilidade econômica sua e de sua família, constituindo e fazendo parte do “Grupo Rassi”, em Jardinópolis. As empresas da família Rassi reunia: a “Indústria e Comércio de Cereais Rassi Ltda.”, o “Armazéns Gerais”, a “Agropecuária Rassi”, a “Cojauto” e o “Automóveis e Posto Rassi”. Todas tinham participação ativa na economia do município, tanto no campo quanto na área urbana. Nos anos de 1974 e 1975, Adib ganhou o prêmio de maior produtor de algodão do estado de São Paulo e, em 1980 e 1986, recebeu mérito de maior produtor de leite individual do Brasil²⁵⁶. A conquista dessas premiações por Adib, aponta para o grande poder aquisitivo que ele possuía, assim como seu importante papel para o setor agrícola de Jardinópolis.

No entanto, a compra do terreno que se localizava a “Vila Sebosa”, feita por Adib Rassi no ano de 1987, não preenche a lacuna de informações que existe sobre o local em

254 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit.

255 Certidão extraída da matrícula nº4039. *Registro geral Livro nº2*. Arquivo do Cartório de Registros de Imóveis de Jardinópolis – SP.

256 SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

questão nos vinte e dois anos que decorreram a transferência dos moradores da vila. Desse modo, qual a relevância da apresentação que estamos fazendo no momento?

Pois bem, não temos fontes suficientes para afirmar ou comprovar o que aconteceu com o terreno em que habitavam os moradores da “Vila Sebosa” logo após sua transferência, porém, encontramos um recorte de jornal que nos dá indícios sobre a incógnita em questão. No dia 16 de junho de 1985, o jornal “A Cidade de Jardinópolis” veiculou a notícia de um incêndio que ocorreu no galpão em que a “Indústria e Comércio de Cereais Rassi Ltda.” armazenava algodão. “No dia 9 do corrente, por volta da zero horas e trinta minutos um incêndio alastrou-se pelos fardos de algodão do barracão situado à rua Américo Sales, de propriedade das Indústrias RASSI.”²⁵⁷.

O incêndio que aconteceu em Jardinópolis em junho de 1985 ocorreu no barracão de algodão de propriedade da família Rassi. Esse barracão, por sua vez, ficava localizado no mesmo endereço, onde até 1964 existiu a “Vila Sebosa”. A aquisição formal do terreno foi feita somente em 1987 por Adib Rassi, conforme indica a certidão do cartório de imóveis de Jardinópolis. Nesse sentido, em que situação legal se encontrava o local que estava sendo ocupado pela família Rassi, mesmo sem essa ter ainda realizado sua compra? Essa é uma questão que infelizmente não conseguimos responder. A ausência de fontes não permite que façamos afirmações concretas. Todavia, podemos fazer indicações a partir das informações que apresentamos.

Diante da exposição que fizemos, é possível indicar que Adib Rassi ocupava o terreno onde ficava localizada a “Vila Sebosa”, já no ano de 1985, portanto, antes de sua compra, realizada em 1987. Dessa forma, existe a possibilidade da transferência dos moradores da vila ter sido feita para atender o desejo da família Rassi, especificamente de Adib, de utilizar o terreno em questão como sede de uma das suas empresas. Essa estratégia, que poderia ter sido arquitetada por Adib Rassi, pelo prefeito e por alguns vereadores em exercício no ano de 1964, resolveria duas questões com uma só solução: os moradores da “Vila Sebosa” seriam transferidos para a “Cidade Operária”, de forma que a vila desaparecia do centro e as empresas da família Rassi seriam beneficiadas com um terreno na área central da cidade. Fazemos esse apontamento, pois a amizade existente entre Newton Reis, Adib Rassi e Jorge Saud Sobrinho era fato conhecido das pessoas que conviveram com os mesmos²⁵⁸. Essa relação, conforme aponta José María, contribui para a constituição de vínculos socialmente operativos, no qual

257 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 16/06/1985.

258 SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit.

são estabelecidas relações de confiança e reciprocidade e o intercâmbio de favores e serviços²⁵⁹.

Podemos observar a extensão dessa relação construída pelos três na efetivação de casamentos entre seus filhos e filhas, ou como no caso do próprio Newton Reis, no seu casamento com a irmã de Jorge, Labibe. Conforme pontuamos de forma recorrente em nosso texto, as alianças matrimoniais são significativas para a consolidação e ampliação da rede de influência de determinados grupos familiares. O casamento entre membros da elite de uma pequena cidade como Jardinópolis certamente favorece a conservação das mesmas famílias no topo da hierarquia social, mantendo seus privilégios junto a setores de influência no município, tanto econômico quanto político.

Nesse sentido, na próxima figura, é possível visualizar os vínculos constituídos entre as famílias Rassi, Saud e Reis até o ano de 1987, quando Adib Rassi efetivou a compra do terreno em que ficava localizada a “Vila Sebosa”. Adib Rassi Filho, filho de Adib Rassi, casou-se com Rosa Saud, filha de Jorge Saud Sobrinho. Ivone Aparecida Rassi, filha de Adib, casou-se com Mário Sérgio Saud Reis, filho de Newton Reis. Neuza Maria Rassi, sobrinha de Ivone, esposa de Adib, casou-se com Carlos Alberto Cimini Saud, filho de Jorge Saud Sobrinho²⁶⁰.

Para além desses vínculos matrimoniais constituídos entre essas três famílias, podemos notar também a relação existente entre as famílias Fregonesi, Saquy, Mariani, Fiacadori, Pereira Lima e Lamonato, que foram alvo de discussões feitas anteriormente.

As irmãs Luciana e Silvana Cozac Saquy, que se casaram com os filhos de Adib, Aziz e Jorge, são filhas de Jorge Saquy e Fádua Cozac Saquy. Jorge Saquy era filho de Alexandre Saquy, apresentado no tópico sobre sírios-libaneses. A família possuía grande influência na economia do município, principalmente tratando-se do setor agrícola²⁶¹.

Francisco Mariani, casado com Maria Aparecida Rassi, filha de Adib, é neto de João Mariani, portanto, sobrinho de Wanda Mariani, que foi casada com Milton Lamonato, um dos vereadores em exercício no ano de 1964, conforme apresentamos anteriormente²⁶².

259 BEUNZA, José María Imízcoz. Las redes sociales de las élites... Op. cit.

260 SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis*... Op. cit.

261 Idem.

262 Idem.

Sílvia e Lourdes Fiacadori eram irmãs, casadas, respectivamente, com Carlos Henrique Saud Reis, filho de Newton Reis, e com Luiz Carlos Cimini Saud, filho de Jorge Saud Sobrinho. Ambas eram filhas de Nelson Fiacadori, conforme indicamos na figura 10.

Por fim, Dulce Maria Lamonato, casada com Luiz Augusto Saud Reis, filho de Newton, era filha de Dulce Abdo Lamonato e José Lamonato, irmão de Milton Lamonato.

Apesar de não termos apresentado mais detalhes sobre as famílias Fregonesi e Pereira Lima, ambas são tradicionais em Jardinópolis. Seus pioneiros vieram para o município no início de sua fundação, participando ativamente do setor econômico ou da política local²⁶³.

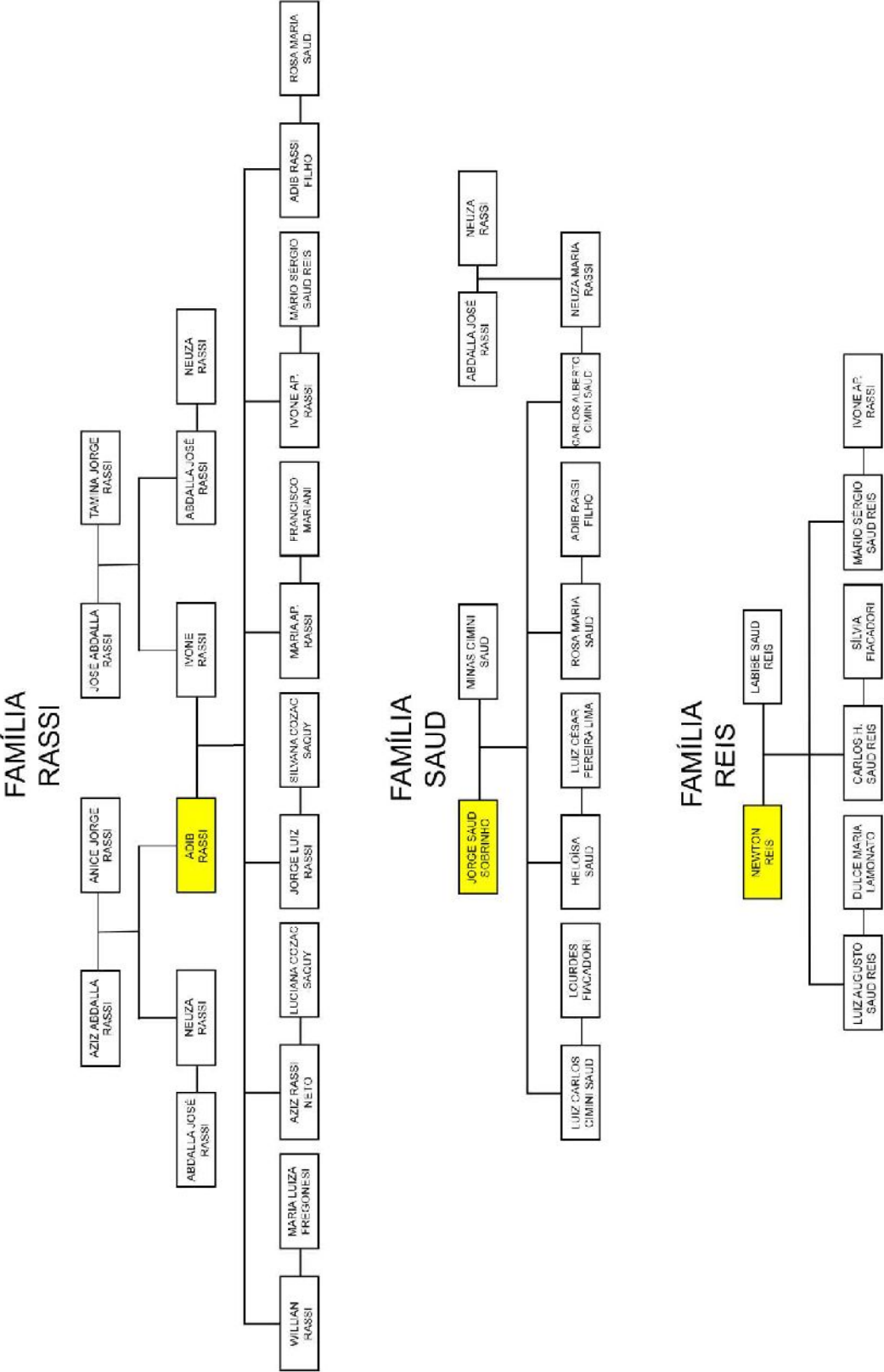
Nesse sentido, além de todas as considerações feitas sobre os vínculos e as relações que procuramos reconstituir do prefeito Newton Reis e dos vereadores eleitos para o mandato de 1964 a 1968, buscamos acrescentar algumas informações sobre os possíveis interesses de Adib Rassi em adquirir o terreno onde ficava localizada a “Vila Sebosa”, o que poderia ter contribuído para a aprovação do projeto que transferiu os moradores da vila para a “Cidade Operária”. Ressaltamos que essas informações serviram apenas como indícios para fazermos apontamentos sobre o episódio em questão, não tivemos a pretensão de provar ou afirmar nada além do que foi possível observar nas fontes que selecionamos.

A apresentação que fizemos – conforme figura 12 – dos vínculos por casamentos constituídos pelos filhos de Jorge Saud Sobrinho, Newton Reis e Adib Rassi, foi com o objetivo de demonstrar como a concretização dos possíveis interesses de Adib pelo terreno onde ficava localizada a “Vila Sebosa”, pode ter sido facilitada pela relação de amizade que o mesmo mantinha com o poder político local. A extensão dessa relação aos seus filhos, por meio das alianças matrimoniais indicadas, contribui para reforçarmos a análise percorrida ao longo desse capítulo, acerca da composição de redes sociais por membros da elite para conservação de seus privilégios e a posição na hierarquia social, ampliando suas influências no setor econômico e político de Jardinópolis.

No próximo e último capítulo de nossa dissertação, abordaremos o processo de consolidação do bairro “Vila Reis” – antiga “Cidade Operária” – e a figura política de Newton, buscando indicar como ele construiu sua imagem de “bom feitor” – que ainda permanece como notamos na introdução de nosso trabalho – após a construção do espaço para moradias populares na periferia da cidade no ano de 1964.

263 SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis...* Op. cit. Em um recorte de jornal que apresentamos no primeiro capítulo, pudemos notar que Joaquim Pereira Lima era coronel, presidente do Diretório Político Local e da Câmara Municipal.

Figura 12 – Relações das famílias Rassi, Saud e Reis após 1964 e até 1987.



CAPÍTULO 3

UMA VILA CHAMADA “REIS”: A CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO E A FIGURA POLÍTICA DE NEWTON

Neste terceiro e último capítulo, caminharemos para a conclusão da pesquisa que realizamos. Buscaremos, ao longo de seu desenvolvimento, indicar as consequências da criação da “Cidade Operária”, que em 1965 passou a ser denominada “Vila Reis”. Nesse sentido, nosso objetivo é discutir a alteração da configuração urbana de Jardinópolis com o surgimento de uma periferia até então inexistente no município.

Por outro lado, com a promulgação da lei que transferiu os moradores da “Vila Sebosa”, o idealizador desse projeto, Newton Reis, promoveu-se em torno de um discurso que dizia favorecer os mais pobres. Suas ações eram divulgadas nos jornais de maneira elogiosa, contribuindo para a perpetuação de uma imagem positiva de Newton e também, para que seus feitos ficassem marcados na memória dos jardinopolenses. Também pretendemos apontar e discutir sobre essas questões no curso de nossa análise.

Para tornar possível o desenvolvimento dessas análises, algumas fontes e uma bibliografia em especial foram fundamentais. Utilizamos jornais, uma fotografia e uma planta atual do município, de modo que pudemos reunir documentos para construir nossa argumentação.

Consultamos os dois periódicos que eram veiculados em Jardinópolis do ano de 1972 até 1988²⁶⁴. Um foi *A Cidade de Jardinópolis*²⁶⁵, que retomou a atividade jornalística na cidade após 11 anos sem a sua existência. E o outro, *A Folha de Jardinópolis*²⁶⁶, que surgiu a partir de 1983. Por meio de notícias divulgadas sobre o bairro “Vila Reis”, sobre figuras políticas do município e demais reportagens que interessaram para nossa pesquisa, foi possível alcançar nossos objetivos, portanto, essas fontes foram essenciais para a composição desse último capítulo²⁶⁷.

A planta de Jardinópolis escolhida para auxiliar no cumprimento dessa etapa, foi uma que representa a configuração mais recente da cidade. Desse modo, buscamos demonstrar como esta se transformou após a criação da “Vila Reis”. Destacamos lugares e pontos significativos de seu desenho para fazer indicações que consideramos importantes para nossa discussão, inclusive relacionando-as com a figura de Newton Reis. A única fotografia que fez

264 Nessa etapa de nosso trabalho, fizemos a consulta completa dos jornais no período em questão.

265 Os irmãos Nélcio e Nei Pereira Lima que eram os proprietários desse jornal.

266 A direção desse jornal pertencia a Jamil José Saquy (filho de José Gabriel, vereador em 1964), João Zangrande Neto e Ivo César Gomes.

267 De 1972 a 1988, consultamos todos os periódicos *A Cidade de Jardinópolis*. E de 1983 a 1988, analisamos todos os jornais *A Folha de Jardinópolis*.

parte de nosso conjunto de fontes serviu para visualizarmos uma representação do cenário que compunha a “Vila Reis”, contribuindo para a caracterização de seus aspectos urbanos.

Por fim, a dissertação “Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar”²⁶⁸ e o artigo “Agricultura e urbanização: a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo”²⁶⁹, de autoria de Sandra Lencioni, foram fundamentais para a compreensão do que representou, social e economicamente, o surgimento da “Vila Reis”, assim como os desdobramentos desse processo na configuração urbana de Jardinópolis.

Essas foram, portanto, as ferramentas que fizeram parte da construção de nosso terceiro capítulo, o qual foi elaborado de maneira que mantivesse diálogo com os anteriores, apontando, ora ou outra, algumas informações que os complementam.

No primeiro tópico, faremos uma breve discussão sobre as transformações econômicas ocorridas em Jardinópolis, que influenciaram na determinação de alguns caminhos percorridos pelo município ao longo de sua história. A importância dessa apresentação encontra seu propósito na medida em que apresentaremos suas relações com a consolidação da “Vila Reis”.

3.1. Modificações no campo, alterações na cidade

Desde o início de nosso texto, tentamos deixar claro nosso compromisso com a história social. Construímos nosso trajeto nos colocando em defesa do protagonismo dos sujeitos nos processos de transformação histórica. Fizemos uma tentativa de trabalhar com análise relacional, buscando reconstituir os vínculos e as relações dos nossos personagens, a fim de indicar possíveis interesses para que houvesse a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, resultando no desaparecimento do primeiro local do centro da cidade de Jardinópolis.

É engano, pois, acreditar que a pesquisa que privilegia a ação dos atores sociais, ignora as transformações econômicas nas quais os mesmos estão inseridos. Afinal, vivemos em sociedade em que a participação nas relações materiais de reprodução é inescapável.

Nesse sentido, propomos abordar como o papel desempenhado por Jardinópolis no cenário econômico, macro e microrregional, a partir dos anos 1950, influenciou para o

268 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit.

269 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização...* Op. cit.

surgimento de uma periferia, modificando sua paisagem urbana e materializando as condições gerais necessárias para a reprodução do capital.

Quando nos referimos a cidades pequenas, interioranas, como Jardinópolis, é quase sempre correto afirmar a relação intrínseca existente entre campo e cidade. Isso porque, desde sua fundação, a maior parte da renda do município é adquirida por meio da produção agrícola. E, pelos idos de sua formação, a riqueza era o café.

A inserção de Jardinópolis na economia cafeeira possibilitou a ocorrência de transformações que impulsionaram sua urbanização – conforme abordamos nos capítulos anteriores. A construção de teatros e cinemas, a presença de armazéns, depósitos de combustíveis, estabelecimentos de beneficiamento, hotéis, pensões e da estrada de ferro significaram a dinamização da vida, mesmo que a inclusão nesse processo não se apresentasse para toda a população²⁷⁰.

A perda da hegemonia do café significou o esfriamento da atividade urbana. Segundo dados reunidos por Sandra Lencioni, em 1960, o número de casas comerciais varejistas diminuiu em 20% em relação aos anos 1940, e o pessoal ocupado nas atividades comerciais havia decrescido em 1/3. O número de indústrias igualmente caía²⁷¹. Essas informações elencadas relacionam-se diretamente com os índices populacionais de Jardinópolis, desde 1908 até 1960, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Jardinópolis, 1908-1960. Índices populacionais.

População	1908	1914	1920	1934	1940	1950	1960
Rural	-----	-----	-----	14752	14203	10338	9092
Urbana	-----	-----	-----	3841	4067	4251	7522
Total	16117	19382	18699	18592	18270	14589	16625

Fonte: CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP*, nº153, 3 vol. São Paulo, 1952; *Censo Demográfico, 1940, 1950 e 1960 – FIBGE*. Apud. LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit., p.17 e 83.

Notamos que, durante o período em que a economia cafeeira estava em pleno aquecimento, o município apresentava um crescimento contínuo da sua população que, a partir dos anos de 1920, e mais enfaticamente, 1930, decresceu. Em 1950, o número de habitantes em Jardinópolis era menor do que o apontado no início do século.

270 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit.

271 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit., p.84.

Em contrapartida, a população urbana teve um aumento progressivo ao longo dos anos, sobretudo, pelo recebimento dos moradores da área rural que migraram para a cidade em função das alterações do uso da terra e das relações de trabalho no campo²⁷².

Jardinópolis caracterizava-se como uma economia estagnada, diferentemente de sua cidade vizinha, Ribeirão Preto, que passou a concentrar cada vez mais atividade de produção e consumo. O processo de industrialização redimensionou o município de Ribeirão, potencializando as atividades econômicas que haviam sido impulsionadas pelo complexo cafeeiro. Sua função de centro regional reafirmava-se cada vez mais.

À medida que o tempo de percurso entre uma cidade e outra se tornava cada vez menor, e Ribeirão Preto apresentava condições mais propícias para seu contínuo desenvolvimento, Jardinópolis foi ficando à sombra do progressivo crescimento ribeirão-pretano. Fenômeno que se nota até os dias de hoje.

Nesse sentido, com o processo de industrialização e reordenação da agricultura paulista, Jardinópolis passaria a ocupar um lugar na nova divisão territorial do trabalho. A introdução do cultivo de algodão e a expansão da criação de gado foram as principais atividades econômicas fornecidas no início desse processo de transformação. A organização do campo em função do crescimento do capital, que implicou na utilização crescente de maquinaria e no assalariamento dos trabalhos agrícolas, fez de Jardinópolis um exemplo típico de industrialização da agricultura²⁷³.

Essa intensificação do capital nas atividades agrárias prevaleceu, significando a proletarianização do trabalhador rural que, por sua vez, viu-se obrigado a transferir-se para a cidade. O aumento significativo da população urbana de 4251 habitantes, em 1950, para 7522, em 1960, expressa esse fenômeno.

Recordamos, então, do processo de periferização ocorrido nas principais capitais europeias, Londres e Paris, como resultado da industrialização que transformou as cidades para atender as demandas de reprodução do capital. Considerando os autores que abordam esse período, inclusive levando em conta as considerações tecidas por Henry Lefebvre, que já pontuamos em nosso texto, a segregação da cidade acontecia à medida que a industrialização se intensificava e os mais pobres eram dispersados dos centros urbanos. A solução apresentada foi a construção de moradias nos lugares suburbanos para possibilitar o acesso à

272 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit., p.83.

273 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit., p.89.

casa própria aos operários, impossível de ser conquistado nos locais centrais, em que o imóvel atingia valores estratosféricos²⁷⁴.

Notamos que essas características de reconfiguração do centro urbano e expulsão dos populares desse local, também se fizeram presentes no Rio de Janeiro, com o “bota abaixo” de Pereira Passos no início do século XX – apesar de nesse caso ter ocorrido muito mais por um sentimento cosmopolita demonstrado em ações arrivistas do que pela presença de uma industrialização acelerada.

Jardinópolis, porém, constituiu sua periferia a partir do movimento inverso, no qual a intensificação do capital no campo alterou as relações de trabalho nessa esfera e obrigou os trabalhadores a estabelecerem-se nos subúrbios da cidade. A necessidade de atender a demanda crescente de moradias para esses trabalhadores rurais que migravam para a área urbana, e o desejo de retirar a “Vila Sebosa” do centro resultou na criação da “Cidade Operária”, que, a partir de 1965, passou a ser denominada “Vila Reis”.

Podemos constatar a presença de ambos no texto do projeto de lei nº53, escrito por Newton Reis, no ano de 1964. Na passagem “fica o sr. prefeito autorizado a doar terrenos de propriedade municipal a trabalhadores que não possuem nenhum outro imóvel, tendo preferencia os de família mais numerosa”²⁷⁵, observamos o interesse do prefeito em conceder terrenos aos trabalhadores no local da “Cidade Operária”. O êxodo rural, provocado pelas alterações do uso da terra e nas relações de trabalho no campo, significava que a cidade deveria modificar-se de alguma forma para comportar habitações às pessoas que precisavam.

Por outro lado, o intuito de “construir residências simples em numero de 14 para abrigar famílias moradoras do lugar urbano conhecido por ‘Vila Sebosa’”²⁷⁶, demonstra que a retirada dos moradores da vila e a transferência dos mesmos para a “Cidade Operária” fez-se necessária para “desaparecer uma espécie de favela em pleno centro de nossa cidade”²⁷⁷, nas palavras do prefeito Newton Reis.

274 PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade...* Op. cit.; BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX...* Op. cit.

275 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

276 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

277 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

Desse modo, concretizando esses dois processos: a construção de moradias populares para trabalhadores e a retirada da “Vila Sebosa” do centro da cidade, os políticos jardinopolenses resolveram dois “problemas” com uma única solução.

No entanto, outras questões se apresentavam em função das alterações ocorridas na cidade para atender esse novo contingente de pessoas. O aumento da demanda por serviços de infraestrutura, saneamento básico, iluminação pública, pavimentação e rede de água surgiram como problemas no bairro “Vila Reis” a serem resolvidos pela gestão municipal.

Nesse sentido, tentaremos fazer uma análise do desenvolvimento do local “Cidade Operária”, que logo após sua consolidação, passou a ser reconhecido como o bairro “Vila Reis” – existente ainda hoje – até o final da década de 1980.

Partindo do ano de 1972, através dos jornais que selecionamos, demonstraremos as características desse lugar; seus aspectos urbanos, a transformação de sua paisagem, entre outras questões concernentes a sua estrutura e população, conforme veremos a seguir.

3.2. Um retrato da Vila: aspectos urbanos e sociais

[...] O aumento vegetativo de nossa população já é fato que a ninguém escapa à percepção. Jardinópolis como não poderia deixar de ser, está gradativamente sendo envolvido pelo “monstro multiplicador” [...] Em decorrência, novas áreas de terrenos se abrem à construção de vilas. Estas vilas se formam na periferia de nossa urbe, [...] como a vila Reis. São autênticos apêndices suburbanos, com seus problemas sociais, com seus problemas de arruamento, calçamento, água, luz, esgoto, etc. [...] As vilazinhas dêsse jaez precisam enquadrar-se dentro de estruturas recomendadas pelos códigos de posturas modernos, sob pena de êsses conglomerados humanos se transformarem em mocambos, favelas ou outro nome correlato, onde as condições higiênicas são, geralmente precárias, não permitindo uma vida compatível com a dignidade humana. O futuro prefeito de Jardinópolis deve tomar em consideração o problema. Equacioná-lo e resolvê-lo com objetividade, sobretudo, acatando as leis que regulam tais construções [...] ²⁷⁸.

O trecho que reproduzimos acima faz parte do texto intitulado “Construções imobiliárias sob preceitos legais”, publicado no jornal “A Cidade de Jardinópolis”, no ano de 1972. Podemos notar que oito anos após a criação da “Cidade Operária”, o local – que através

278 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 07/05/1972.

da lei municipal nº523 de 30 de dezembro de 1965 passou a ser chamado de “Vila Reis”²⁷⁹ – foi retratado com limitações acerca de suas condições urbanas. A falta de serviços de água, esgoto, iluminação, calçamento e arruamento foi pauta da reportagem veiculada no único jornal que havia no município no período.

O apelo feito na publicação foi dirigido ao futuro prefeito de Jardinópolis – 1972 era ano de eleição – que deveria empenhar-se em resolver os problemas que foram pontuados, a fim de que a vila se adequasse ao Código de Posturas do município, no qual se encontravam as regulamentações que deveriam ser seguidas para a construção urbana. O autor do texto ainda chamou a atenção para o risco de o local se transformar em uma favela ou mocambo, onde as condições higiênicas eram precárias e incompatíveis com a dignidade humana.

O cenário apresentado foi relacionado com a grande quantidade de pessoas que migravam para a cidade, estabelecendo-se na periferia da mesma. Esse lugar apresentava o local mais acessível, economicamente, para os grupos de trabalhadores que saíam do campo em direção à área urbana. O resultado desse processo era a instalação dos mais pobres na “Vila Reis”, onde viviam à margem da urbanização.

A concretização de serviços básicos necessários para uma vida urbana digna não acompanhava o aumento populacional que Jardinópolis recebia progressivamente, o que consequentemente limitava a participação e inserção das classes populares no desenvolvimento de uma construção democrática da cidade. Conforme demonstra a tabela abaixo, a população urbana de Jardinópolis teve um aumento significativo dos anos 1960 para 1970, e de 1960 a 1980, ela mais que duplicou.

Tabela 2 – População de Jardinópolis, 1960 a 1980.

População	1960	1970	1980
Rural	9092	5491	4025
Urbana	7522	10297	15652
Total	16625	16992	19677

Fonte: Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 24/06/1989.

Como podemos observar, a partir de 1970, o número de habitantes morando na cidade ultrapassa o número dos que permaneciam no campo. Além disso, a população urbana

279 SÃO PAULO (Estado). Lei nº 523, 30 de dezembro de 1965. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=. Acessado em: 15 de outubro de 2012.

aumentou exponencialmente, chegando a 15652 habitantes em 1980. Esses dados corroboram com as indicações feitas por Sandra Lencioni em seus trabalhos sobre Jardinópolis. Os índices populacionais se multiplicavam e, simultaneamente, ocorria a industrialização das atividades agrárias, significando alterações nas relações de trabalho no campo que impulsionou a migração de seus moradores para a cidade.

O retrato da “Vila Reis” descrito no jornal – apresentando condições precárias, pouco higiênicas e ausência de serviços básicos para a vida urbana – refletia na presença de problemas sociais e nas condições materiais vividas por seus moradores. Até a década de 1980, o ganho médio mensal por família que residia na “Vila Reis” era de 61,8% do salário mínimo. O alcoolismo e a prostituição eram bastante elevados. A subnutrição, a tuberculose, verminose e anemia eram as doenças mais comuns. Quanto à educação, havia uma escola pública municipal, onde funcionava o ensino básico, a frequência dos alunos refletia a sazonalidade dos trabalhos agrícolas²⁸⁰.

Além disso, alguns moradores da vila eram advertidos por práticas e comportamentos que não eram condizentes com os considerados adequados para o convívio urbano. No jornal de 1972, podemos notar a ocorrência dessa situação:

Termo de advertência

Foram pela autoridade policial advertidos na presença de testemunhas os indivíduos: [...] Pedro Berciliera, vulgo “Pedro Polenta”, residente à Vila Reis, que se tornar a se embriagar publicamente estará sujeito às penas previstas no artigo 62 das L.C.P. e Waldemar Cipriano, residente à Vila Reis, que se houver a fazer ameaças, seja pra quem fôr, será processado por infração ao art. 147 do Código Penal, pois o mesmo já registra passagem criminal por infração ao art. 121 e 129 todos do C. Penal²⁸¹.

Notamos que na notícia em questão, dois moradores da “Vila Reis” foram repreendidos, um por estar embriagado e outro por fazer ameaças a outras pessoas. O termo de advertência avisava que ambos estavam praticando atos contra o Código Penal e que, se os mesmos tornassem a cometer tais infrações, sofreriam as penas de acordo com a lei. Esse recorte que reproduzimos dialoga com as informações trazidas por Lencioni acerca da “Vila Reis”, que, segundo a autora, apresentava alto índice de alcoolismo. A advertência dada por embriaguez ao morador Pedro Berciliera aponta para a confirmação do cenário apresentado

280 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit., p.156.

281 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 04/06/1972.

pela geógrafa. Ademais, as atitudes de Waldemar Cipriano, que também foram repreendidas, contribuíam para a divulgação de uma imagem negativa da vila no jornal.

A divulgação de outras ocorrências na “Vila Reis”, entre 1975 e 1976, indicavam a presença da violência no bairro com notícias de agressão, ataque a um morador e brigas. Notas nos jornais apresentavam que “desocupados” e “briguentos” agrediram-se na rua Mário Fregonesi, sendo necessária a interferência de polícias²⁸². Noticiavam também a ação agressiva de jovens, residentes da vila, contra um morador, também residente do lugar, resultando na hospitalização do último e no encarceramento dos primeiros²⁸³. Outra publicação ainda apontava que uma “débil mental (e o mundo está cheio deles) resolveu ‘brincar’ de agredir os outros e foi solenemente recolhida ao xadrez”²⁸⁴.

Em 1977, uma publicação feita no jornal pedia para que as autoridades municipais instalassem uma subdelegacia de polícia no bairro. “Motivos óbvios aconselham a criação naquela já populosa vila de uma subdelegacia de polícia, como agente catalisador da ordem social, que ali nem sempre se mantém em nível estático.”²⁸⁵. O pedido dirigido ao prefeito Newton Reis indica que comportamentos considerados inadequados para a vida urbana permaneciam nas práticas sociais dos moradores do bairro. Esses atos, associados à desordem, causavam incômodo em parte da população que, por sua vez, esperava a aplicação de medidas coercitivas aos infratores.

No decorrer do tempo, a “Vila Reis” foi sendo estigmatizada. Aos seus moradores era atribuído um comportamento inadequado para a vida urbana; seu aspecto era chamado de “favela” nas publicações dos jornais e, na ocorrência de crimes na cidade, o bairro era associado a esses acontecimentos. Preconceito e distanciamento eram e ainda são características que a população de Jardinópolis apresenta em relação à vila.

No dia 28 de fevereiro de 1988, a divulgação de uma tentativa de assalto ocorrida no município trouxe à tona a menção do bairro. A matéria “Justiça condena marginais” narrava que três jovens tentaram roubar um vendedor de sorvetes e só não tiveram sucesso porque houve interferência externa no caso, impedindo que o mesmo se concretizasse. Os jovens foram presos, pois o magistrado municipal entendia que a falta de punição para o caso poderia

282 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 25/05/1975.

283 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 17/10/1976.

284 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 18/05/1975.

285 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 20/02/1977.

acarretar maior incidência desses atos. Entretanto, o que nos interessa é o que foi escrito na sequência, pelos autores Russel Pucci e Jamil Saquy:

Temos nós uma parcela de culpa nestes acontecimentos, pois assistimos inertes a instalação de um bairro aqui na cidade, onde seus habitantes, ou melhor, viventes, foram isolados do convívio. É um lugar onde o esgoto corre a céu aberto, onde não há um mínimo de infra estrutura para que se possa morar, onde as crianças, centenas delas, brincam no meio de dejetos, numa promiscuidade incrível. Eu falo da Vila Reis, e ousou perguntar:

Será que Jardinópolis terá força suficiente para arcar com o peso destas crianças que, fatalmente, virão a ser futuros marginais, futuros serginhos, sandrinhas e silvaninhas da vida? Que serão empurrados para o crime, pela falta de estrutura em que vivem, pela fome que passam? Hoje são impotentes para reagir, mas o futuro está aí, serão adultos que não terão onde trabalhar, e fatalmente terão que roubar para sobreviver.

Um alerta às nossas autoridades: vamos procurar desde agora providenciar condições para vir a integrá-las mais ainda. Vamos dar a seu bairro um mínimo de infra estrutura para poderem viver decentemente. Vamos dar a eles condições para que possam trabalhar e prover o seu sustento, não esmolas para que apenas sobrevivam. Vamos dar-lhes dignidade para que saibam ser seres humanos e não apenas párias. [...] ²⁸⁶.

Russel e Jamil veicularam a notícia associando a criminalidade existente na cidade ao bairro “Vila Reis”, os “serginhos, sandrinhas e silvaninhas” faziam alusão aos nomes dos jovens que tentaram cometer o ato criminoso, indicando, portanto, que os mesmos eram moradores desse local.

Conforme observamos no trecho acima, a falta de estrutura e condições básicas ainda era uma realidade na vila. Para os autores, a presença e persistência desse cenário resultariam na proliferação de marginais que, na falta de emprego, teriam que roubar para sobreviver. A solução proposta para esses problemas foi a integração dos moradores da “Vila Reis” à cidade. Para tanto, as autoridades municipais deveriam incumbir-se de tomar providências para que os habitantes do bairro pudessem ter condições para levar uma vida mais digna.

Contudo, a problemática de toda essa apresentação manifestou-se na associação feita pelos autores entre os crimes cometidos no município e a “Vila Reis”, ademais, a descrição negativa feita sobre o bairro, que imprimiu um caráter pejorativo aos seus moradores, também contribuiu para a repercussão da notícia.

286 Jornal *A Folha de Jardinópolis*, 28/02/1988.

No dia 05 de março de 1988, a “Cidade de Jardinópolis” publicou o texto “Um bairro chamado ‘Vila Reis’”, de autoria de Cleusa Maria Domingues. Nessa reportagem, a jardinopolense se mostrou insatisfeita com a notícia “Justiça condena marginais”, publicada no jornal “A Folha de Jardinópolis”. Não só ela, como outros moradores da vila, ficaram indignados com o texto escrito por Russel e Jamil, como veremos a seguir:

[...] Como deve ser de conhecimento de todos, esse bairro sofre de gravíssimos problemas sociais, que é consequência de um grande mal chamado “*abandono*”, e que gera preconceitos e discriminação em relação as pessoas que aqui vivem, mas a imagem transmitida pela referida matéria, ultrapassou todos os limites, mostrando o bairro como “Fábrica de marginais”, quando na verdade, aqui, vivem famílias de bem, trabalhadores de todos os níveis, como secretárias, psicóloga, bancários, escriturários, trabalhadores rurais, empregadas domésticas, etc... Temos também, naturalmente, desajustados sociais como em qualquer outro lugar, independente de nível social.

Os moradores da Vila Reis, unidos na revolta, cobraram do Sr. Jamil Saqui uma explicação e retratação. [...]

A discriminação em relação ao bairro, infelizmente é uma realidade, tanto que todo e qualquer fato ruim que ocorre em nossa cidade, independente dos envolvidos serem ou não moradores do bairro, é logo atribuído ao mesmo.

A matéria que despertou tanto revolta, porém, é apenas parte das consequências da falta de atenção por parte das autoridades competentes, que sempre relegaram o bairro a último plano, deixando que se criasse e fortalecesse essa imagem realmente muita negativa em torno do bairro. [...] ²⁸⁷.

A autora, Cleusa Maria Domingues tratou de reclamar da descrição feita por Russel e Jamil sobre a “Vila Reis”. Em suas palavras, foi um desrespeito com os moradores do bairro ambos declararem que as crianças desse local viviam em promiscuidade ou que as pessoas que habitavam a vila estavam fatalmente condenadas a se tornarem marginais. Além disso, ela afirmou que os autores do crime, Sandrinha, Serginho e Silvaninha, divulgados na matéria “Justiça condena marginais”, não eram moradores do bairro ²⁸⁸.

Percebemos que Cleusa se colocou em defesa da “Vila Reis”, apresentando seus moradores como trabalhadoras e trabalhadores honestos. Ela informou que os mesmos se uniram na revolta contra Jamil, exigindo uma explicação e retratação a ser feita por ele. A autora ainda pontuou que a atenção não dada ao bairro pelas autoridades municipais contribuía para a sua discriminação e preconceito. Ao final do texto, Cleusa fez um apelo à

287 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 05/03/1988.

288 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 05/03/1988.

população para que olhasse o bairro e buscasse compreender as raízes de seus problemas sociais e não só o julgasse e o associasse a uma imagem negativa²⁸⁹.

O caso ainda repercutiu no protesto sobre a matéria de Russel e Jamil, que os moradores da “Vila Reis” fizeram na Câmara Municipal, inclusive com a produção de um Manifesto, entregue pelo morador Otacílio Vianna, que liderava o ato. Segundo ele, a população da vila estava cansada de ser alvo de preconceito e, por isso também, reivindicava medidas a serem tomadas pelo poder público, a fim de promover melhorias ao bairro²⁹⁰.

Desde sua criação, a “Vila Reis” se constituiu como a periferia da cidade. Seu surgimento, com o propósito de atender a demanda de trabalhadores que migraram do campo e também de receber os moradores da “Vila Sebosa”, demonstra claramente o caráter de exclusão que originou a mesma. Conforme o bairro crescia e sua população aumentava, os serviços que garantiam condições básicas para a reprodução material e cultural de seus moradores não se realizavam na mesma velocidade. A precariedade de sua estrutura e a distância que sua localização possuía em relação ao centro urbano, contribuiu para a imagem negativa que o bairro era associado.

Em meio a tanto, podemos notar que os moradores da “Vila Reis” também queriam ser inseridos no processo de urbanização que a cidade frequentemente passava. A não aceitação de terem seus nomes associados à criminalidade, a ênfase dada por Cleusa ao caracterizá-los como trabalhadores e pessoas de bem, o ato de protesto liderado por Otacílio Vianna, o manifesto produzido pelos moradores da vila e a reivindicação por melhorias no bairro, apontam para essa constatação. O descaso das autoridades municipais com esse local figurava sua marginalização que, por sua vez, contribuía para o mesmo ser visto de maneira pejorativa e, por vezes, preconceituosa pela população de Jardinópolis.

Reunimos ainda outras publicações feitas nos jornais que se somam às que apresentamos para a caracterização da “Vila Reis”, ao longo dos anos 1970 e 1980.

Desde 1973 até 1982, encontramos divulgações do Serviço Social de Jardinópolis e sua atuação no bairro: levantamento econômico para realização de futuros trabalhos na vila²⁹¹; entrega de brinquedos para as crianças desse local²⁹² e um projeto para futuras melhorias

289 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 05/03/1988.

290 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 05/03/1988.

291 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 18/11/1973.

292 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 13/01/1974; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 12/01/1975; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 11/01/1976; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 23/01/1977.

sanitárias²⁹³ foram as notificações veiculadas nos jornais a respeito do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, concernentes à “Vila Reis”.

O convênio firmado entre a prefeitura da cidade e o “Projeto Rondon” também aponta para o trabalho social que era feito no bairro, com o intuito de promover melhorias aos seus moradores. A reunião de universitários de diversas áreas do conhecimento, como Enfermagem, Biomedicina, Comunicação Social, Química, Educação Física, Técnico em Agropecuária e Serviço social tinha o propósito de atuar na vila de julho a dezembro de 1981, contribuindo para o bem comum de sua comunidade. Os estudantes trabalhavam em contato com os moradores “sendo que deste contato surgem acréscimo de consciência, tanto para os participantes quanto para os moradores, que se mostram bastante receptíveis. Estes moradores são pessoas simples, que trabalham na lavoura, e são bons cidadãos [...]”²⁹⁴.

Como podemos observar, no início da década de 1980, o jornal caracterizava as pessoas que moravam na vila como sendo trabalhadores rurais, diferentemente da apresentação feita por Cleusa, na matéria “Um bairro chamado ‘Vila Reis’”, já no ano de 1988, em que a população do bairro era formada também por trabalhadores urbanos que atuavam em diversos setores.

Além da presença do Serviço Social de Jardinópolis na “Vila Reis” e do Projeto Rondon ter atuado no bairro durante o ano de 1981, existia também o apelo que ambos os jornais, “A Cidade de Jardinópolis” e a “Folha de Jardinópolis”, faziam à população para contribuir com a doação de mantimentos e roupas para os moradores da vila. As matérias, que levavam o nome de “S.O.S. Vila Reis”, foram publicadas durante o ano de 1984 e abriram uma campanha em solidariedade à comunidade carente do bairro²⁹⁵.

Pelas condições precárias que a “Vila Reis” apresentava, trabalhos e projetos que atuavam na promoção social de sua comunidade se faziam presentes. Entretanto, a falta de estrutura persistia na ausência de redes de esgoto, água, pavimentação, arruamento, entre outros serviços.

Segundo as fontes reunidas, desde sua criação em 1964, a população do bairro só foi conquistar as primeiras instalações de rede de água no ano de 1973. Os planos para concretizar tal medida foram elaborados na gestão de João Nasser – prefeito de 1969 a 1972 –

293 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 28/03/1982.

294 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 27/07/1981.

295 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 08/04/1984; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 15/04/1984; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 22/04/1984; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 29/04/1984; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 06/05/1984; Jornal *A Folha de Jardinópolis*, 14/04/1984.

sendo iniciados por Nilton Toscano²⁹⁶. Em 1974, o serviço de encanamento de água ainda não havia sido concretizado, muito menos o de esgoto, que era apresentado como uma possibilidade para a população da vila.

A nossa prefeitura municipal, pelo digno chefe do executivo Sr. Nilton Toscano, cumprindo o seu plano de governo, já iniciou o serviço de encanamento para a água que abastecerá a Vila Reis. [...]

Não sabemos se aquele povoado receberá também os serviços de esgoto, mas trata-se de um benefício de grande necessidade para aquela parte de nossa comuna [...] ²⁹⁷.

Somente em 1976 é que houve a indicação que o serviço de esgoto seria fornecido para a “Vila Reis”, a aquisição feita pela prefeitura de uma retroescavadeira possibilitaria o início dessas obras no bairro²⁹⁸. Entretanto, em 1979, a compra de manilhas com destino à rede de esgoto que ainda seria realizada na vila²⁹⁹, aponta que a concretização desse processo foi longa, resultando no prejuízo dos moradores. A pavimentação, por sua vez, foi aparecer no jornal como obra realizada na vila, em 1977. “Colocação de 400 metros de guias na Vila Reis. Colocação de 6555 metros lineares de guias e 6551 metros lineares de sarjetas. Asfaltamento de 28 quadras num total de 23520 metros quadrados.”³⁰⁰.

Essas informações apontam que a concretização de obras e serviços essenciais para a urbanização da “Vila Reis” foram sendo feitas lentamente, em um longo processo que ainda hoje não apresentou seu término. Enquanto as demandas da “Vila Reis” não eram satisfatoriamente atendidas, a população desse bairro ficava a mercê da imagem negativa que era propagada sobre o mesmo, conforme vimos.

Mesmo que as obras da rede de esgoto, do serviço de encanamento de água e a pavimentação urbana fossem presentes durante a década de 1970, eles eram incipientes. A realização dessas obras não acompanhava sua necessidade crescente, posto que a população da vila aumentava progressivamente.

Uma fotografia que foi disponibilizada por um morador de Jardinópolis ilustra alguns aspectos urbanos da “Vila Reis” após os primeiros anos de sua construção. O dono da foto,

296 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 11/02/1973; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 03/06/1973; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 10/06/1973.

297 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 24/03/1974.

298 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 12/09/1976.

299 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 15/07/1979.

300 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 01/01/1977.

conhecido por “Bidi”, nos informou que ela foi tirada no bairro entre os anos 1970 e 1980, ele não se recordava da data exata. A pessoa retratada na imagem era ele mesmo, ainda na sua juventude, quando frequentava a vila, onde moravam alguns de seus amigos.

Figura 13 - “Bidi” na “Vila Reis”, s/d.



Fonte: Acervo pessoal de “Bidi”.

A partir da observação da figura acima, visualizamos algumas características da “Vila Reis”. Provavelmente a fotografia foi tirada na rua Mário Fregonesi, a principal do bairro, onde foram construídas suas primeiras casas. A habitação em destaque na imagem, logo atrás de “Bidi”, parecia ser feita de tijolos, alguns pedaços de madeira funcionavam como um muro para a moradia. Podemos notar a ausência de calçamento, de guias, sarjetas e ruas asfaltadas; a presença de alguns postes indicava que havia iluminação pública no local.

Essa caracterização que fazemos vai ao encontro das informações que apresentamos até o momento sobre a vila. A falta de infraestrutura, a não concretização de serviços básicos e o aspecto de periferia atrelado ao bairro eram elementos que limitavam a inclusão desse local no processo de urbanização.

A grande distância entre a “Vila Reis” e o centro urbano colocava seus moradores à margem da sociedade, a partir da segregação da cidade ocorrida quando houve o

estabelecimento do bairro “do outro lado” da linha de ferro, que delimitava o perímetro urbano do município – conforme vimos na figura 9, no capítulo anterior.

No ano de 1985, a geógrafa Sandra Lencioni narrava sobre essa configuração que Jardinópolis apresentava:

A configuração urbana de Jardinópolis apresenta uma paisagem dicotômica por onde se delineiam esses mecanismos; de um lado estrutura-se a área mais antiga contornada por um anel viário e, de outro, uma área mais recente canalizando-se em direção à Anhanguera³⁰¹.

A estrutura que ligava as duas partes da cidade, a antiga e a nova, chamava-se “Largo da Integração”. Ele passava por cima da linha do trem, conectando as avenidas Visconde do Rio Branco e Belarmino Pereira de Oliveira, cortadas pela estrada de ferro. O local era conhecido como “Curva da Morte”, pois já tinha sido palco de acidentes de carros e de pedestres e apresentava grande perigo para o tráfego naquele lugar³⁰². Sua demolição, junto à retirada dos trilhos do trem, marcava o desuso desse transporte, que era gradualmente substituído pelos automóveis.

O anel viário, referido no trecho que reproduzimos, diz respeito à Avenida do Contorno – atualmente nomeada Prefeito Newton Reis – que começou a ser construída em 1977 sob a gestão de Newton Reis. Ela substituiu a estrada de ferro, no papel de contornar o núcleo urbano mais antigo da cidade, onde estavam presentes as áreas centrais, os comércios, a Igreja Matriz, as praças e jardins públicos.

A partir da criação do bairro “Cidade Operária”/“Vila Reis”, a cidade foi expandindo-se em direção à Anhanguera, sentido Ribeirão Preto. Outros núcleos habitacionais foram surgindo para atender a demanda populacional que era crescente no município, a partir dos anos de 1980, composta principalmente por trabalhadores migrantes³⁰³. Esses bairros foram sendo alocados na periferia de Jardinópolis, que ia configurando-se a partir do local onde se estabeleceu a “Vila Reis”.

301 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit., p.148.

302 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 06/08/1972.

303 NASSER, Sérgio Daniel. “*Eu vou entrar no mundo*”: experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto – 1980-2007. Dissertação de Mestrado em História. PPGHIS, UFU, 2008.

Para além da criação de bairros, um distrito industrial foi implantado no município para receber a chegada de indústrias que se interessavam em garantir um espaço em Jardinópolis³⁰⁴.

Considerando o trabalho realizado por Sandra Lencioni, a respeito do processo de intensificação do capital no campo, Jardinópolis apresentava condições interessantes para a consolidação do setor industrial. As produções de arroz, milho, amendoim, soja e, sobretudo a cana, além do cultivo de frutas como, banana, laranja, abacate, limão, tangerina e, especialmente manga, substituiriam o café, ocupando papel significativo na economia do município³⁰⁵.

A planta, a seguir, representa essa configuração da cidade que pontuamos. Indicamos a localização da “Vila Reis”, da área industrial, do distrito industrial e da avenida Prefeito Newton Reis para prosseguirmos com nossa discussão.

Figura 14 – Planta da cidade de Jardinópolis, 2011.



Fonte: Acervo da Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de Jardinópolis.

O local que destacamos como “Área Industrial” corresponde ao espaço que Newton Reis indicava no projeto de lei – que criou a “Cidade Operária” – como possível lugar para

304 Uma publicação feita no jornal *A Cidade de Jardinópolis* no dia 29/06/1980 noticiava a instalação da indústria ERGA no município. Ela produzia artigos para produtos agrícolas.

305 LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. Op. cit., p.97.

futuras instalações de indústrias³⁰⁶. Percebiam que o local fica exatamente ao lado da “Vila Reis” onde, nas origens do bairro, era parte da “Cidade Operária”.

A área em verde claro, ao lado do Distrito Industrial, e a colorida de amarelo, representam os bairros “Jardim Morumbi I” e “São Gabriel”, respectivamente. Suas localizações confirmam nossos apontamentos acerca da expansão de Jardinópolis em direção à Anhanguera. Esse crescimento da cidade resultou na criação do “Distrito Industrial” que, como podemos notar, atualmente se encontra na região não urbanizada do município. A “Área Industrial” acabou restringindo-se a instalações de poucas indústrias – conforme indicação feita no capítulo 2 – pois, o movimento crescente de Jardinópolis rumo a Ribeirão Preto, a partir da “Vila Reis”, resultou no afastamento do espaço industrial da área habitada.

O destaque que fizemos para a avenida Prefeito Newton Reis possui dois propósitos. O primeiro constitui na identificação que fizemos da mesma ter substituído a estrada de ferro como “divisora da cidade”, entre a área que originou o núcleo urbano de Jardinópolis e a parte que foi se consolidando após a criação da “Cidade Operária”, em 1964. O segundo foi chamar atenção para seu nome, que corresponde à figura política Newton Reis que, por sua vez, apresenta importante papel em nossa pesquisa. Sobre esse último nos deteremos no próximo e último tópico de nosso capítulo.

Ao longo da análise e discussão que fizemos nessa etapa, buscamos traçar um perfil das características que a “Vila Reis” apresentava nas duas primeiras décadas após sua criação. A citação das fontes que fizemos e a menção aos recortes de jornais que selecionamos foram fundamentais para que esse exercício analítico pudesse ser realizado.

Conforme vimos, a falta ou a incipiência de serviços básicos, como rede de esgoto, encanamento de água, iluminação pública, asfaltamento, arruamento, sarjetas, guias e pavimentação, refletiam a marginalização a que o bairro era relegado pelas autoridades municipais. As condições precárias em que seus moradores viviam eram notadas pela ausência de saneamento e higiene básicos para a reprodução na cidade. Os baixos salários dos trabalhadores que ali habitavam, e a sazonalidade com que as crianças frequentavam a escola também contribuíam para percebermos o perfil da população do bairro: a classe trabalhadora pobre. Notamos, porém, que os limites com que os moradores da vila se deparavam para serem incluídos no processo de urbanização não impediram os mesmos de reivindicar seus direitos como cidadãos.

306 ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal de Jardinópolis.

Ao final do tópico, buscamos apontar como Jardimópolis foi crescendo, a partir, principalmente, dos anos 1980, constituindo novos núcleos urbanos periféricos ao redor da “Vila Reis” que, por sua vez, deu o pontapé inicial para a segregação da cidade.

No último tópico de nosso capítulo, intencionamos discorrer sobre a propagação de uma imagem positiva de Newton Reis, nos jornais locais, como exemplo de bom prefeito. Informamos que não é nossa intenção fazer uma biografia sobre o mesmo – aspectos importantes sobre sua vida, família e relações já foram analisados no capítulo anterior – esse exercício não corresponde aos nossos objetivos. O que buscaremos desenvolver ao longo de nossa análise é a influência política que esse personagem teve no município entre os anos 1970 e 1980, após ser o principal responsável pela transferência dos moradores da “Vila Sebosa” e pela criação da “Cidade Operária”, em 1964.

3.3. A propagação da imagem de Newton Reis nos jornais

Iniciaremos a produção desse tópico com a discussão sobre a denominação “Vila Reis”, que veio substituir o nome “Cidade Operária”, em 1965. Essa nomenclatura foi atribuída ao bairro em homenagem a Newton Reis, idealizador do projeto que criou o referido local³⁰⁷.

Ao observarmos os nomes de ruas e avenidas de Jardimópolis, após os primeiros anos de sua fundação, notamos as alterações que foram sendo feitas para homenagear ou prestigiar figuras públicas, como foi o caso da mudança das denominações de algumas ruas centrais: de rua do Comércio para rua Américo Salles Oliveira, de rua da Liberdade para Senador Joaquim Miguel, de rua da Consolação para rua Silva Jardim; de rua São Joaquim para rua Coronel Clementino, entre outras. Essa prática era comum de ser empregada nas cidades brasileiras, especialmente a partir do período imperial e, mais enfaticamente, com a instauração do regime republicano, ela tinha por finalidade imortalizar personalidades políticas e construir uma memória sobre as mesmas em determinada localidade.

Nesse sentido, a nomeação “Reis” atribuída à vila no ano de 1965 apresentava essa caracterização, que objetivava a construção de uma memória sobre o bairro associando-o a

307 SÃO PAULO (Estado). Lei nº 523, 30 de dezembro de 1965. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=. Acessado em: 15 de outubro de 2012.

Newton Reis e sua família. Essa questão foi pauta de discussão entre Newton Reis e o então prefeito em 1974, Nilton Toscano.

O debate entre os dois começou com a publicação de uma notícia no jornal “A Cidade de Jardinópolis”, em 04 de agosto de 1974, sobre o início das obras para o encanamento de água na “Vila Reis”. No texto, a vila foi referida sob o nome “Bairro Operário”, o que causou incômodo por parte de Newton Reis.

Diante da situação, ele remeteu uma carta a Nilton Toscano, no próprio jornal, na qual pontuava algumas questões sobre a denominação correta da vila. Newton explicou que o nome surgiu por uma resolução, apresentada pelo vereador Turíbio Berardo e aprovada de forma unânime pela Câmara, como uma homenagem à família Reis, tradicional em Jardinópolis.

Por muitos fatos importantes da vida de nosso município em que a família Reis tomou parte decisiva [...] num tempo ainda tão remoto [...], que o brilhante e saudoso vereador Turíbio Berardo, resolveu dar novo povoamento o nome de Vila Reis. [...]

Trocar a nome da Vila não é desmerecer este humilde cidadão, mas sim tripudiar por sobre um século de tradições às quais devemos a nossa própria morada. [...]

Muito a vontade, senhor Toscano, me senti no propósito de defender esta tese, pois eu não sou tão somente o brasileiro Reis mais eu sou o Princivalli Reis. [...] ³⁰⁸

O interessante de se notar no recorte de jornal apresentado, é a forma incômoda com que Newton se dirigiu a Nilton Toscano, por este não se referir à vila como “Reis”, mas como “Bairro Operário”, aludindo à sua antiga denominação.

No texto completo que foi publicado, ele ainda trouxe à tona as raízes de sua família, narrando desde a chegada de seu avô, Manoel Bernardes dos Reis, e mencionando alguns feitos realizados pela mesma que, supostamente, contribuíram para o município. Esse orgulho, que foi demonstrado pela história dos Reis e também dos Princivalli, vai ao encontro do que pontuamos no início da apresentação desse tópico. Nesse sentido, a denominação da “Cidade Operária” ter sido alterada para “Vila Reis”, foi uma homenagem feita à família, intencionando a construção de uma memória em torno dela e de seus familiares. O incômodo sentido por Newton Reis a ponto do mesmo publicar no jornal sua insatisfação com Nilton

308 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 04/08/1974.

Toscano, indica para nós, sob um olhar do presente para o passado, o desejo de Newton ter o nome de sua família associado a feitos e realizações no município de Jardinópolis. A ideia de que as famílias tradicionais e as elites da cidade eram as principais responsáveis pelo desenvolvimento local era defendida por políticos, que quase sempre, – conforme vimos no capítulo anterior – também integravam esse mesmo círculo social, seja por meio de vínculos de amizade, parentesco, casamento ou apadrinhamento.

A construção de uma memória em torno das famílias tradicionais de Jardinópolis contribuiu para a repercussão de uma imagem positiva das mesmas, permitindo que elas continuassem exercendo influência na economia e na política da cidade até os dias atuais. Conforme vimos na introdução de nossa dissertação, na situação em que uma crítica foi feita ao Newton Reis e suas realizações como prefeito, seus familiares se prontificaram em defendê-lo, apresentando o mesmo como “prefeito que pensava nos pobres” e “melhor e maior prefeito que Jardinópolis já presenciou”.

Esse esforço em imortalizar famílias tradicionais e personalidades políticas também está presente na alteração do nome da avenida do Contorno para avenida Prefeito Newton Reis, em 1998, sob a lei 2149³⁰⁹, como uma homenagem póstuma ao ex-prefeito. A repercussão de sua imagem política positiva resultou na atribuição de seu nome à principal avenida de Jardinópolis. A construção desse processo foi sendo realizada durante os anos 1960, 1970 e 1980, quando Newton atuou como prefeito em diversos mandatos³¹⁰.

Também notamos a influência que a família Reis continuou exercendo na política de Jardinópolis ao constataremos a presença dos filhos de Newton em cargos políticos do executivo e do legislativo de Jardinópolis durante a década de 2000. Mário Sérgio Saud Reis foi prefeito do município no mandato de 2005 a 2008, e seu irmão, José Fernando Saud Reis, foi vereador por alguns mandatos³¹¹.

Outro fato que contribui para essas inferências que fazemos é que no livro de Jorge Saquy Sobrinho sobre a história do município, publicado em 2007, a pessoa que faz o prefácio do mesmo é Mário Reis, então prefeito no período. Ao longo dos escritos da publicação, a participação da família Reis na política e na economia da cidade sempre aparece

309 SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2149, 17 de março de 1998. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=. Acessado em: 15 de outubro de 2012.

310 PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

311 Não conseguimos encontrar informações sobre os anos exatos em que José Fernando Saud dos Reis foi vereador. Em publicações posteriores, pretendemos preencher essa lacuna.

de maneira elogiosa, e a respeito do episódio de transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, nenhuma crítica é feita.

Para além desses apontamentos sobre a permanência de uma memória positiva em torno dos Reis, por meio dos jornais que selecionamos e reunimos do ano de 1972 até 1987, buscamos identificar indícios que contribuíssem para o desenvolvimento de uma pequena análise sobre a personalidade política Newton Reis, apontando a influência que ele tinha como figura pública na cidade, estendendo a perpetuação de seus feitos até os dias atuais.

No decorrer da consulta que fizemos no acervo de jornais da Casa da Cultura de Jardinópolis, percebemos que as publicações que versavam sobre Newton Reis se concentraram entre os anos de 1976 até 1982. Esse período é significativo para a ocorrência dessas divulgações, pois remetem diretamente aos anos que compreendem a preparação de sua campanha para as eleições que ocorreriam, e a vitória que ele obteve nas mesmas, atuando como chefe do executivo do município, de 1977 até 1983.

Em 1976, Newton publicou um texto no jornal “A Cidade Jardinópolis”, no qual narrava sobre alguns feitos que ele realizou em seus mandatos anteriores – de 1956 a 1960 e de 1964 a 1969. O longo discurso descrevia o cenário de campanha eleitoral que ocorria no município, mencionando a propagação de calúnias sobre ele. Em meio a tanto, Newton divulgou a construção da “Cidade Operária” que, segundo ele, foi feita para atender a população pobre que não possuía sua própria moradia.

Alertado, pelo Padre Gisberto Pugliesi, do drama de muitas de nossas famílias mais humildes, que viviam em condição desesperadora em nossa cidade, fundamos a Vila Reis, para que o sentido da propriedade e já não mais a esperança, mas a certeza de uma casa própria, pudesse trazer a muitos de nossos irmãos condições de vencer na vida³¹².

Observamos que Newton, ao narrar sobre o processo que deu origem a “Vila Reis”, fez uma exposição em que o mesmo se colocava em defesa das classes populares e dos trabalhadores. Para ele, a oportunidade que essas pessoas tiveram de ter acesso à casa própria, na nova localização, era motivo de orgulho para sua gestão. Em 1979, quinze anos após a criação da “Cidade Operária”, a construção de casas populares apareceu novamente como pauta da gestão de Newton no jornal. As novas habitações viriam a se localizar ao lado do

312 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 03/10/1976.

Distrito Industrial³¹³. Segundo a publicação, essa ação era um dos pontos prioritários do Programa de Governo de Newton, que visava vender terrenos a preço de custo às classes trabalhadoras menos favorecidas³¹⁴.

Essa caracterização de ser o “prefeito que pensa nos mais pobres” constituiu uma narrativa que ainda hoje é reproduzida em Jardinópolis – especialmente por seus familiares, como vimos na introdução de nosso trabalho.

Um relatório das obras públicas realizadas pelo prefeito, no ano de 1977, reunia informações sobre a concretização de redes de água e de esgoto pela cidade, manutenção de iluminações e ordenação das finanças da prefeitura. Ao final da publicação, o jornal escreveu “por este relatório resumido se observa a grande dedicação do prefeito Newton Reis para com todos os assuntos e problemas do município, podendo, dado as suas excelentes ligações políticas e pessoais com diversos deputados federais e estaduais [...]”³¹⁵.

Percebemos indícios dessas ligações que Newton tinha com outros políticos por meio da divulgação de cartas e telegramas, reproduzidas no jornal, que ele trocava com o governador do estado de São Paulo, eleito para o mandato de 1979 a 1982, Paulo Salim Maluf, no período de 1978 a 1981. O conteúdo dessas correspondências era a troca de cordialidades entre os dois governantes que, ora agradeciam, ora faziam convites um ao outro para comparecerem a alguma ocasião especial³¹⁶. Em 1980, foi veiculada uma notícia que reforça a existência de um vínculo político entre ambos:

Relacionamento que é um privilégio para Jardinópolis

Jardinópolis está com excelente relacionamento com o ilustre Governador Paulo Salim Maluf, e a razão de ser deste relacionamento e que constitui um privilégio para esta cidade, decorre da atenção que Sua Excelência dispensa ao Prefeito Newton Reis, consequentemente a Jardinópolis. Prova esta especial atenção a Newton os três pedidos que este fez ao Chefe do Executivo Bandeirante. [...] Recapeamento da Via dos Bandeirantes, o asfaltamento da estrada Jardinópolis-Jurucê [...] e a recuperação total do conhecido “buracão” [...]

Outros pedidos têm sido atendidos pelo Governador Paulo Salim Maluf, destacando-se a doação de uma ambulância “zero quilômetro” para o Serviço de Assistência Social deste Município³¹⁷. [...].

313 Provavelmente eram os núcleos urbanos que discutimos na apresentação da figura 14.

314 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 12/08/1979.

315 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 27/07/1977.

316 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 03/09/1978; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 29/04/1979; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 15/07/1979; Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 08/02/1981.

317 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 25/05/1980.

As ações de Newton concernentes à sua vida pública eram sempre divulgadas nos jornais. Suas viagens³¹⁸ e compromissos políticos eram enaltecidos nas publicações como sendo de grande orgulho para a população, que veria o nome de Jardinópolis ser projetado a outros lugares. O convite recebido pelo prefeito da Associação Brasileira de Municípios para ir à Alemanha, a fim de fazer um curso sobre administração municipal, foi apresentado com prestígio pelo jornal. A escolha de Newton para integrar a delegação brasileira enalteceria Jardinópolis, porque iria “projetar bem alto o nome desta terra, não só no Velho Mundo como, de forma relevante, na culta e adiantada nação europeia, onde o progresso científico, cultural e tecnológico já alcança notáveis estágios evolutivos”³¹⁹.

Parecido com o que notamos nas fontes que analisamos no primeiro capítulo, as notícias publicadas sobre questões urbanas, como obras, manutenção de serviços públicos, calçamento, asfaltamento, entre outras realizações que abrangiam a cidade, sempre eram associadas ao prefeito do período correspondente. Com Newton não foi diferente, sendo até mesmo mais enfáticas.

Em uma matéria que divulgava a escolha de Newton Reis para compor a presidência da mesa diretor do Congresso Estadual de Municípios, sua imagem positiva como prefeito em 1979 não deixou de ser mencionada. “Releva notar que a administração de Newton Reis vem proporcionando a Jardinópolis aqueles altos níveis de progresso social, que estão modificando, para melhor, sua tradicional configuração urbana”³²⁰. Essa relação que o jornal “A Cidade de Jardinópolis” fazia entre a concretização de serviços urbanos e figura pública de Newton foi observada em diversos periódicos. Quando um problema sobre o abastecimento de água no município foi solucionado em 1977, o prefeito foi mencionado como “dotado de grande visão administrativa e inteligência apropriada para o importante cargo”³²¹; quando estava sendo firmado um acordo entre o prefeito e a empresa “Aguabessa – Poços Artesianos Comercial Ltda.” para a execução de obras, Newton foi referido como “operoso chefe do Executivo Municipal”³²²; essa personalidade política era sempre retratada de forma positiva pelo jornal.

318 A matéria intitulada “Newton Reis vai à Bahia para, paradoxalmente, descansar e contratar técnicos em calçamento urbano” divulgava a viagem do vereador e candidato a prefeito à Bahia para contratar profissionais que fabricavam paralelepípedos. Cf. *Jornal A Cidade de Jardinópolis*, 28/11/1976.

319 *Jornal A Cidade de Jardinópolis*, 30/09/1979; *Jornal A Cidade de Jardinópolis*, 21/10/1979; *Jornal A Cidade de Jardinópolis*, 11/11/1979.

320 *Jornal A Cidade de Jardinópolis*, 20/05/1979.

321 *Jornal A Cidade de Jardinópolis*, 27/03/1977.

322 *Jornal A Cidade de Jardinópolis*, 07/03/1982.

Durante o período que realizamos a pesquisa, nunca encontramos uma menção negativa ao prefeito. Ao que parecia, o periódico “A Cidade de Jardinópolis” apoiava Newton Reis, assim como se apresentava de acordo com as ações do mesmo sobre como gestar o município. Elogios e homenagens eram prestados a ele. A reprodução de algumas cartas de cidadãos também compunha o dossiê da vida honrosa de Newton que o jornal propagava.

Encaminhando para o final de nosso capítulo, apresentaremos as fontes selecionadas que dizem respeito a homenagens feitas a Newton, prêmios que o mesmo recebeu ou alguma menção honrosa feita nos textos.

Ainda no ano de 1976, quando Newton Reis era vereador e candidato a prefeito, ele recebeu uma carta de João Batista Resende, que residia em Uberlândia. João narrava que havia morado em Jardinópolis, onde conheceu o avô materno de Newton, Salvador Princivalli e, também, seu pai, Plínio Reis. O remetente apresentava essas informações no intuito de enviar sua estima, consideração e voto de apoio a Newton, para que o mesmo conseguisse se eleger nas eleições daquele ano³²³.

Observamos que, com a reprodução dessa carta, o jornal intencionava contribuir com a vitória eleitoral do prefeito, posto que alguém de fora da cidade enviava seu apreço por Newton.

Em 1979, uma moradora do município, Neusa Maria Basílio Agostinho, enviou uma carta ao prefeito agradecendo-o por tudo que o mesmo vinha fazendo pela cidade. Ela pontuou as obras relacionadas ao encanamento de água, asfaltamento e educação³²⁴. Seu agradecimento, reproduzido no jornal, demonstrava que o mesmo pontuava todas menções positivas que eram feitas sobre Newton. Ainda no mesmo ano, a missiva recebida por Newton, do presidente da Associação Paulista de Municípios, somava-se aos elogios dirigidos a ele por sua atuação no município. Segundo Wilson José, Jardinópolis poderia “orgulhar-se do prefeito que tem, e o Municipalismo se exalta e se exulta pelo soldado que tem em suas fileiras. Onde não há generais, pois todos são combatentes. [...]”³²⁵.

Principalmente a partir de 1980, Newton Reis foi alvo de elogios, homenagens e prêmios. Em 29 de junho desse ano ele recebeu da Associação Paulista de Municípios, a Medalha do Mérito Municipalista e um troféu pela “magnífica contribuição prestada [...] às

323 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 28/03/1976.

324 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 15/07/1979.

325 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 01/07/1979.

causas municipalistas no decorrer de três mandatos consecutivos frente ao Executivo do Município de Jardinópolis. [...]”³²⁶.

Somando-se à última premiação, o “Diploma de Personalidade Administrativa” foi concedido ao prefeito que, segundo as atribuições, “fez de tudo para ajudar no desenvolvimento de suas comunidades e regiões”. O prêmio em questão foi dado a Newton pelo “Jornal da Região”, que classificou e elegeu as 15 melhores personalidades em cada região administrativa do estado de São Paulo.

Mais duas homenagens foram feitas ao político nos anos de 1981 e 1982. Do primeiro ano, diz respeito ao “Diploma de Méritos Municipalista”, recebido por Newton Reis pela prefeitura de São Carlos. Sobre o fato, o jornal “O Diário de São Carlos” realizou pesquisa que indicou Newton como um dos melhores prefeitos do estado de São Paulo, resultando na concessão da homenagem³²⁷.

Em 1982, Newton recebeu a outorga de “Comendador-Ministro”, cujo título estava relacionado ao seu desempenho como um dos melhores administradores do ano de 1981. A publicação feita no jornal trazia em seu texto: “Jardinópolis se ufana e se orgulha de seu administrador municipal a quem deve os significativos índices de progresso social que exhibe atualmente. [...]”³²⁸.

A última fonte que encontramos sobre a divulgação de uma imagem positiva de Newton Reis foi a que apresentava seu apoio ao candidato a prefeito nas eleições de 1983, na qual ele não concorreria. A matéria era intitulada “Newton Reis – o prefeito que mais fez por Jardinópolis”:

O atual prefeito Newton Reis é uma verdadeira bandeira na grandeza desta cidade e deste município. Construiu milhares de casas populares, o mercado e a estação rodoviária. Fez o centro cívico e esportivo para nosso povo. Aqui, todas as residências tem redes de luz, água e esgotos sanitários. Urbanizou a cidade que cresceu ordenadamente, e foi quem mais asfaltou a urbe. Em Jardinópolis não existem crianças sem escolas e sem assistência completa a saúde. Incentivou a indústria e a agricultura. Desemprego é aqui palavra desconhecida.

Gininho Marchiô será a continuidade de todo esse trabalho e realizará ainda mais obras e serviços voltados de imediato a nossa gente³²⁹.

326 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 29/06/1980.

327 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 26/04/1981.

328 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 10/01/1982.

329 Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 12/11/1982.

Como podemos notar, o jornal despediu-se da gestão de Newton Reis, projetando seu candidato nas eleições municipais que ocorreriam no ano seguinte. Gininho Marchió acabou saindo vitorioso, indicando que a imagem positiva, constantemente associada ao Newton, encontrava seu equivalente na aceitação da maior parte da população.

Ao longo da discussão feita nesse último tópico, percebemos indícios da vida pública e das relações políticas que Newton constituiu, o que facilitou a concretização de obras e realizações públicas no município. Para além disso, seus feitos eram sempre associados a uma imagem de bom gestor e prefeito, que acabava sendo reforçada pelo recebimento e concessão de prêmios e homenagens que a ele eram feitas. Conforme apresentamos, a construção dessa personalidade política foi repercutida e perpetuada ao longo dos anos, contribuindo, inclusive, para posteriormente, seus filhos atuarem nos cargos de prefeito e vereador de Jardinópolis.

Contudo, chegando ao final de nosso breve capítulo, partiremos para as considerações finais, na qual apresentaremos uma retrospectiva de nosso trabalho e apontaremos suas principais limitações e dificuldades por nós percebidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos três capítulos que integram nossa dissertação, procuramos sempre manter a discussão sobre a dinâmica urbana no município de Jardinópolis. Entendemos que essa tarefa foi realizada à medida que buscamos traçar um diálogo entre o espaço da urbe e a ação dos sujeitos que nela viviam, resultando no movimento contínuo de construção da cidade.

Ao iniciar nosso primeiro capítulo, buscamos apontar, com respaldo nos documentos reunidos, a propagação de uma imagem positiva de Jardinópolis, classificando-a como moderna, progressista e civilizada e a associando a elementos e serviços que transformavam a paisagem e a vida urbana.

Posteriormente, tratamos das práticas sociais, comportamentos e posturas da população nos espaços públicos da cidade. Observamos que, mesmo com o plano e a execução de um projeto urbanístico que tentava direcionar Jardinópolis para o “moderno”, o “progresso” e a “civilização”, era recorrente a presença de determinados hábitos, sobretudo, populares, que não condiziam com essas características e demandas. As atitudes entendidas como incompatíveis com o novo cenário que se configurava eram alvos de reclamações que partiam de pessoas pertencentes a grupos influentes da cidade, que tinham acesso ao jornal e o utilizavam como porta-voz de suas insatisfações, com o intuito de cobrar providências das autoridades perante as situações que elas apresentavam.

Passamos então a apresentar um retrato do cenário urbano jardinopolense composto pelas práticas sociais da população, na maneira como a mesma interagira e agia no espaço público, distanciando-se um pouco da imagem “progressista” e “moderna” a que Jardinópolis era frequentemente referida no início da análise de nossas fontes. Desse modo, indicamos hábitos e costumes fortemente ligados ao rural, bem como diversas reclamações sobre a falta de serviços de manutenção e conservação da cidade e, também, queixas sobre a presença de atos vandálicos e anti-higiênicos.

Por fim, concluímos com o desenvolvimento do último tópico, em que abordamos o combate a práticas sociais tornadas ilegais com a promulgação do Código de Posturas do município.

No segundo capítulo, analisamos a configuração urbana de Jardinópolis segundo a posição que determinados locais ocupavam na urbe, buscando problematizar esse cenário. Desse modo, apresentamos como lugares ligados a elementos de ruralidade, insalubridade e não higiênicos, como o cemitério e o antigo leprozário, eram excluídos do perímetro urbano,

sendo alocados ou realojados para longe do centro, e como locais que favoreciam a manutenção de aspectos positivos da cidade, como as praças, estabelecimentos comerciais e de entretenimento, prédios de serventia pública, entre outros, ocupavam espaços privilegiados, permanecendo na área central.

Passamos, então, a introduzir alguns proprietários de comércios, que acumularam bens materiais ao longo de suas vidas. A importância desses sujeitos se apresentou à medida que os mesmos representaram papel de protagonismo em nossa pesquisa, ao compor vínculos que efetivaram ou aumentaram suas influências nos cenários político e econômico do município. Nesse sentido, mapeamos as relações que eles e suas famílias mantinham com os vereadores e prefeito que concretizaram o processo de transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”, no ano de 1964. Essa introdução foi fundamental para a apresentação que fizemos dos atores principais de nossa trama e suas redes sociais, na qual apontamos o interesse das elites de Jardinópolis em conservar o centro como um espaço que atendesse aos ensejos da classe dominante, retirando os pobres desse local e transferindo-os para bem longe da área central da cidade.

Ainda no segundo capítulo, buscamos demonstrar como a configuração urbana de Jardinópolis modificou-se após a criação da “Cidade Operária”, fazendo surgir uma periferia, até então inexistente no município. Bem como, discutimos e analisamos o projeto de lei – de autoria de Newton Reis – que intencionava transferir os moradores da “Vila Sebosa” para o local recém-criado, afastado do centro urbano, no ano de 1964. Entendemos que a concretização desse processo serviu como uma estratégia, arquitetada por sujeitos que integravam setores de influência política e econômica, a fim de manter uma coerência urbana sustentada por hierarquias sociais, em que o topo era sempre ocupado pelas classes mais abastadas.

Seguimos então, para o último capítulo de nossa dissertação. Iniciamos com a apresentação da primeira parte, em que buscamos explicar como as transformações ocorridas no campo tiveram papel fundamental para a alteração da configuração da cidade, tendo por consequência a consolidação da “Vila Reis”. A seguir, passamos a analisar os aspectos urbanos e sociais da vila. Por meio das fontes trabalhadas, percebemos que o bairro apresentava características na sua formação que permaneceram ainda na década de 1980, ocupando lugar na periferia que, por sua vez, abria espaço para a expansão da cidade rumo a Ribeirão Preto.

Desse modo, nos encaminhamos para o último tópico de nossa discussão, em que trouxemos a figura de Newton Reis, idealizador da criação da “Cidade Operária”, como foco de nossa análise. Procuramos apresentar como era a propagação da imagem pública desse político nos jornais – especialmente no jornal *A Cidade de Jardinópolis*. Constatamos que a veiculação de notícias sobre a vida do prefeito, a reprodução de cartas e telegramas, assim como o registro de prêmios e homenagens recebidas por ele, indicavam a repercussão positiva que Newton tinha em Jardinópolis que, por sua vez, encontrava seu equivalente nas vitórias que ele e também seu candidato indicado Gininho Marchió, obtiveram nas eleições que participaram.

Importante salientar também a construção da personalidade política de Newton Reis, que foi repercutida e perpetuada durante sua vida e após sua morte, contribuindo para a identificação de uma memória positiva em torno do mesmo, o que favoreceu também a candidatura de seus filhos como prefeito e vereador de Jardinópolis nos anos 2000. Outro fator que torna relevante esses apontamentos que fizemos sobre a existência de uma memória em torno de Newton e sua família, é a discussão na rede social “Facebook” que apresentamos na introdução de nosso texto. Ela indica que apesar de haver essa imagem prestigiada de Newton Reis e seus feitos como prefeito, também existe controvérsias, que no meu papel social de jardinopolense e historiadora, busquei trazer à tona. Ao longo dessa pesquisa, tentei apontar possíveis interpretações sobre a dinâmica urbana e a transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a periferia, resultando na consolidação da “Vila Reis”, que pudessem problematizar a “história oficial” que nos foi e é contada, seja por meio da oralidade ou nas publicações de e sobre Jardinópolis.

Enfim, finalizando a revisão do que buscamos desenvolver ao longo de nosso trabalho, seguiremos com nossas últimas considerações para concluir a presente dissertação.

Nossa pesquisa demandou um trabalho árduo e intenso de análise de fontes. Consultamos jornais no decorrer dos anos de 1926 até 1989, selecionamos recortes que nos interessavam, os transcrevemos e procuramos discutir seu conteúdo dentro dos objetivos que propomos. Lemos, estudamos e relemos o livro de Jorge Saquy, no qual foi possível mapear a genealogia de todas as famílias que estiveram presentes em nosso texto. Acessamos registros de batismo e de casamento do prefeito e todos os vereadores que conseguimos encontrar, a fim de reconstituir seus vínculos por parentesco, matrimônio e apadrinhamento, dessa forma, pudemos apontar possíveis interesses que motivaram a autorização para que ocorresse a

transferência dos moradores da “Vila Sebosa” para a “Cidade Operária”. As certidões dos cartórios de imóveis de Batatais e Jardinópolis também contribuíram para identificar o proprietário que adquiriu o terreno em que a vila se localizava, inserindo-o em nossa rede à medida que encontramos relação do mesmo com o prefeito e o vereador Jorge Saud Sobrinho. A análise das plantas urbanas foi essencial para que pudéssemos discutir, de forma mais detalhada, a configuração de Jardinópolis, o que facilitou a realização de nossa proposta de apresentar a dinâmica da cidade.

No decorrer desse exercício analítico, encontramos algumas limitações, a falta de documentação sobre a localização exata da “Vila Sebosa” foi um desses entraves, buscamos contorná-lo apelando para o conhecimento dos munícipes de Jardinópolis, inclusive de antigos moradores da vila, que afirmam, de forma unânime, que a mesma se estabelecia entre as ruas centrais que citamos. Nesse sentido, as informações que trouxemos acerca do referido terreno foram suposições respaldadas nos indícios que encontramos ao longo de nossa pesquisa, conforme apresentamos no texto.

Outra observação que queremos ressaltar é sobre as famílias que compuseram nossa rede de relações. Toda a genealogia que apresentamos e a produção do mapa visual que fizemos foram com base nas informações registradas no livro de Jorge Saquy, exceto sobre o prefeito e os vereadores, cujos registros de batismo e casamento foram acessados. Também retiramos do referido livro os dados biográficos que elencamos sobre alguns sujeitos, percebemos que a realização de tal tarefa revelou uma limitação: a impossibilidade de rastrear de forma mais consistente as propriedades e os bens materiais dos mesmos, bem como de suas famílias, no decorrer dos anos que balizam nosso trabalho. Novamente, a justificativa para tanto foi indicar possibilidades sem a pretensão de fazer afirmações que não encontrassem respaldo nas fontes que utilizamos.

Contudo, esperamos ter atendido a nossa proposta inicial, que era traçar uma interpretação acerca da dinâmica urbana de Jardinópolis, fazendo uso da metodologia de composição e análise de redes sociais para o desenvolvimento dessa tarefa, buscando manter diálogo com a perspectiva historiográfica da micro-história.

Bibliografia

ALMEIDA, Osana de. *Uma ponte entre o arcaico e o moderno*: José Gabriel de Oliveira e Souza e a modernização urbana em Santa Bárbara D'Oeste (1892-1920). Franca: UNESP/FHDSS/FAPESP, Franca, 2003 (Dissertação de mestrado em História).

AMADORI, Arrigo; LEIVA, Pilar Ponce. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. *Revista Complutense de Historia de América*, vol.34, p.15-42, 2008.

ARAÚJO, Karina Aparecida Leme de. *O jornalismo em Jardinópolis entre 1910 e 1929*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2010.

AZEVEDO, Veruschka de Sales. *Entre a tela e a platéia*: theatros e cinematographos na Franca da Belle Époque (1890-1930). Franca: UNESP/FHDSS/CAPES, 2001 (Dissertação de Mestrado em História).

BARLETA, Leonardo; GIL, Tiago Luís. Formas alternativas de visualização de dados na área de história: algumas notas de pesquisa. *Revista de História*, São Paulo, n.173, p.427-455, jul.-dez., 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos*: Um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BERMAN, Marshall. Modernidade – Ontem, Hoje e Amanhã. In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEUNZA, José María Imízcoz. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, III Série, vol.5, 2004, p.115-140.

_____. Actores y redes sociales en Historia. In: CASADO, Imanol Vitores; RODRÍGUEZ, Javier Añibarro; VEGA, David Carvajal de la. (eds.); HERRERA, Mercedes Cano (dir.). *Redes sociales y económicas em el mundo bajomedieval*. Castilla Ediciones, 2011, p.19-33.

_____. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: _____. (dir.). *Élites, poder y red social: las elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Servicio Editorial-Universidad del País Vasco/EHU, 1996, p.13-50.

_____. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes e aplicaciones. In: BARRADO, José Miguel Delgado; CARO, Juan Jesús Bravo; MESA, Enrique Soria. (eds.). *Las elites en la época moderna*: la monarquía española. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009, p.77-111.

BIGHI, Biara. *História do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Jardinópolis (1935-1960)*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX*: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In: _____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 91-139.

CORREIA, Pe. Francisco de Assis. *A Pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis (1913-1950)*. Brodowski: Grafcolor, 2005.

DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. A Belle Époque Caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852/1930) - a proposta do CEMUMC. *Revista Brasileira de História*, v.53, 2007, p.95.

ELIAS, Roberto. *Viajando na História: Jardinópolis 100 anos*. Jardinópolis: Gráfica Lima Ltda., 1998.

FARIA, Rodrigo Santos de. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção: o discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização entre rios (1895-1930)*. São Paulo: Annablume, 2010.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análises: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15 n.28, p.57-72, jul. 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil* 13. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FERREIRA, Priscila Fernanda. *As vilas de Jardinópolis: modernidade, urbanização e exclusão numa localidade paulista*. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2012 (Trabalho de Conclusão de Curso em História – Licenciatura Plena).

_____; PERINELLI NETO, Humberto. O fantasma da modernidade: considerações acerca de Jardinópolis. *Dialogos* (Ribeirão Preto), v. 9, p. 175-188, 2013.

FIORAVANTE, Fernanda. Considerações acerca da análise de rede social nas sociedades de Antigo Regime. *Revista de Teoria da História*, ano 5, n.10, dez., 2013.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: *Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FREITAS, Fabiano Junqueira de. *A mão oculta: Estevam Marcolino: política e modernidade no interior paulista (1889-1914)*. Franca: UNESP, 2008 (Dissertação de Mestrado em História).

GAÊTA, Maria Aparecida da Veiga. *Caminhando, Cantando e Agradecendo: o culto ao Bom Jesus da Lapa como uma experiência do sagrado – um estudo sobre formas de religiosidade “popular” no nordeste paulista (1909-1996)*. Tese de Livre-Docência. Franca: UNESP, 1997.

GAROTTI, Iversen. *Pequena do Nascimento: história da Lapa, memórias*. Jardinópolis: Gráfica e Editora Lima, 2002.

GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação da social network analysis. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v.3, nº6, dez., 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-179.

GOBI, Vânia. *O Senhor Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis*. De Capela a Santuário (1935-2005). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n.28, p.287-307, jan./jun. 2014.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização*. A intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia (USP)*. São Paulo, v.4, p.41-51, 1985.

_____. *Agricultura e urbanização*. A capitalização do campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH, USP. São Paulo, 1985.

_____. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *Geousp – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº24, p.109-123, 2008.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2000.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. Novas perspectivas (tradução: Magda Lopes) São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.133.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Tese de Doutorado em História. IFCH, UNICAMP, Campinas, 1999.

MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MELLO, Rafael Cardoso de. *Um “coronel de saias” no interior paulista: a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, UNESP, Franca, 2009.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade*. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

NASSER, Sérgio Daniel. *“Eu vou entrar no mundo”*: experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto – 1980-2007. Dissertação de Mestrado em História. PPGHIS, UFU, 2008.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Tese de Doutorado em História. FHDSS, UNESP, Franca, 2004.

PECHMAN, Robert Moses; LIMA JÚNIOR, Walcler de. *Flirts no footing da Avenida Central ou a belle époque nos trópicos*. In: FIGUEIREDO, Luciano. (org.) *A França nos trópicos*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p.60.

PERINELLI NETO, Humberto. *Nos quintais do Brasil: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade – Barretos (1854-1931)* Tese de Doutorado em História. FHDSS, UNESP, Franca, 2009.

PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROUANET, Sérgio Paulo. A cidade iluminista. *Revista Usp*, São Paulo, n.26, junho/agosto, p.154-163, 1995.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Haussmann. Os limites da comparação. A Cidade, A Arquitetura e os Espaços Verdes (o caso de Belo Horizonte). *Revista Usp*, São Paulo, n.26, junho/agosto, p.196, 1995.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas. In: *Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

_____. Em nome do pai: o compadrio na construção das estratégias sociais dos homens de negócio cariocas (1718-1741). In: ANDRADE, Francisco Eduardo et.al. (orgs.). *Itinerários da pesquisa histórica*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

SAQUY SOBRINHO, Jorge. *Jardinópolis: das origens ao centenário (1859-1998)*. Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.35-94, p.43.

_____. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

_____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (org.) *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol. 3, p.7-48.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. *Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do Antigo Barracão*. 1ª ed. Ribeirão Preto, SP: Editora COC, 2006.

VARGAS, Cláudia Regina. *As várias faces da cidade: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: UNESP/FHDSS/CAPES, 2000 (Dissertação de Mestrado em História).

VENÂNCIO, Renato Pinto. O compadre do governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.26 n.52, 2006.

ZANATA, Bruna Amanda. *O Apostolado da Oração da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis*: Primeira metade do século XX. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2009.

Fontes

Arquivo da Casa da Cultura de Jardinópolis

Jornais

Jornal Correio da Semana, 1926.

Jornal Correio da Semana, 1929.

Jornal Correio da Semana, 1930.

Jornal Correio da Semana, 1931.

Jornal Correio da Semana, 1932.

Jornal Correio da Semana, 1933.

Jornal Correio da Semana, 1934.

Jornal Correio da Semana, 1935.

Jornal Correio da Semana, 1937.

Jornal Correio da Semana, 1938.

Jornal Correio da Semana, 1939.

Jornal Correio da Semana, 1946.

Jornal Correio da Semana, 1949.

Jornal Correio da Semana, 1951.

Jornal Correio da Semana, 1952.

Jornal Correio da Semana, 1953.

Jornal Correio da Semana, 1954.

Jornal Correio da Semana, 1955.

Jornal Correio da Semana, 1956.

Jornal Correio da Semana, 1957.

Jornal Correio da Semana, 1959.

Jornal Correio da Semana, 1960.

Jornal A Cidade de Jardinópolis, 1972.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1973.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1974.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1975.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1976.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1977.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1979.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1980.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1981,

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1982.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1983.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1984.

Jornal *A Cidade de Jardinópolis*, 1988.

Jornal *A Folha de Jardinópolis*, 1984.

Jornal *A Folha de Jardinópolis*, 1988.

Fotografias

Vista da “Paulicéia” pela rua Américo Salles, s/d.

Inauguração da Primeira Bomba de Gasolina em Jardinópolis, 1929.

Arquivos da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Jardinópolis

Registros de Batizados

Registro do batizado de Alberto Rinaldi no dia 15 de agosto de 1928. *Batizados*, livro 16 (1927-1928), verso da p.167.

Registro de batizado de Augusto Brigliadori no dia 11 de janeiro de 1925. *Batizados*, livro 14 (1924-1925), p.113.

Registro de batizado de José Gabriel no dia 11 de março de 1933. *Batizados*, livro 18 (1930-1935), verso da p.128.

Registro de batizado de Manoel Abrão Filho no dia 15 de agosto de 1933. *Batizados*, livro 18 (1930-1935), verso da p.154 e p.155.

Registro de batizado de Milton Lamonato no dia 07 de outubro de 1918. *Batizados*, livro 10 (1918-1919), p.75.

Registro de batizado de Turíbio Berardo no dia 29 de outubro de 1906. *Batizados*, livro 3 (s/d), p.88.

Registro do batizado de Jorge Saud Sobrinho no dia 26 de abril de 1921. *Batizados*, livro 12 (1921-1922), p.2.

Registro do batizado de Newton Princivalli da Silva Reis no dia 24 de dezembro de 1927. *Batizados*, livro 16 (1927-1928), verso da p.89.

Registros de Casamentos

Registro de casamento de Alberto Rinaldi com Alice Abrahão Rinaldi no dia 28 de outubro de 1951. *Livro de casamento n°8* (17/08/1947-28/09/1957), verso da p.82.

Registro de casamento de Augusto Brigliadori com Odisseia Helena Fiacadori Brigliadori no dia 24 de maio de 1947. *Livro de casamento n°7* (1937-1947), p.393.

Registro de casamento de João Nasser com Alzira Corrêa Nasser no dia 27 de dezembro de 1937. *Livro de casamento n°7* (1937-1947), p.4.

Registro de casamento de José D’Afflito com Leonira Maslvestio D’Afflito. *Livro de casamento n°8* (17/08/1947-28/09/1957), verso da p.52.

Registro de casamento de José Gabriel e Neila Aparecida Costacurta Gabriel no dia 20 de novembro de 1954. *Livro de casamento n°8* (17/08/1947-28/09/1957), verso da p.52.

Registro de casamento de Milton Lamonato com Wanda Alice Mariani no dia 06 de janeiro de 1939. *Livro de casamento n°7* (1937-1947), p.44.

Registro de casamento de Turíbio Berardo e Leonor Fernandes da Silva Berardo no dia 20 de janeiro de 1940. *Livro de casamento n°7* (1937-1947), p.89.

Registro do casamento de Luiz Muniz Barbosa com Geraldina Bernardes Barbosa no dia 04 de julho de 1934. *Livro de casamento n°6* (1932-1937), p.84.

Registro do casamento de Newton Princivalli da Silva Reis com Labibe Saud Reis no dia 23 de setembro de 1951. *Livro de casamento n°8* (17/08/1947-28/09/1957), verso da p.79.

Arquivo do Cartório de Registro de Imóveis de Batatais

Certidão extraída da transcrição n°17.837. *Livro de Transcrições n° 3-S*.

Arquivo do Cartório de Registro de Imóveis de Jardinópolis

Certidão extraída da matrícula n°4.039. *Registro geral Livro n°2*.

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913, p.128. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

ALMANAK LAEMMERT. Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil para 1915. Obra estatística para consulta fundada em 1844. 71º anno, 1º volume. Estado de S. Paulo. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=72332&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>.

Acervo digital da Prefeitura de Jardinópolis

Código de Postura

Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Jardinópolis, 1917, p.57. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=, p.44-106.

Lei municipal

ESTADO DE SÃO PAULO. *Lei nº 491*, 5 de outubro de 1964. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=. Acesso em: 01 de novembro de 2016.

Acervo da Câmara Municipal

ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto de Lei nº 53*, 1º de outubro de 1964.

Acervo da Secretaria de Obras e Planejamento de Jardinópolis

Plantas da cidade de Jardinópolis, s/d.

Planta da cidade de Jardinópolis, 2011.

Acervo pessoal de “Bidi”

“Bidi” na “Vila Reis”, s/d.

Acervo pessoal de Ricardo Aparecido Peres Fernandes

Fábrica de Chapéus Londrinos, s/d.

Cine Brasil, 1959.

Arquivo da rede social “Facebook”

Publicações extraídas do grupo “Jardinópolis” da rede social “Facebook”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/179639045387593/255392021145628/>. Acessado em 18 de setembro de 2011.